

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Bruno Gomes Notini Penido

ANÁLISE DE UM TERRITÓRIO URBANO: A LAGOINHA SOB AS LENTES DA
INFRAESTRUTURA SOCIAL E DA INOVAÇÃO

Belo Horizonte

2019

Bruno Gomes Notini Penido

ANÁLISE DE UM TERRITÓRIO URBANO: A LAGOINHA SOB AS LENTES DA
INFRAESTRUTURA SOCIAL E DA INOVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração Pública da Escola de
Governos Professor Paulo Neves de Carvalho, da
Fundação João Pinheiro, como requisito parcial de
obtenção do título de bacharel em Administração
Pública

Orientadora: Carla Bronzo Ladeira

Belo Horizonte
2019

P411a Penido, Bruno Gomes Notini.
Análise de um território urbano [manuscrito] : a Lagoinha sob as lentes da infraestrutura social e da inovação / Bruno Gomes Notini Penido. – 2019.
[9], 104 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019.

Orientadora: Carla Bronzo Ladeira

Bibliografia: f. 106-109

1. Planejamento urbano – Belo Horizonte (MG). 2. Lagoinha – Belo Horizonte (MG). 3. Desenvolvimento social – Belo Horizonte (MG). 4. Planejamento metropolitano – Belo Horizonte (MG). I. Ladeira, Carla Bronzo. II. Título.

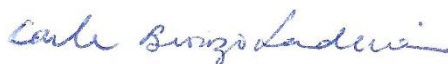
CDU 711.4(815.11)

Bruno Gomes Notini Penido

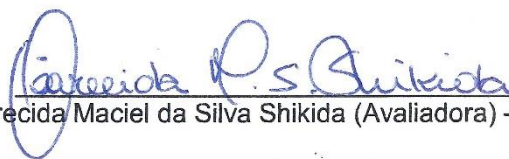
Análise de um território urbano: a Lagoinha sob as lentes da infraestrutura social e da inovação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Administração Pública

Aprovado na Banca Examinadora



Prof. Carla Bronzo Ladeira (Orientadora) – Fundação João Pinheiro



Prof. Aparecida Maciel da Silva Shikida (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro



Prof. Marcos Arcanjo de Assis (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2019

Dedico este trabalho a cada um dos moradores e moradoras da Lagoinha que, mesmo em meio a tantos obstáculos, mantiveram vivas sua cultura e sua memória através das décadas. Em especial, direciono esta dedicatória a José Edson, que na Lagoinha encontrou abrigo nos momentos mais difíceis, e quem me transmitiu o mais belo exemplo de esperança.

“Lagoinha é ousada, inflável, sangue, carne. Como assim dizer: apimentada. Terra de Maria Tomba-Homem, Hilda Furacão, Cintura-Fina. E esse é o cara, fino, educado. Mas não lhe põe a mão sem consentimento, porque se não a navalha corre solta.

Lagoinha é carteado. É a terra das belas, recatadas e do lar. São as vadias que gostam de carro, dinheiro e mansão.

Lagoinha é Cemitério do Bonfim, onde defunto tem moradia garantida, com sala, copa, cozinha, três quartos e área de lazer. Falando em cemitério, Lagoinha tem a loira mais falsa do que nota de mil reais. Todo mundo jura que viu na porta do cemitério. É a Loira... do Bonfim.

Lagoinha é ogum, xangô, oxóssi, oxum, candomblé, umbanda, católica, ortodoxa e evangélica. É a tradicional família mineira convergente com a malandragem e com a boemia. É imigrante, italiana, francesa, portuguesa, chilena, uruguaia, argentina e alemã. É o mundo, o mund!. É Itapecerica, IAPI, Buraco Quente, Casa da Loba, Sarau das Cachorras, carnaval gafieira, samba, taticabum...

Então quer dizer que Lagoinha é festa o tempo todo? Nãoooo, Lagoinha não é festa o tempo todo. Lagoinha é política!

*Espetáculo “Gení”, de Cida Barcelos,
atriz e moradora da Lagoinha*

RESUMO

Apesar de ter adquirido um estereótipo negativo, o território da Lagoinha apresenta grande relevância e significado para a formação da cidade de Belo Horizonte. A despeito dos desafios que tem enfrentado ao longo dos anos com os processos locais de degradação urbana, esse território preserva seu valor, a partir da atuação de moradores, e de atores ligados à região. O presente trabalho recupera a trajetória da Lagoinha e tem como propósito analisar esse espaço sob a perspectiva da infraestrutura social, buscando compreender, por um lado, sua dimensão física e geográfica, fortemente atrelada aos serviços locais, sua estrutura viária e urbana. Por outro lado, o trabalho também lança luz sobre a dimensão cultural e simbólica da Lagoinha, que está relacionada aos grupos comunitários e às iniciativas que almejam valorizar a região. Assim, ao longo deste estudo são apresentados projetos, ações e atividades recentes que têm ocorrido na Lagoinha, além de se apontar atores e grupos tradicionais que realizam um resgate cultural e histórico com o objetivo de trazer melhorias para o território. Associado a esse contexto, buscou-se compreender como essas ações se articulam com o conceito de inovação social, que tem sido cada vez mais usado para tratar do desenvolvimento de comunidades que sofreram com períodos de degradação física e simbólica. Para isso, foi usada uma metodologia qualitativa por meio de análise bibliográfica, análise documental, aplicação de entrevistas semiestruturadas e de observação-participante. Em suma, se conclui que esses grupos e projetos têm contribuído para uma transformação positiva do espaço e constituem uma tentativa de subverter a visão negativa que a Lagoinha ainda carrega hoje em dia.

Palavras-chave: território urbano; área urbana; vizinhança; infraestrutura social; inovação social; desenvolvimento local; Lagoinha.

ABSTRACT

Despite having acquired a negative stereotype, the territory of Lagoinha has great relevance and significance for the formation of the city of Belo Horizonte. Despite the challenges it has faced over the years such as local urban degradation processes, this territory preserves its value through the actions of residents and actors linked to the region. This paper recovers the trajectory of Lagoinha and aims to analyze this space from the perspective of social infrastructure, seeking to understand, on the one hand, its physical and geographical dimension, strongly linked to local services, its road and urban structure. On the other hand, this paper also sheds light on the cultural and symbolic dimension of Lagoinha, which is related to community groups and initiatives that aim to value the region. Thus, throughout this study it is presented some recent projects, actions and activities that have taken place in Lagoinha, moreover it is pointed traditional actors and groups that perform a cultural and historical rescue in order to bring improvements to the territory. Within this context, we sought to understand how these actions articulate with the concept of social innovation, which has been increasingly used to address the development of communities that have suffered from periods of physical and symbolic degradation. For this, a qualitative methodology was used through bibliographic analysis, document analysis, application of semi-structured interviews and participant observation. In short, it is concluded that these groups and projects have contributed to a positive transformation of space and constitute an attempt to subvert the negative view that Lagoinha still carries today.

Keywords: urban territory; urban area; neighbourhood; social infrastructure; social innovation; local development; Lagoinha.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TERRITÓRIO E INOVAÇÃO SOCIAL: LENTES PARA OLHAR O TERRITÓRIO DA LAGOINHA	14
2.1Território: para além da geografia	14
2.2Inovação social: solucionando problemas sociais no mundo contemporâneo	27
2.3A importância da dimensão territorial para a inovação social em comunidades locais	34
3 METODOLOGIA	37
4 LAGOINHA: DO BERÇO DE BELO HORIZONTE AOS DESAFIOS DA MODERNIDADE	43
4.1Considerações sobre o processo de degradação	61
5 LAGOINHA SOB A PERSPECTIVA DA INFRAESTRUTURA SOCIAL	65
5.1Paisagem da Lagoinha: resquícios e sentimentos	65
5.2Serviços e equipamentos	69
5.3Organização social	83
5.4Lagoinha em ação: conquistas locais e inovação no território	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE	110
ANEXO	112

1 INTRODUÇÃO

A Lagoinha, apesar de dar nome a um bairro do município de Belo Horizonte (de acordo com o Plano Diretor de 2019), também é reconhecida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) como um conjunto de oito bairros adjacentes (incluindo o próprio bairro Lagoinha), interligados entre si por fatores físicos e culturais. Nessa perspectiva, é possível dizer que há uma região da Lagoinha, ou melhor, um território da Lagoinha, que já era povoado antes mesmo da construção da cidade. E, ao longo das décadas, os seus moradores e frequentadores ali produziram um patrimônio histórico e cultural extremamente rico.

É interessante notar que a Lagoinha pode ser vista como berço de Belo Horizonte, afinal ela já era povoada antes da construção da cidade e abrigou por muito tempo o primeiro e mais importante centro comercial da região: a Praça Vaz de Melo. Ali também estava localizado o terminal rodoviário, e era uma região que abrigava muitos viajantes e imigrantes que passavam pela capital. Sua intensa atividade econômica tornou a Lagoinha famosa por sua cultura boêmia e noturna: com a presença de casas de cinema, prostíbulos, bares, restaurantes, clubes e casas de show.

O território é reconhecido por vários outros elementos históricos, pois é considerado berço do samba em Belo Horizonte, abrigando músicos famosos, os primeiros blocos de carnaval e escolas de samba. Foi berço de clubes de futebol notáveis como o Terrestre Esporte Clube e foi palco de lendas e personalidades históricas como a Loira do Bonfim e Hilda Furacão. Para completar esse cenário cultural tão fértil, a Lagoinha possui importantes festas e centros religiosos de matriz africana, e de vertentes católica, evangélica e espírita.

Contudo, o território da Lagoinha é uma região é marcada por ambiguidades e contradições que foram surgindo ao longo de sua história. Um exemplo disso se encontra na classificação da Lagoinha como uma região pericentral do município de Belo Horizonte. Ou seja, ao mesmo tempo que o território está muito próximo do centro da cidade, ele foi desenhado fora da área urbana proposta no plano original da capital. Portanto, a Lagoinha ganha uma conotação periférica desde o início da construção da cidade, pois está à margem do espaço planejado, fora dos limites da Avenida do Contorno, do outro lado do Rio Arrudas e do outro lado da linha férrea. (FREIRE, 2009; ANDRADE & ARROYO, 2012)

Assim, essa área da cidade manteve suas raízes culturais, mas sofreu com fortes intervenções que a degradaram tanto fisicamente como simbolicamente. Lá, ocorreu a construção de grandes avenidas e de um complexo de viadutos, culminando num processo que vai dificultando cada vez mais o acesso à região. Somado a isso, grande parte de seus moradores originários não receberam tanta atenção do poder público no que tange à garantia do direito à moradia e ao acesso a serviços públicos, de modo que muitos realizaram ocupações irregulares no entorno da pedreira que existia ali, dando origem às comunidades Pedreira Prado Lopes (PPL) e Vila Senhor dos Passos. Assim, são somadas: a existência desses aglomerados, a presença do Cemitério do Bonfim, a grande quantidade de bares e casa noturnas, levando ao surgimento do estigma em relação ao território (FREIRE, 2009).

Outro importante fator que contribui para a estigmatização do território é a existência do tráfico de drogas e a grande quantidade de usuários de drogas nas ruas da Lagoinha. O tráfico de crack, em especial, possui origens na PPL, considerada a favela mais antiga da cidade, e a questão dos usuários também é associada à negligência conferida à Lagoinha. Afinal, os espaços de passagem, mal iluminados, pouco atendidos pelo Poder Público, foram fatores que atraíram grupos sociais marginalizados, como é o caso da população de rua e dos usuários de drogas. (DA SILVA & SALGADO, 2018).

Com o passar das décadas, se consolida então um estereótipo negativo, devido as intervenções urbanas e processos de degradação, impactando negativamente a vida de seus moradores. Assim, o conjunto de bairros que compõem a Lagoinha até hoje possui reflexos da marginalização socioeconômica e da estigmatização territorial. A comunidade local, por exemplo, sofre com a saída de muitas famílias, surgindo muitas casas e espaços abandonados, o que contribui para desarticulação social nesse ambiente degradado, com redução dos níveis de confiança entre a população, que se vê negligenciada pelo poder público.

Mas esse cenário vem apresentando muitas mudanças positivas nos últimos anos, mais especificamente a partir de 2013. É possível perceber que tem surgido e ganhado destaque midiático uma série projetos, ações e atividades no território da Lagoinha que buscam retomar as raízes locais e assim promover melhorias para a qualidade de vida dos moradores dali. Essas iniciativas partem, portanto, da ideia de que é importante mostrar o que foi e o que é a atual Lagoinha, destacando sua importância histórica e cultural para a capital mineira. Recentemente

ganham voz e visibilidade os grupos e coletivos da região que tem atuado ativamente, promovendo ações reais no território, que tentam solucionar problemas sociais, mas que também promovem a articulação de atores externos para melhorar a estrutura física local.

Em meio a esse panorama, o território da Lagoinha pode ser analisado sob as lentes da infraestrutura social, pois é um conceito capaz de expor, com maior minúcia, quais equipamentos, serviços, projetos, grupos comunitários e redes foram responsáveis por elevar ou diminuir a qualidade de vida e o nível de inclusão social local. Destarte, as diferentes iniciativas de regeneração da Lagoinha são muito importantes para a compreensão dos atores relevantes no território e como eles são capazes de efetivar transformações positivas que possam desenvolver a infraestrutura social.

Além disso, essas iniciativas se mostram próximas à esfera da inovação social, que é um conceito ambíguo e recente, usado para descrever ações colaborativas ligadas a comunidades que antes eram degradadas e que passam a viver um processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Alguns valores que a inovação social retoma são a equidade, a inclusão, a justiça social, a participação, a correção dos erros e o encontro das necessidades e demandas sociais (ANDERSON et al., 2014). Assim, cria-se uma pergunta de pesquisa: como um território que já foi glorioso na cidade, e que sofreu um intenso processo de degradação, pode estar retomando seu desenvolvimento socioeconômico por meio de ações locais que trazem inovações sociais para a comunidade?

Os valores que compõem as inovações sociais têm se aproximado cada vez mais das ações realizadas pelos grupos comunitários da Lagoinha. Dessa forma, as relações que eles constroem junto à comunidade apresentam caráter colaborativo e muito próximo das demandas e aflições cotidianas de quem mora na região. Partindo desse panorama, a investigação do problema de pesquisa se deu por meio de uma metodologia qualitativa que usa de um olhar etnográfico para compreender os fenômenos do território. Para isso, foi feito uso de documentos oficiais para um resgate histórico, foram feitas de entrevistas semiestruturadas com moradores, e também foi desenvolvida uma observação participante durante todos os dias do Festival CURA Lagoinha, que ocorreu entre 5 e 15 de setembro de 2019.

Nesse sentido, o objetivo central que fundamenta a pesquisa é a análise do território da Lagoinha a partir de dois conceitos: a Infraestrutura Social e a Inovação

Social, que são independentes, mas que podem ser trabalhados de forma articulada no contexto de comunidades locais. Também são objetivos a identificação do histórico de intervenções urbanas no território da Lagoinha e a descrição de sua Infraestrutura Social. Por fim, o trabalho procura identificar se e em que medida existem processos de inovação social em curso, quais são e o que desejam produzir. Há a intenção de identificar quais as iniciativas de inovação social têm se destacado na Lagoinha, buscando ver se e como elas têm produzido mudanças no território na perspectiva da Infraestrutura Social.

Este trabalho é composto por seis capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo é feita uma revisão bibliográfica sobre as visões teóricas a respeito de territórios urbanos, inovações sociais e uma discussão sobre a aproximação dessas linhas de estudo. No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia de caráter qualitativo e imersivo que é usada neste estudo. No quarto capítulo, há um resgate histórico sobre o território da Lagoinha, demonstrando como ele passou de um momento próspero, para sua decadência nas últimas décadas. No quinto capítulo, é feita a descrição da Infraestrutura Social da Lagoinha e são feitos apontamentos sobre a inovação social presente nas iniciativas locais recentes. Por fim, o sexto capítulo traz as considerações finais.

2 TERRITÓRIO E INOVAÇÃO SOCIAL: LENTES PARA OLHAR O TERRITÓRIO DA LAGOINHA

Este capítulo sintetiza os principais referenciais analíticos que servirão para compreender as dinâmicas sociais que ocorrem no território da Lagoinha, objeto empírico da presente pesquisa. A revisão bibliográfica buscou identificar concepções que permitissem focar este território objetivando um entendimento das possibilidades de requalificação ou regeneração de áreas urbanas degradadas. E também buscou-se identificar, na literatura sobre inovação social, aspectos que possam ser úteis para analisar as transformações que vem ocorrendo nos anos recentes nesse lugar. Essas duas concepções servirão de base para enquadrar a compreensão da Lagoinha como território no qual processos de inovação social tem ganhado cada vez mais espaço.

2.1 Território: para além da geografia

Uma primeira aproximação ao tema refere-se à concepção de território e aqui a referência básica é Milton Santos (1978) que, do ponto de vista da geografia, considera o espaço a partir de uma perspectiva social:

“ (...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total”. (SANTOS, 1978, p. 171 apud SAQUET & SILVA, 2008).

Milton Santos, adotando uma concepção histórica e relacional de geografia e espaço, considera o espaço como totalidade, ou seja, como “conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente” (SAQUET & SILVA, 2008, p. 7).

Essa compreensão ampliada do espaço - como dimensão não apenas física, mas sobretudo social - encontra ressonância no debate sobre pobreza e território, que considera essa uma dimensão fundamental para entender os processos de produção e reprodução dos fatores de destituição e privação. Isso significa que os efeitos negativos da pobreza e das situações de vulnerabilidade são amplificados quando ela é espacialmente concentrada.

Assim, essa visão territorial permite que pesquisadores investiguem os espaços geográficos e seus habitantes por meio de uma abordagem relacional. Isso quer dizer que há um diálogo constante entre a dimensão física e a dimensão social

de um território, e essa relação pode ser explorada, categorizada e explicada por meio de modelos teóricos. Logo, para esse tipo de pesquisa é preciso conhecer mais sobre a complexidade dos sistemas sociais humanos, buscando compreender como se dão: 1) seus impactos sobre as pessoas, sejam elas externas ou internas a um contexto social; 2) seus impactos sobre a estrutura física de uma localidade.

Considerar o território não apenas na dimensão geográfica, mas também relacional, implica considerar aspectos do capital social, entendido como redes de relações que os indivíduos possuem (em uma abordagem individualista do conceito), ou como aspecto da dinâmica social de um território, que é o que nos interessa diretamente aqui. Considerar os laços de vizinhança, e os de amizade e parentesco, é uma forma de compreender as dinâmicas sociais de um local, já que é um elemento capaz de potencializar a qualidade de vida dos moradores. Maiores níveis de capital social desencadeiam maior capacidade para que uma família supere desafios cotidianos, já que potencializa o acesso a recursos e informações.

Os pontos já levantados trouxeram à tona alguns aspectos das relações sociais e também a capacidade de impacto que elas podem provocar nas condições de vida de uma população. É marcante no mundo atual como esse conjunto de redes sociais ficam complexas nas cidades e nos grandes centros urbanos. Também é evidente a formação de bolsões de pobreza nessas regiões, com índices de desigualdade discrepantes entre um bairro e outro da mesma cidade. Por isso, optou-se por buscar autores que tenham se atentado para as questões urbanas, e que tentam achar respostas para os mistérios do emaranhado de redes e interações humanas no mundo urbano. Seria possível entender o funcionamento de contextos caóticos repletos de bairros distintos, com fluxos múltiplos de pessoas, materiais e informações?

Ao tratar dos estudos que possuem uma abordagem focada em áreas urbanas, Glennester et al (1999) resgata o autor C. Booth (1892), que produziu a primeira investigação sobre saúde e pobreza com foco em áreas, em sua produção *Labour of the People in London*. Nele, há um estudo pioneiro sobre a economia local de cada região da cidade de Londres, e assim se inicia a construção de relações entre os mercados locais, os serviços existentes em um bairro e as dimensões da pobreza dali, além de haver um desafio para a definição do que seria uma “área” (território). Aqui, seguem algumas passagens que ilustram essa percepção do autor:

Ao Sul do [rio] Thames encontra-se um grande subúrbio metropolitano [...] O largo curso d'água do rio forma não só uma separação física, mas uma separação moral, deixando o distrito não exatamente em Londres, apesar de ainda a ser descrito em termos de Londres. (BOOTH, 1892, p. 261-2 in GLENNESTER et al., 1999, p.5, tradução própria)¹

Destas cozinhas, saem figuras maltratadas que rastejam pelas ruas e brincam de “polícia e ladrão”, ou ajudam a prejudicar com o recorde de desempregados; esses são a pior classe de vagabundos que ficam ao redor das portas das casas de acolhimento, os jovens que saltam na frente de qualquer oportunidade ganhar um cobre [moeda inglesa] [...] Eles não prestam nenhum serviço útil, não criam nenhuma riqueza: mas frequentemente a destroem ... Até certo ponto eles podem ser considerados um mal necessário em toda cidade grande. (BOOTH, 1892, p. 38 in GLENNESTER et al., 1999, p.5, tradução própria)²

Como se pode notar, apesar da abordagem um tanto preconceituosa em relação à população mais pobre, o autor reconhece os desafios dos centros urbanos e menciona o sofrimento das classes trabalhadoras que vivem em situações insalubres, além de grupos sociais excluídos do mercado de trabalho. Ademais, há certa menção sobre os limites dos círculos de extrema pobreza, e até que ponto eles são físicos, pois parece haver elementos do território que são capazes de “transportar” uma área degradada para fora da “real” Londres. Não é só o rio Thames que delimita o contorno da região de pobreza, mas algo a mais, algo ligado a aspectos morais.

Mesmo com o pioneirismo de C. Booth na abordagem de áreas urbanas, ele e muitos teóricos do século XX e XXI deixaram de aprofundar os estudos sobre o tema. Dessa forma, o foco nas áreas urbanas não foi considerado como meio efetivo de apagar as causas mais profundas dos problemas sociais, e surge um consenso: “Modern Marxist writers also see the social divisions of the modern city as a microcosm of the wider capitalist system not a cause in themselves (...) There is no area problem, merely national structural problems that find their place locally” (GLENNESTER et al., 1999, p.6-7). Assim, Marx, Engels, Hiddens, Keynes e seus seguidores perseguiram a ideia de que, ao fazer uma política macroeconômica bem-feita, os efeitos em territórios

¹ “South of the Thames lies a huge Metropolitan suburb (...) The broad stream of the river forms a physical but a moral separation, leaving the district not exactly London, but still only to be described in terms of London.” (BOOTH, 1892, p. 261-2 in GLENNESTER et al., 1999, p.5)

² “From these (kitchens) come the battered figures who slouch through the streets, and play the beggar or the bully, or help foul the record of the unemployed; these are the worst class of corner men who hang around the doors of public houses, the young men who spring forward on any chance to earn a copper [...] They render no useful service, they create no wealth: more often they destroy it... They may to some extent be a necessary evil in every large city.” (BOOTH, 1892, p. 38 in GLENNESTER et al., 1999, p.5)

específicos da cidade também iriam acompanhar a onda positiva. Dessa forma, o que importariam seriam as macroestruturas da sociedade, deixando de lado as estruturas locais, o que impedia que as políticas elaboradas buscassem impactá-las. (GLENNESTER et al., 1999)

Seguindo esse resgate teórico sobre áreas urbanas, chegamos à visão dos economistas de livre mercado (free market economists), os quais acreditam que o Estado não tem a obrigação de focar sua atuação nas áreas mais pobres. Para eles, as áreas urbanas estão em constante mudança e se adequam aos padrões de mercado e tecnologia disponíveis, e essa dinâmica vai sempre gerar áreas mais ricas e outras mais pobres no perímetro urbano (TURNER, 1976; COLEMAN, 1985 apud GLENNESTER et al., 1999). Destarte, se constrói a ideia de que o desenvolvimento local surge a partir das desavenças econômicas locais, e os baixos índices de desenvolvimento podem servir como oportunidades para novos empreendimentos que vão trazer prosperidade, como fica evidente no trecho:

Áreas em declínio experimentarão, por um período, níveis decrescentes de emprego, valores decrescentes de propriedades e outros eventos desconfortáveis. Mas estes são necessários para qualquer reavivamento. Valores mais baixos de propriedade e mão-de-obra mais barata atrairão novas empresas em algum momento. (GLENNESTER et al., 1999, p.7, tradução própria)³

Desse modo, a atuação estatal nessas áreas iria atrapalhar esse processo econômico “natural” e, ao invés de melhorar a situação local, o Estado estaria subsidiando a pobreza existente, prendendo o território nas amarras do Estado. A estratégia liberal para lidar com áreas urbanas subdesenvolvidas seria então simplesmente “ignorar”, ou seja, assumir uma visão “de que os pobres irão se virar sozinhos” (TURNER, 1976; COLEMAN, 1985 apud GLENNESTER et al., 1999).

Ademais, a linha teórica clássica americana usada para analisar as áreas mais pobres, afirma a importância das chamadas “zonas de transição” para um bom desenvolvimento urbano. Segundo essa ideia, as zonas de pobreza oferecem baixo custo de vida e permitem aos recém-chegados um ponto de apoio para que eles prosperem e então possam migrar para uma área mais desenvolvida da cidade. (PARK, 1952; BURGESS, 1967 apud GLENNESTER et al., 1999). Portanto, essas

³ “Areas in decline will, for a period, experience falling levels of employment, falling property values and other uncomfortable events. But these are necessary to any revival. Lower property values and cheaper labour will attract new firms at some point.” (GLENNESTER et al., 1999, p.7)

visões sobre áreas urbanas entendiam o desenvolvimento microeconômico (local), como consequência das tendências macroeconômicas.

Entretanto, nas últimas décadas do século XX, estudos começaram a revelar o contrário, trazendo evidências de que o “crescimento e prosperidade da sociedade como um todo não impacta necessariamente as áreas mais pobres” (GLENNESTER et al., 1999, p. 8). E com isso, percebe-se que o contexto local pode trazer impactos positivos e negativos para as soluções macroeconômicas, a depender de como uma área urbana é tratada.

O autor Jargowsky (apud GLENNESTER et al., 1999), por exemplo, usa evidências econométricas em seus estudos e conclui que: “mudanças maiores na região metropolitana podem explicar quatro quintos da pobreza mais alta nessas áreas, mas um quinto deve estar associado ao que os economistas chamam de efeitos de vizinhança” (GLENNESTER et al., 1999, p. 9, tradução própria)⁴. O autor apresenta então o conceito de efeitos de vizinhança, que se originam das diversas características socioeconômicas locais, e podem blindar fatores estruturais considerados como consenso. Ao mesmo tempo, podem impactar as macroestruturas com os efeitos do desenvolvimento - ou subdesenvolvimento - local. Os autores reforçam: “[...] muitos desses fatores estruturais podem ser encontrados em situações locais. Isso não apenas piora o impacto dos fatores estruturais mais profundos, como também torna as soluções macro mais difíceis” (GLENNESTER et al., 1999, p. 8, tradução própria)⁵.

Em suma, Glennester et al (1999) querem mostrar que essa “nova teoria econômica” é muito importante para a elaboração e avaliação de políticas públicas urbanas, pois os fatores locais (area factors) importam nos seus resultados. Os estudos das áreas urbanas permitem integrar os problemas socioeconômicos que aparentemente não estão relacionados, e assim gerar soluções mais efetivas para a exclusão social dos grandes centros urbanos.

Embora existam críticas e ceticismo quanto à pertinência do enfoque do território para o entendimento e o enfrentamento do problema da pobreza e da

⁴ “larger metropolitan-wide changes can explain four fifths of the higher poverty of these areas but a fifth must be associated with what economists call neighbourhood effects” (GLENNESTER et al., 1999, p. 9)

⁵ “[...] many of these structural factors are to be found in local situations. This not only worsens the impact of the deeper structural factors but in itself makes macro solutions more difficult.” (GLENNESTER et al., 1999, p. 8)

exclusão, o fato é que, apesar de tais processos terem causas macro –, nacionais e internacionais –, a pobreza e a exclusão são geograficamente concentradas. E pensando nisso, o crescimento e a prosperidade para a sociedade como um todo não contribuem necessariamente para reverter processos nas áreas mais pobres. Mesmo que haja expansão, existe uma importante parcela que fica de fora: “crescimento e prosperidade para toda a sociedade não ajuda necessariamente as áreas mais pobres” (GLENNERSTER et al., 1999, p. 5, tradução própria)⁶.

Até aqui, foi reunida uma breve trajetória das teorias sobre desenvolvimento de territórios específicos dentro do ambiente urbano, culminando numa abordagem que valoriza as áreas intraurbanas, porque elas possuem uma dinâmica própria capaz de impactar no bem-estar da população. E uma perspectiva alinhada com a perspectiva acima, embora desta distinta, tem como foco a concepção de infraestrutura social para se referir ao território e aos processos que ali incidem, resgatando as dimensões ao mesmo tempo físicas e sociais presentes nas dinâmicas territoriais.

Como foi visto, existe um longo debate sobre vizinhanças e comunidades geográficas. As autoras Richardson & Mumford (2002), resumem bem esse debate ao identificar que há duas correntes teóricas preponderantes. Uma primeira corrente de autores afirma que as vizinhanças não influenciam na qualidade de vida (life outcomes) dos moradores, como nos níveis de saúde ou nas taxas de emprego. Dessa forma, uma comunidade seria um aglomerado de indivíduos que não apresenta fatores ou características distintas e independentes, de forma que um indivíduo não seria afetado socioeconomicamente caso ele more em uma área com concentração de desigualdades.

Por outro lado, segundo Richardson & Mumford (2002) uma segunda corrente é composta por acadêmicos que argumentam que os efeitos da concentração (de desigualdades) elevam as dificuldades individuais e que a presença de fatores adicionais em áreas específicas de baixa renda, como a ineficiência de serviços, revela que as vizinhanças realmente importam. O argumento das autoras vai de encontro com a segunda corrente, de forma que a unidade de análise aqui escolhida são as comunidades geográficas, as quais são substituídas pelo termo infraestrutura

⁶ “growth and prosperity for the whole society does not necessarily aid the poorest areas” (GLENNERSTER et al., 1999, p. 5).

social no estudo em questão. Assim, essa vertente teórica permite uma construção baseada em analogias e percepções sobre o território, de forma a culminar num modelo de análise territorial. Para isso, algumas características importantes das vizinhanças são apresentadas:

Vizinhanças tem aspectos específicos em relação aos indivíduos que moram ou trabalham ali, como por exemplo ter espaços potenciais para o consumo de bens e serviços, assim como apresentar o locus para algumas das relações sociais da população. Essas relações sociais e os sistemas sociais acabam implicando em altos ou baixos níveis de contato direto entre as pessoas. Elas geram vínculos fracos ou fortes, e reforçam ou confrontam convencionalismos morais. Entretanto, a questão central é que o comportamento dos indivíduos realmente impacta os demais, seja por contato direto ou por meio de sinais, criando padrões de comportamento e uma gama de controles sociais. Essas relações transformam as vizinhanças em sistemas sociais, e são esses sistemas sociais que permitem que, algumas vezes, as pessoas se refiram a pequenas áreas geográficas como 'comunidades', mesmo onde não pareça haver quantidade significativa de vínculo com uma área ou muito contato social. As pessoas também usam o termo 'comunidade' para se referir aos aspectos das vizinhanças que se relacionam ao consumo de bens e serviços, sem nenhuma referência aos sistemas sociais locais, mesmo que ambos estejam ligados. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p.203, tradução própria)

As autoras utilizam o termo "infraestrutura social" para definição de comunidade e, nesse termo, incorporam: a) os serviços e equipamentos existentes, tais como habitação, acesso a crédito, educação, saúde, assistência à infância, meio ambiente bem-cuidado e transporte, dentre outros; b) a organização social, identificada a partir da existência e da qualidade das redes de amizade, da existência de pequenos grupos informais e do desempenho dos mecanismos de controle social, como regras e normas coletivamente partilhadas.

Figura 1 – Componentes da Infraestrutura Social e dinâmica entre eles



Fonte: Richardson & Mumford (2002) – adaptação do autor

Como pode se ver na Figura 1, infraestrutura social comportaria ambos os aspectos presentes na concepção de vizinhança: pessoas e lugares. Nesse sentido, a noção pressupõe tanto as redes de serviços e bens existentes na comunidade quanto os aspectos da organização social (RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p. 203). Vale a pena frisar que Richardson & Mumford (2002) destacam a semelhança do termo de organização social com o termo capital social, o qual está associado ao conjunto de “conhecimentos compartilhados, níveis de confiança, associações comunitárias, e redes informais humanas que permitem trocas humanas, ordem social, e sustenta instituições sociais” (BURNS & TAYLOR 1997; FERGUSON & DICKENS 1999; HALL 1997; PUTNAM 1993; SAMPSON 1999 apud RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p.203, tradução própria). Somado a isso, o capital social seria um fator importante para a consolidação de estruturas democráticas e para o desenvolvimento social em geral. Segundo as autoras, a infraestrutura social é usada como forma de preencher alguns vazios do capital social, pois este não considera tanto as sutilezas e minimalismos das interações informais, o comprometimento tácito existente nas relações humanas. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002).

As autoras estão interessadas, sobretudo, em examinar o papel de grupos de residentes e da organização social, de forma mais geral, na recuperação de áreas degradadas. Grande parte do texto é dedicada ao exame da atuação de pequenos grupos de moradores na regeneração das quatro áreas estudadas, examinando as famílias que ficaram nas regiões em processo de degeneração, se comprometeram com elas e contribuíram, de forma crucial, para a mudança na condição de decadência

na qual tais áreas estavam inseridas, revertendo a espiral negativa e colocando em marcha processos de regeneração. Seja a partir de ações diretas de atendimento a grupos vulnerabilizados, ou a partir de ações de advocacy e voice, tais grupos cumprem um papel central na recuperação de áreas degradadas (RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p. 208-209), sendo tais ações identificadas sob a denominação de auto-ajuda (“self help”) da comunidade.

No aspecto da organização social, tem-se elencadas diferentes formas que tal organização pode assumir, tais como “as redes de amizade e grupos informais de ajuda mútua; pequenos grupos de voluntários, clubes e sociedades; e controles sociais informais definidos por uma série de normas e regras acordadas em comum” (RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p.203, tradução própria). As autoras afirmam que, dentre esses três elementos da organização social, um deve ter especial atenção, pois parece direcionar todo o comportamento da organização social.

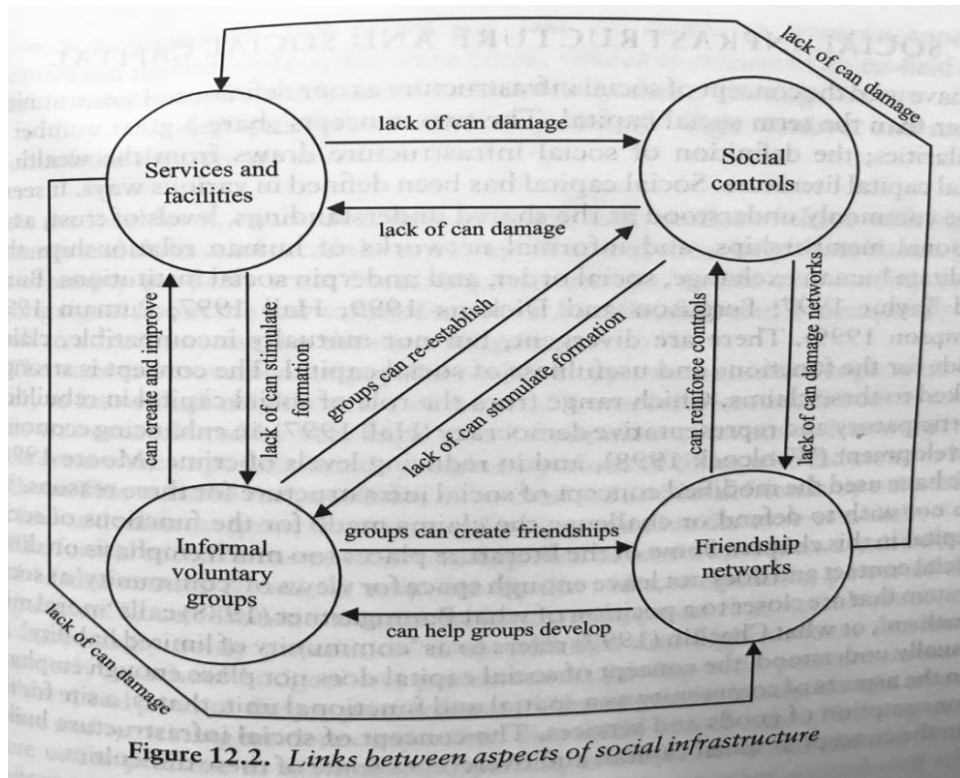
A parte da organização social que parece ser crítica para o sucesso local é o controle social informal baseado na existência de um conjunto de regras e padrões (normas) acordadas socialmente e respeitadas (RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p.204, tradução própria).

Apesar do arranjo normativo de uma vizinhança ser capaz de propiciar uma infraestrutura social promissora, é importante lembrar que esse arranjo deve ser analisado com ressalvas, pois pode levar a uma interpretação muito prescritiva, de forma a excluir minorias e culpabilizá-las pelas falhas locais.

Ainda sobre esses controles sociais, é importante compreender sua forte influência sobre a dinâmica de comunidades. Vale dizer que podem existir moradores que concordam com comportamentos ilegais ou controversos, quando a rede informal de normas dali é favorável a essa situação. Esse é um caso extremo, mas possível. Sobre a pesquisa em questão, é revelado que só uma minoria de membros comunitários do estudo era a favor de rejeitar valores e padrões de comportamento convencionais. Os demais (dois terços) estavam dispostos a agir para manter os valores e atitudes socialmente acordadas. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

Considerando a tríplice tipificação adotada para a organização social, as autoras Richardson & Mumford (2002) apresentam um esquema com o conjunto de efeitos e relações existentes entre os componentes da Infraestrutura Social (FIGURA 2).

Figura 2: Dinâmica da infraestrutura social



Fonte: Richardson e Mumford, 2002.

Pensando nisso, uma forma interessante de compreender a importância e a dinâmica da infraestrutura social é a análise de casos em que ela entrou em colapso. Richardson & Mumford (2002) usam um estudo sobre 4 comunidades de Manchester e Newcastle para trazer à tona esse contexto de desestruturação. Eles mostram que alguns fatores e processos são desencadeados em um ambiente onde grandes conjuntos de moradias populares são construídos nas proximidades de uma favela, e os serviços públicos geram exclusão ao não focar nos mais necessitados, além de ocorrer o crescimento do desemprego estrutural e um alto esvaziamento populacional. Então, o estereótipo negativo da região é alavancado e reforçado pela saída de moradores mais bem qualificados, desvalorizando os terrenos e imóveis que começam a ficar abandonados. Os moradores carregam um sentimento negativo em relação à vizinhança, culminando numa forte desarticulação social, ou seja, redução dos níveis de confiança entre a população, também causada pela elevação da rotatividade dos novos moradores. Surgem áreas sujeitas à ocupação, vandalismos e incêndios criminosos, e a resposta da administração pública às demandas da região

é extremamente ineficiente, desmotivando ainda mais as possibilidades de associativismo.

Assim, a própria polícia não atua de forma eficiente, e os níveis de criminalidade sobem, culminando em um cenário onde as instituições não são valorizadas ou respeitadas, e a infraestrutura social fica cada vez mais debilitada. Cresce a sensação de isolamento, estagnação nas articulações em prol de melhorias, e constante medo dos crimes, mesmo quando as taxas de criminalidade reduzem significativamente. Além disso, muitos comportamentos antissociais afloram na região, como a depredação de carros, uso de drogas à céu aberto, venda de itens roubados e acúmulo de lixo. Essas atitudes dos residentes ocorrem com o enfraquecimento do controle social, de forma que, mesmo que a maioria da população seja contrária, a minoria que realiza esses atos não sofre retaliações ou coerções e acaba mantendo seu comportamento. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

Esse estudo traz uma situação onde todos os componentes da infraestrutura social foram afetados: a organização social, os equipamentos e os serviços públicos. Somado a isso, há um paradoxo para a concretização de soluções para o território, pois “a ameaça não poderia ser combatida somente pelas ações da comunidade. Ao mesmo tempo, os serviços públicos formais - como a polícia, moradia e educação - não conseguiriam ser exitosos sem a articulação com a sociedade” (RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p.208, tradução própria).

Pensando mais sobre as soluções possíveis, é interessante destacar que, em muitos bairros, existem residentes que se articulam em prol de melhorias para a vizinhança. Assim, propiciam mudanças físicas nos espaços de convívio (como a construção e manutenção de jardins e hortas comunitárias), mas também mudanças sociais por meio da organização de grupos e ONGs que auxiliam na provisão de serviços aos demais moradores (como aulas de reforço ou atividades para a população idosa) e que fazem pressões sobre a administração pública em busca de ações focalizadas na região. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

Esse tipo de ativismo local se mostra muito importante para as vizinhanças e as autoras afirmam que já há uma aceitação em relação ao princípio do empoderamento e envolvimento das comunidades locais na elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, o Reino Unido se destaca pelo “Orçamento de regeneração único” (Single Regeneration Budget), de 1994 e pelo “Novo acordo para as comunidades” (New deal for Communities), criado em 1998, além de haver

experiências nessa área com o Fundo Social Europeu (European Social Fund), fundado em 1957. Ainda assim, há de se destacar que muitos acadêmicos e elaboradores de políticas públicas não consideram a formação de grupos comunitários de auto-ajuda (community self-help) relevante para o alcance de transformações socioeconômicas concretas.

Novamente, o velho debate reaparece: as ações locais seriam suficientes para reverter efeitos de ações de naturezas macroestruturais? A perspectiva das autoras é no sentido de revelar a importância da atuação de pequenos grupos, mesmo que envolvidos em simples atividades comunitárias de ajuda mútua, pois as externalidades positivas desse tipo de prática são capazes de contribuir para a renovação de comunidades.

É importante ter em mente que “a abordagem participativa na regeneração de comunidades precárias é amplamente aceita como o modelo mais eficaz” (RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p.211, tradução própria). Logo, muitos planos e estudos concordam com a presença dos residentes nos processos de requalificação de um bairro, pois eles podem direcionar a atuação do poder público e dos demais atores institucionais para as reais demandas locais, criando serviços e projetos impactantes. Dizem ainda que “grupos comunitários podem garantir o elo entre as propostas de regeneração top-down e as bottom-up” (Taylor, 1995 apud RICHARDSON & MUMFORD, 2002, p.212, tradução própria)

O envolvimento comunitário impacta na dinâmica de instituições já consolidadas, como as escolas, equipamentos públicos de saúde, planejadores de políticas públicas e a polícia. Nesse sentido, os grupos comunitários podem ser atores sociais muito importantes para que esse envolvimento se concretize, especialmente nos casos em que se busca regeneração de uma área degradada. Mesmo assim, é comum que existam grupos comunitários que desenvolvem ações voluntárias locais, mas não se colocam como representantes ativos do bairro e não pleiteiam nem dialogam com interesses gerais dos moradores, e esse é um risco que precisa estar na mente de pesquisadores dessa área.

Nesta abordagem, mesmo considerando essas divergências, os grupos comunitários são vistos como capazes de contribuir para a melhoria da Infraestrutura Social e isso pode ser observado em três aspectos:

- 1) O papel dos grupos comunitários na melhora de serviços e equipamentos públicos;

2) O papel de grupos comunitários na oferta de serviços e equipamentos públicos;

3) O papel de grupos comunitários na melhoria da organização dos moradores.

O primeiro aspecto geralmente ocorre a partir da pressão que os grupos fazem sobre autoridades e órgãos públicos de forma a propiciar mudanças na região. Vale citar também que o *lobby* protagonizado por esses grupos pode impactar proprietários e locatários para que eles atendam demandas de seus inquilinos. O segundo aspecto está ligado à capacidade desses grupos na criação e oferta de serviços para a população local, tais como grupos de estudos e de dever-de-casa após a aula, serviço de creche, aconselhamento psicossocial, atividades para idosos, e atividades culturais em geral. Há evidência também de grupos que criaram “equipamentos públicos”, tais como espaços limpos e verdes de convivência, estúdio de gravação, laboratório de informática, um centro comunitário. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

Já o terceiro aspecto envolve o desenvolvimento das redes de amizades e ajudas mútuas informais, de maneira que os grupos comunitários criam espaços, eventos e oportunidades para que moradores externos aos grupos desenvolvam relações entre si. Alguns exemplos são as festas, bingos, viagens, jantares, cursos e cinemas beneficentes organizados pelos grupos. Somado a isso, muitas outras externalidades positivas surgem com a atuação dos grupos comunitários, tais como a agregação de força à organização social, o surgimento de outros grupos menores advindos dos maiores, a manutenção de projetos sociais, como lojas de aluguel de ferramentas de jardinagem ou hortas comunitárias que vendem vegetais orgânicos no bairro. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

Ainda no terceiro aspecto, vale citar a capacidade que os grupos comunitários têm de alterar controles sociais informais, normas e padrões sociais. Alguns exemplos sobre esse tipo de interferência são: organização de mutirões de limpeza urbana, campanhas contra o descarte inadequado de lixo, disseminação de padrões positivos de comportamento masculino, fomento da responsabilidade coletiva pelas pessoas que vivem no mesmo bairro. Há importante destaque para atividades que envolvem os jovens e idosos e também esforços para mudar aspectos físicos da vizinhança, criando um cenário mais agradável por meio de novos jardins ou remoção de objetos abandonados nas ruas. Assim, é comum que os grupos se articulem para

divulgar os bons aspectos da comunidade, atacando comentários negativos e divulgando fotos e notícias sobre os esforços sociais pela regeneração da área. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

2.2 Inovação social: solucionando problemas sociais no mundo contemporâneo

A Inovação Social é um conceito que vem ganhando projeção em diversos campos de estudo tais como as ciências sociais, administração pública, terceiro setor e empreendedorismo. Com o intuito de compreender melhor as evidências e novas possibilidades de inovação social no território da Lagoinha, este item 2.2 apresenta uma revisão bibliográfica sobre as possíveis interpretações e aplicações desse conceito.

Para iniciar a análise, lançamos luz sobre o termo inovação, que possui suas origens nos estudos econômicos de Joseph Schumpeter, o qual postulou numa publicação de 1912 (Teoria do Desenvolvimento Econômico) que novas combinações inseridas nos mercados são capazes de gerar ganhos econômicos extraordinários, seja com a criação de novos bens, serviços, métodos produtivos, organizações econômicas ou fontes de matéria-prima (BIGNETTI, 2011). Após o marco inicial de Schumpeter, surgem diferentes abordagens e estudos na área de inovação, tratando predominantemente da criação de soluções tecnológicas que envolvam criatividade e tomada de risco à fim de gerar vantagens competitivas. Outras áreas também passam a introduzir a inovação no debate sobre seus processos e métodos, como os estudos organizacionais, da administração, do marketing e do design (BIGNETTI, 2011).

Assim, com o surgimento de um contexto de crise do Estado do bem-estar social e das Instituições democráticas, se destaca o uso do termo Inovação Social, como potencial solução para esses e outros desafios do século XXI (MORENO et al., 2019). A publicação do livro “As Inovações Sociais” (Les Innovations Sociales) em 1982 por Jean-Louis Chambon, Alix David and Jean-Marie Devevey é um importante marco, pois eles trazem um debate sobre o papel das comunidades locais e a atuação do Estado sobre elas, considerando a importância que existe no apoio às iniciativas de inovação social. Estas são apresentadas como estratégias de combate à exclusão social e para geração de melhor qualidade de vida para a população (MOULAERT, 2010).

Como se pode observar, há elementos que compõem a inovação social, e estes estão interagindo entre si no meio social, seja estimulando ou desestimulando o processo de desenvolvimento socioeconômico:

“Chambon et al. (1982) [Les Innovations Sociale] também examina a relação entre inovação social e as pressões causadas por mudanças sociais, mostrando, em particular, como os mecanismos de crise e recuperação provocam e aceleram a inovação social. Para eles, inovação social significa satisfação de necessidades específicas graças à iniciativa coletiva. Este último não é sinônimo de intervenção estatal. De fato, para eles, o Estado pode atuar como uma barreira à inovação social, como facilitador do debate público e como regulador de iniciativas de inovação social da sociedade civil ou de órgãos estatais, e tudo isso é especialmente relevante no nível local. (CHAMBON et al.,1982 apud MOULAERT, 2010, p. 4, tradução própria)⁷

Se observa aqui que a inovação social é fortemente relacionada aos processos de crise e recuperação de territórios, e depende de um envolvimento comunitário, podendo ser impulsionada ou desestimulada pelo poder público. Esse envolvimento da comunidade geralmente é caracterizado por um movimento de conscientização, mobilização e aprendizado dos atores que fazem parte das iniciativas (MOULAERT, 2010).

Cabe aqui apresentar uma definição de inovação social que seja ampla e que facilite a compreensão das futuras análises. O exemplo escolhido é proveniente dos estudos de Anderson et al. (2014), que traz uma definição que não confere destaque ao elemento territorial das iniciativas, e é derivada de uma extensa análise e reflexão valorativa e conceitual feita pelos autores. Assim, é proposta uma definição de Inovação Social: “Novas soluções para desafios sociais que têm a intenção e o efeito de gerar equidade, justiça e empoderamento.” (ANDERSON et al., 2014, p.28, tradução própria).

E nessa concepção também é preciso que a atividade qualificada como inovação social vá de encontro com 4 critérios:

- “- Ela deve ser nova.
- Ela deve chamar atenção para um problema social.

⁷ “Chambon et al. (1982) [Les Innovations Sociale] also examine the relationship between social innovation and the pressures caused by societal change, showing, in particular how the mechanisms of crisis and recovery both provoke and accelerate social innovation. In their view, social innovation signifies satisfaction of specific needs thanks to collective initiative. The latter is not synonymous with state intervention. In fact, for them, the state can act as a barrier to social innovation, as a facilitator of public debate and as a regulator of social innovation initiatives by civil society or by state agencies, and all this is especially relevant at the local level.” (CHAMBON et al.,1982 apud MOULAERT, 2010, p. 4)

- O objetivo deve ser de criar equidade, justiça e empoderamento
- O efeito ou o resultado final deve ser a equidade, justiça e empoderamento” (ANDERSON et al., 2014, p.28, tradução própria).

A seguir, o Quadro 1, baseado nos estudos de Anderson et al., destrinchando detalhadamente o significado de cada um dos elementos usados na definição de Inovação Social.

Quadro 1: Significado de cada uma das definições de Inovação Social.

Definição	Significado
Problemas sociais	Grandes desafios enfrentados pela comunidade global, incluindo aqueles ligados a: mudanças climáticas, envelhecimento populacional, dificuldades financeiras, pobreza, exclusão social, migração e conflitos sociais.
Intenção	É importante garantir que a inovação social nunca seja acidental, ou seja, que o "efeito de equidade, justiça e empoderamento" não sejam um "efeito colateral", mas um resultado realmente planejado. Além disso, a construção de uma "intenção" exige a formação de uma visão compartilhada, que é crucial para o sucesso, apontando a colaboração, a cocriação e o codesign como importantes partes do processo.
Efeito	De acordo com Hochgerner (2012, apud ANDERSON et al., 2014), todas as inovações sociais funcionam a partir do processo dos "4i", que consiste em ideia, intervenção, implementação e impacto. A inovação social não pode ser somente uma ideia, ela precisa se constituir como um impacto real na sociedade.
Equidade, justiça e empoderamento	O significado de cada um dos elementos é extraído do Dicionário Oxford de Inglês pelos autores: Igualdade: o estado de ser igual, especialmente em status, direitos e oportunidades; Justiça: apenas comportamento ou tratamento; uma preocupação pela justiça, paz e respeito genuíno pelas pessoas; a qualidade de ser justo e razoável; Empoderamento: tornar alguém mais forte e mais confiante, especialmente no controle de sua vida e na reivindicação de seus direitos.

Para explicar melhor essa escolha, Anderson et al. (2014) afirmam que é consenso que a inovação social precisa ser "boa" (positiva) para a sociedade em alguma medida. E para definir uma intenção considerada "boa", não é possível haver total neutralidade valorativa, pois é preciso fazer uma escolha ou julgamento ao escolher o efeito desejado de uma inovação social. Então os autores fazem um julgamento moral a favor desses três elementos como os mais importantes para a noção do que é "bom". Eles reconhecem que nem sempre os efeitos são perfeitos, e por isso os agentes da mudança precisam sempre estar cientes desse risco. É escolhida a visão de que uma sociedade equânime, justa e empoderada beneficia a minoria (oprimidos) e traz desvantagens para a maioria (opressores). Assim, as três palavras foram escolhidas em detrimento de termos como "interesse comum" ou "bem social", exatamente porque a busca por "equidade, justiça e empoderamento" não pretende beneficiar todas as pessoas de uma sociedade.

Fonte: Dados básicos: Anderson et al., 2014, p. 28, 29 e 30, tradução própria.

Elaboração própria. (PENIDO, B. 2019).

Essa proposta de definição pode parecer muito abrangente e pouco adequada para os estudos específicos de inovação social em comunidades urbanas, mas é na verdade uma forma interessante de abordar a temática durante uma pesquisa in loco. Pois assim há maior flexibilidade para que o pesquisador identifique os elementos de inovação social, e depois os relacione com uma análise de cunho mais territorial. Ao trazer a dimensão valorativa para as inovações sociais, os autores facilitam também a interlocução com atores de uma vizinhança real por meio de uma metodologia qualitativa, a qual observa crenças, valores e expectativas durante a tentativa de solucionar problemas locais.

Os autores apresentam uma argumentação para a escolha da definição, em consonância com as explicações presentes no quadro 1:

Aplicamos conhecimento da teoria pós-moderna e da teoria crítica que nos convenceram de que o "reino" daquilo que é social - sociedade e sua organização - não é um domínio em que valores e ética possam ser relativizados ou considerados irreduzivelmente contextuais. [...] Concluímos que uma definição de inovação social precisa ser distinta

e focada, e julgamos que as inovações sociais intencional e efetivamente são novas soluções para os desafios sociais que têm a intenção e o efeito da igualdade, justiça e empoderamento. (ANDERSON et al., 2014, p. 31, 32, tradução própria)⁸

A partir de Anderson et al. (2014), fica destacada uma proposta de entendimento sobre inovação social que é bem abrangente e poderá ser resgatada no decorrer deste trabalho. Mas é preciso ter em mente que os estudos da área criaram afunilamentos conceituais e definições mais específicas, as quais também precisam ser compreendidas. Segundo Moreno et al. (2019), foram desenvolvidas diversas pesquisas sobre inovação social nas últimas décadas, e é possível identificar dois principais enfoques nas definições encontradas. A primeira definição é chamada de “enfoque econômico-gerencial”, e a segunda de “enfoque institucional-territorial” (MORENO et al., 2019, p. 4, tradução própria).

O Enfoque Econômico-Gerencial está atrelado a uma visão de empreendedorismo social, no qual as inovações sociais surgem em uma lógica de mercado com indivíduos auto interessados que criam soluções inéditas para atender demandas e necessidades que nem o Estado e nem o setor privado conseguiram suprir. Já o Enfoque Institucional-Territorial traz a ideia de que a Inovação Social é uma solução que perpassa o nível local, destinada a grupos socioeconomicamente excluídos, trazendo autonomia, empoderamento, novas capacidades e transformações das relações de poder.

Para os autores, “analisando processos de transformação social, este segundo enfoque, centrado nos estudos sobre governança e desenvolvimento territorial, dialoga com as teorias de mudança social e da ação coletiva” (MORENO et al., 2019, p. 4). O que retoma muito bem o tipo de abordagem postulada pelo livro *Les Innovations Sociales*, já citado.

Logo, ao priorizar o Enfoque Institucional-Territorial, Moreno et. al. (2019) se concentra em três principais questões para conceber sua pesquisa, a saber: 1) “(...) a análise empírica das origens e das iniciativas, de seus objetivos e de sua significação social no contexto em que emergem (...)” (MORENO et al., 2019, p. 5); 2)

⁸ “We have applied insights from postmodern theorizing and critical theory that have convinced us that the realm of the social – society and its organization – is not a realm where values and ethics can be relativized or considered irreducibly contextual. (...) We have concluded that a definition of social innovation needs to be distinctive and focused, and we have made the value judgment that both intentionally and effectively social innovations are new solutions to social challenges that have the intent and effect of equality, justice and empowerment.” (ANDERSON et al., 2014, p. 31, 32)

“(…) sobre a capacidade das iniciativas de inovação social de gerar transformações significativas dos coletivos e dos territórios de maior vulnerabilidade, contribuindo para a criação de sociedades mais inclusivas e coesas(…)” (MORENO et al., 2019, p. 5);
 3) “A capacidade para gerar nova institucionalidade democrática (...) intimamente ligada ao caráter participativo, à sustentabilidade e à escalabilidade das iniciativas” (MORENO et al., 2019, p. 5).

A partir dessas perguntas, são criadas variáveis e indicadores para cada uma delas, segundo os moldes apresentados na figura 3:

Figura 3: Modelo e Análise do valor transformador da inovação social na Catalunha

Dimensiones de análisis	Variables	Indicadores
Autonomía social	Objetivos	Objetivos declarados
	Origen	Origen social o institucional de la iniciativa
	Magnitud	Número de personas que las componen
Empoderamiento de grupos y territorios vulnerables	Bases socio-espaciales	Localización respecto al grado de vulnerabilidad social de las áreas urbanas
Nueva institucionalidad democrática	Organización	Grado de participación interna Inserción en redes interorganizativas
	Sostenibilidad	Autonomía financiera Grado de profesionalización
	Escalabilidad	Grado de interacción con sector mercantil, asociativo y público Intensidad y tipos de apoyos institucionales públicos

Fonte: MORENO et al., 2019.

Desse modo, os autores produzem um mapeamento das iniciativas de inovação social em toda Catalunha, identificando mais de 700 iniciativas, e obteve-se um total de 107 respostas ao questionário online. Além disso, realizaram 7 entrevistas semiestruturadas com acadêmicos, profissionais e ativistas. (MORENO et al., 2019)

As conclusões dessa investigação mostram que há elementos de inovação democrática nos projetos, apesar de ser frequente a dificuldade das iniciativas em tomarem ações de inclusão, no que tange ao acesso às decisões estratégicas. E isso está relacionado a quais são os recursos à disposição dos grupos ou quais as possibilidades de acesso dos grupos a redes de atores com maior poder socioeducativo. Conseqüentemente, é constatado que quem mais sofre com as desigualdades sociais possuem mais dificuldades para produzir inovações, do que grupos com mais recursos para organizar-se.

Sob essa ótica, vale citar que o autor Frank Moulaert (2010) desenvolve outras constatações importantes sobre a inovação social, assentadas sobre um

campo de estudo que ele chama de “desenvolvimento territorial”, o qual é muito semelhante ao Enfoque Institucional-Territorial de Moreno et al. (2019). Moulaert analisa as iniciativas provenientes de bairros e de pequenas comunidades, e diz que todas elas enfrentaram desafios ligados à organização e governança comunitária, acesso a recursos, e acesso a atores estratégicos. Nessa trajetória, todos os agentes da inovação também perceberam que era fundamental promover parcerias com organizações e atores externos ao contexto local. Assim, essas parcerias é que garantiriam a manutenção dos projetos desejados, sejam com parceiros da administração pública ou não.

É destacado que, ao pesquisar esse campo, algumas características são comuns:

Inovação social (...) diz respeito à satisfação de necessidades básicas e mudanças nas relações sociais dentro de processos sociais empoderadores; trata-se de pessoas e organizações afetadas pela privação ou falta de qualidade na vida cotidiana e nos serviços, que têm seu poder reduzido devido falta de direitos ou devido ao autoritarismo na tomada de decisões, e que estão envolvidas em agências e movimentos que favorecem a inovação social. (MOULAERT, 2010, p. 10, tradução própria)⁹

Além disso, é dito que comunidades e vizinhanças urbanas marcadas pela exclusão social no mundo moderno servem como ambiente fértil para o surgimento de estratégias de desenvolvimento territorial baseadas em inovação social. Sendo estas estratégias moldadas por uma dinâmica de constante negociação dentro da comunidade, já que propõem solucionar problemas complexos que muitas vezes tem raízes distintas (MOULAERT, 2010).

Em suma, após resgatar esses estudos, é possível conceber uma dupla lente de análise da inovação social em territórios urbanos reais. A primeira lente diz respeito à definição proposta por Anderson et al. (2011, p. 28, tradução própria): “Novas soluções para desafios sociais que têm a intenção e o efeito de gerar equidade, justiça e empoderamento.” Os elementos “equidade”, “justiça” e “empoderamento” podem ser explorados ao observar o que membros de uma vizinhança pensam a respeito desses conceitos no contexto de uma comunidade que

⁹ “Social innovation (...) is about the satisfaction of basic needs and changes in social relations within empowering social processes; it is about people and organisations who are affected by deprivation or lack of quality in daily life and services, who are disempowered by lack of rights or authoritative decision-making, and who are involved in agencies and movements favouring social innovation.” (MOULAERT, 2010, p. 10)

está vivenciando mudanças positivas. Isso poderia revelar o grau de inovação social das iniciativas que têm provocado essas mudanças.

Uma segunda análise pode ser feita por meio dos três focos de Moreno et al. (2019), a saber: a análise empírica das origens e das iniciativas, de seus objetivos e de sua significação social no contexto em que emergem (...)” (MORENO et al., 2019, p. 5); 2) “(...) sobre a capacidade das iniciativas de inovação social de gerar transformações significativas dos coletivos e dos territórios de maior vulnerabilidade, contribuindo para a criação de sociedades mais inclusivas e coesas(...)” (MORENO et al., 2019, p. 5); 3) “A capacidade para gerar nova institucionalidade democrática (...) intimamente ligada ao caráter participativo, à sustentabilidade e à escalabilidade das iniciativas” (MORENO et al., 2019, p. 5). Esses focos podem levar a uma descrição mais minuciosa dos projetos de inovação social que existem em um território específico.

2.3 A importância da dimensão territorial para a inovação social em comunidades locais

Até aqui, foi apresentada uma revisão sobre a literatura ligada a território, áreas urbanas, infraestrutura social, comunidades locais e inovação social. Esse conjunto de conceitos podem ser interligados, se considerarmos, que “as pesquisas sobre inovação social e território buscam analisar o papel dos atores sociais e suas práticas inovadoras no âmbito local” (BIGNETTI, 2011, p.8). Pensando nisso, tem sido comum estudos sobre inovação social em estudos das últimas décadas, como os livros “O Desafio da Inovação Social na Revitalização Urbana” (The Challenge of Social Innovation in Urban Revitalization) de 2008, “Inovação Social e Desenvolvimento Territorial” (Social Innovation and Territorial Development), de 2009, e “Os vizinhos podem salvar a cidade? desenvolvimento comunitário e inovação social” (Can Neighbourhood save the city: community development and social innovation), de 2010.

Então, é levantado o questionamento sobre quais motivos para a existência desses estudos que relacionam inovação social com os contextos locais. Porque há uma correlação entre a dinâmica de algumas comunidades em territórios urbanos degradados e o surgimento de iniciativas inovadoras que envolvem a vizinhança para solucionar problemas sociais?

Para Moulaert (2011), a primeira resposta é a intensa tangibilidade existente entre processos de declínio e processos de reestruturação de bairros

urbanos. A segunda resposta está ligada à existência de uma concentração espacial de desigualdades socioeconômicas somada a uma grande quantidade de atores indignados com a situação, levando conseqüentemente a um ambiente propício para o surgimento de alternativas reparatórias. Ao olhar para essas duas respostas em conjunto, percebe-se:

Frequentemente, muitos desses territórios passaram por longas trajetórias de 'desintegração', marcadas pela ausência de circuitos econômicos prósperos, fragmentação do capital social local, quebra de relações profissionais tradicionais que muitas vezes são benéficas, perda de qualidade na ação coletiva e nos na execução de políticas, etc. (MOULAERT, 2011, p. 28, tradução própria)¹⁰

E como consequência desses processos de degradação socioeconômica e urbana, e da presença de uma população transitória e necessitada, ocorre o desencadeamento de movimentações criativas a favor do resgate histórico, cultural e institucional que já houve no passado daquele território. Quando essa atuação tem caráter comunitário e colaborativo, é propício o enfrentamento de problemas sociais, a valorização profissional de moradores, e o estímulo a intervenções artísticas no local, já que indivíduos estão atuando em conjunto por um futuro melhor. As pessoas são então movidas por expectativas positivas, pelas forças ligadas às suas raízes identitárias, e pelos recursos (sejam eles materiais ou simbólicos) existentes naquele contexto (MOULAERT, 2011).

A partir do referencial teórico resgatado e das metodologias reunidas, o presente trabalho busca compreender o território da Lagoinha (Belo Horizonte, MG) como um espaço que se tornou propício a iniciativas de inovação social nos últimos anos. Nos próximos capítulos será encontrado um resgate da trajetória (demarcando os elementos históricos importantes para a identidade local) da área urbana conhecida como Lagoinha, com destaque para o processo de degradação sofrido ali. Assim, o território será considerado pela perspectiva da infraestrutura social, identificando tanto aspectos da sua base material (rede de serviços, equipamentos e demais aspectos tangíveis do território) quanto aspectos relativos à organização social (elementos culturais, redes de grupos comunitários e os valores e crenças da comunidade). Após essa análise, o trabalho procura identificar se e em que medida existem processos de

¹⁰ "very often many of these territories have lived through long histories of 'disintegration', marked by the absence of enabling economic circuits, fragmentation of local social capital, breakdowns of traditional and often beneficial professional relations, loss of quality of collective action and policy delivery systems, etc." (MOULAERT, 2011, p. 28)

inovação social em curso, quais são e o que desejam produzir. Há a intenção de identificar quais as iniciativas de inovação social têm se destacado na Lagoinha, buscando ver se e como elas têm produzido mudanças no território na perspectiva da Infraestrutura Social.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se constitui numa abordagem de aproximação do objeto, de forma que seu objetivo é investigar a relação entre um território urbano específico, composto de grupos sociais, e suas relações com uma questão específica. A investigação se dá de forma a explorar “o mundo dos significados das ações e relações humanas” (MINAYO, 2002, p. 10), considerando que o território só adquire significado no mundo real e a partir das interpretações humanas.

Dessa forma, é uma pesquisa qualitativa, que utiliza das interpretações da Sociologia e Antropologia, pois trata de motivos, significados, valores, crenças, atitudes, e aquilo que é profundo nas relações sociais existentes em uma sociedade, e seus fenômenos investigados não podem ser operacionalizados por meio de variáveis totalmente fixas (MINAYO, 2002). Assim, o interesse desta pesquisa está ligado ao conjunto de impressões dos moradores de uma comunidade específica, buscando compreender quais os significados que eles atribuem à região da Lagoinha, a ser descrita mais à frente. Então, é investigada a visão deles em relação ao passado, ao presente e quais expectativas para o futuro do território, e para isso também foi crucial um levantamento histórico documental sobre os acontecimentos da região.

O fenômeno que se almeja investigar é a dinâmica da Infraestrutura Social do território da Lagoinha (tratada aqui como uma região geográfica que contempla um conjunto de 8 bairros da cidade de Belo Horizonte). A Infraestrutura Social, é composta tanto por um aspecto material, como por outro que é imaterial, e requer a descrição dos elementos que o compõem (RIHARDSON & MUMFORD, 2002). Somado a isso, buscou-se entender a relação dessa Infraestrutura Social com a Inovação Social, tentando entender a existência desse tipo de inovação nas iniciativas existentes no território. Todo o desenvolvimento é feito no sentido de retomar as teorias e bibliografias ligadas à inovação social e à infraestrutura social, tendo sido feita uma revisão bibliográfica a esse respeito.

O trabalho se inicia com uma pesquisa bibliográfica mais robusta acerca das teorias e estudos necessários sobre os temas “território” e “inovação social”. Para a coleta de informações, em um primeiro momento foi preciso compreender o percurso histórico do território Lagoinha e utilizou-se de métodos da pesquisa documental, tais como notícias de jornais, revistas, documentos oficiais, fotografias, relatório e documentários. Em um segundo momento, foram aplicadas entrevistas

semiestruturadas no intuito de coletar as impressões e opiniões do público selecionado sobre o território estudado. Além disso, foi escolhida uma abordagem etnográfica, usando da observação-participativa, de tal forma que o pesquisador possa vivenciar as dimensões do cotidiano local de forma mais interativa e flexível. (FONSECA, 2002)

Adotar métodos da pesquisa etnográfica foi uma escolha feita também em decorrência da vivência prévia que o pesquisador já tinha no território em questão. Em julho de 2017, iniciou uma pesquisa relativa às Políticas Culturais do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira (CCLAO) localizado na Lagoinha, fazendo parte do projeto de extensão Observatório de Políticas Públicas, coordenado pelo então professor da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, Bernardo Novais da Mata Machado. Desde então, o pesquisador frequenta espaços do território e interage com membros de sua comunidade, tendo participado de projetos sociais pelo movimento Viva Lagoinha e tendo feito um curso de gestão cultural no CCLAO em 2018. Totalizando quase dois anos de interações com moradores e atores locais, o que trouxe um aspecto mais participativo para a presente pesquisa, pois já conhecia muitas das pessoas do território, justificando então o uso da etnografia.

Outro fator que justifica o uso dos métodos etnográficos é que, dada a extensão do território, foi necessário encontrar um momento e um espaço em que grande parte dessas iniciativas estariam reunidas. Dessa forma, o Festival CURA Lagoinha foi escolhido como *locus* para a vivência de campo do pesquisador. A sigla CURA remete a Circuito Urbano de Artes, e sua quarta edição teve a Lagoinha como palco. Segue aqui a descrição geral do festival e detalhes das suas três primeiras edições:

É o primeiro festival de pintura em empenas de Belo Horizonte. Em sua primeira edição em agosto de 2017 o festival realizou a pintura em 4 prédios e dois muros, um localizado na rua Sapucaí e outro dentro da Estação Central do Metrô. Em sua edição especial em homenagem aos 120 anos de Belo Horizonte, o festival pintou 2 prédios. (...) em novembro de 2018 o CURA pintou mais 4 empenas e um muro. (...) Os murais pintados tem entre 450 e 1.780 metros quadrados, sendo um deles o mural mais alto pintado por uma mulher na América Latina com 56 metros de altura. Além das pinturas, o festival promove mesas de debates, feiras de arte, festas e ações especiais sempre dialogando com a arte urbana e a cultura de rua. (CURA.ARTE, 2019)

No festival CURA Lagoinha, as atividades foram desenvolvidas entre os dias 5 a 15 de setembro de 2019, tendo sido convidados 11 artistas diferentes

(nacionais e internacionais) para fazer a pintura de prédios, muros e bares da Lagoinha. A programação do festival (ver ANEXO) contava também com oficinas, rodas de conversa, palestras, aulas abertas, apresentações musicais, teatrais, de dança, e venda de comidas e bebidas variadas. A maioria deles aconteceram na Rua Diamantina, de forma que o espaço selecionado foi chamado de “Mirante Lagoinha”, pois permite a observação de diversas pinturas realizadas no território.

O projeto consiste na construção de um mirante – localizado na rua Diamantina, altura do número 720 – de onde as pessoas poderão apreciar os desenhos que começaram a ser pintados por oito artistas na última quinta-feira.

Patrocinado pela cervejaria mineira Wäls, o C.U.R.A. Lagoinha visa o fortalecimento deste território na cidade e terá 11 dias de festa nas ruas da região, que estão ocupadas desde o dia 5 com DJs, bar Wäls, roda de samba de rua, shows, oficina, mesas de debate e feira de arte.

Além disso, há exposições, rodas de conversas, exibição de filmes e oficinas de criatividade, tipografia, empreendedorismo periférico e apreciação de cerveja. (ANDRADE, 2019)

O Festival chegou à Lagoinha por convite dos idealizadores de dois projetos locais, o Viva Lagoinha e o Casas da Lagoinha.

Além do C.U.R.A. e dos projetos Viva Lagoinha e Casas da Lagoinha, outras iniciativas de empreendedorismo criativo já presentes no bairro estão juntas na realização do projeto e na extensa programação urbano-cultural que vai rolar por lá até o dia 15. Entre elas, a Órbi Conecta, Universidade Popular do Som, Casa Rosa do Bonfim e vários outros.

Toda a programação está amarrada a atores que já estão na Lagoinha, atuando como articuladores da revitalização da região. São espaços e iniciativas importantíssimos para a vida cultural da Lagoinha, para o empreendedorismo criativo local, espaços que já estão fazendo e acontecendo por lá. Estamos muito felizes de construir um C.U.R.A. afetivo, que olha e se relaciona com o território. Está sendo bem especial para nós”, completa Juliana [uma das três curadoras do festival]. (ANDRADE, 2019)

A marcante presença de atores locais na programação divulgada pelo Festival entrou em consonância com o objetivo da presente pesquisa, já que muitos desses atores tinham potencial capacidade de auxiliar no entendimento sobre a dinâmica social da Lagoinha e sobre a inovação social que têm crescido ali nos últimos anos. Assim, se optou por desenvolver uma observação-participante durante todos os dias do evento, realizando interações com os participantes, fazendo registros visuais em fotografia, escrevendo anotações diárias em um caderno de campo e aplicando entrevistas semiestruturadas.

Para compreender melhor como essa observação-participante foi orientada, cabe citar o autor Cardos de Oliveira (1998), que ao dissertar sobre a dimensão do olhar na pesquisa antropológica, o autor aponta que o pesquisador que executa uma pesquisa de campo chega em seu ambiente de observação com um “olhar etnográfico”. Essa forma de interpretar o espaço e as pessoas que o compõem é possível pois há um estudo teórico prévio à execução da “imersão”. Esse estudo permite a preparação do pesquisador, munindo ele de conhecimentos e ferramentas importantes para a adequada interpretação do seu objeto de investigação. Assim, no trabalho de campo, o pesquisador será capaz de observar o que condiz com as teorias e estudos lidos, identificar elementos da realidade que não condizem com ideias do senso comum, apontar possíveis mudanças socioculturais que ocorreram e que os estudiosos ainda não identificaram nas pesquisas já feitas.

Também é mencionado por Cardoso de Oliveira (1998) a relevância de se compreender os sistemas simbólicos dos grupos sociais investigados, citando num viés mais ligado à Antropologia, a importância do domínio da língua de um grupo indígena para um melhor entendimento da realidade observada: a nomenclatura dos objetos, ações e indivíduos. O autor ainda menciona que esse exemplo pode ser usado como analogia para outras situações de pesquisa na área sociológica, política e além.

Dessa forma, o pesquisador participou de todos os dias e de grande parte das atividades do evento. Nas análises que se encontram no decorrer do trabalho, constam impressões do próprio pesquisador, a partir de sua presença no festival que pode ser considerada como a de um “pesquisador-participante”, no intuito de usar as lentes do “olhar etnográfico”. Essas impressões foram registradas no Caderno de Campo em diferentes datas, o qual é usado como fonte durante o desenvolvimento do trabalho.

Em relação às entrevistas feitas, houve um total de 41 pessoas entrevistadas, havendo dois tipos de entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE): a primeira (chamada neste trabalho de “GERAL”) buscava identificar a percepção do entrevistado sobre a Lagoinha do passado, a Lagoinha do presente e as principais transformações e problemas da região; a segunda (chamada neste trabalho de “CURA”), almejava captar as impressões dos entrevistados em relação ao festival que acontecia. Assim, foram aplicadas 29 entrevistas do tipo “GERAL” e 30 do tipo

“CURA”, sendo que 14 pessoas se consideraram moradoras da Lagoinha e 27 não se identificaram como moradoras da Lagoinha.

Para as análises deste estudo, foram usadas somente as entrevistas feitas com os moradores, pois era preciso selecionar um grupo menor de entrevistas para serem analisadas. As dos moradores refletiam melhor as características do território da Lagoinha, que é objeto da pesquisa. A seguir, no quadro 2, podem ser observadas características dos entrevistados moradores, sendo importante destacar que a definição da cor/etnia foi registrada exatamente da forma como o(a) entrevistado(a) se identificou na fala. Além disso, 4 entrevistados(as) preferiram não identificar sua cor/etnia.

Quadro 2: Informações sobre as entrevistas feitas com moradores da Lagoinha

Entrevista (n.)	Data da entrevista	tipo de entrevista (GERAL)	tipo de entrevista (CURA)	Idade (anos)	Profissão/Ocupação	Gênero?	Cor/Etnia?	Rua?	A quanto tempo mora?
1	6/9	sim	não	89	Do lar	Feminino	-	Rua Diamantina	89 anos
2	6/9	sim	não	30	Pedagoga	Feminino	-	Itapecerica	2 meses
3	6/9	sim	não	36	Mãe	Feminino	-	Rua Beberibi	36 anos
4	7/9	sim	não	36	Motorista	Masculino	-	Fagundes Varela	6 anos
5	9/9	sim	sim	22	Vendedor de Bala de Goma no sinal	Masculino	preto	Antônio Carlos (IAPI)	8 anos
6	10/9	sim	sim	45	aposentada	Feminino	negra	Rio Novo	45 anos
7	12/9	sim	sim	28	Empreendedor	Masculino	Negro	Rua 15 de Abril	38 anos
8	13/9	sim	sim	63	Aposentada	Feminino	Morena	Diamantina	40 anos
9	14/9	sim	sim	61	Servidor Público Estadual	Masculino	Negro	Rua Itapecerica	61 anos
10	15/9	sim	sim	33	Servidor Público	Masculino	Branco	Diamantina	10 anos
11	15/9	sim	sim	50	Auxiliar de apoio às ciranças de inclusão em Escola	Feminino	Negra	Pedreira Prado Lopes	50
12	15/9	não	sim	51	Comerciante (Bar e Restaurante)	Masculino	Negro	Além Paraíba	48 anos
13	15/9	não	sim	62	Feirante	Feminino	Negra	Rua Carmo do Rio	62 anos
14	15/9	não	sim	50	Cozinheira Profissional	Feminino	Parda	Diamantina	14 anos

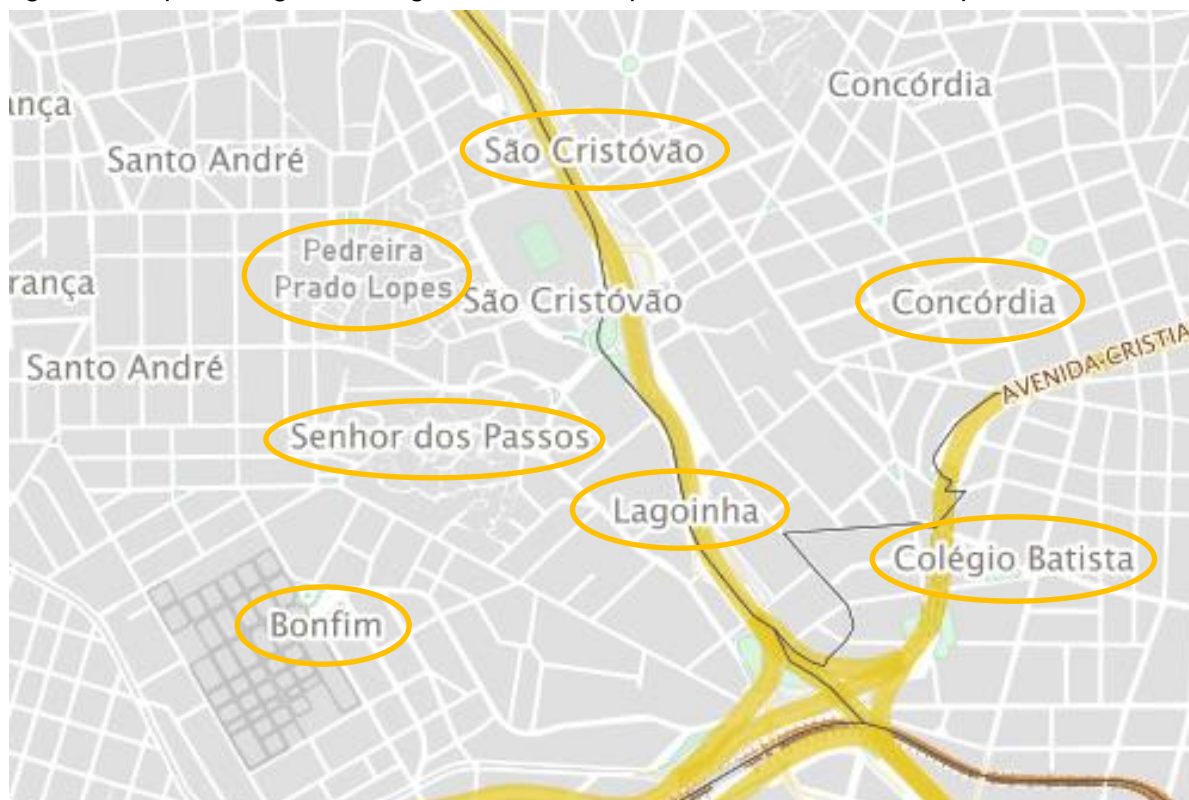
Fonte: Elaboração própria. (PENIDO, 2019).

Assim, a pesquisa utiliza de métodos qualitativos: entrevistas semiestruturadas, análise bibliográfica, análise documental e observação-participante. Entretanto, se buscou uma atenção especial para a dimensão cultural da comunidade presente no território investigado, e alguns conhecimentos da teoria antropológica foram cruciais para conduzir a pesquisa, o que se materializa na ideia de “olhar etnográfico”, que foi tão importante para a geração de empatia entre pesquisador e objeto, além de uma compreensão ativa das dinâmicas sociais locais.

4 LAGOINHA: DO BERÇO DE BELO HORIZONTE AOS DESAFIOS DA MODERNIDADE

O Bairro “Lagoinha” pode ser compreendido a partir de uma visão *strito sensu*, como espaço urbano formalmente delimitado segundo os critérios da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no seu atual Plano Diretor (BELO HORIZONTE - Lei Municipal nº 11.181/19), ou pode ser entendido em visão *lato sensu*, como a “Região da Lagoinha” ou simplesmente “A Lagoinha”, um conjunto de 7 bairros (Lagoinha, São Cristóvão, Bonfim, Concórdia, Colégio Batista, Vila Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes) do Município de Belo Horizonte, destacadas na figura 4 Essa definição mais ampla é percebida no recente projeto da PBH “Horizontes Criativos”.

Figura 4: Mapa da região da Lagoinha, formada pelos 7 bairros em destaque

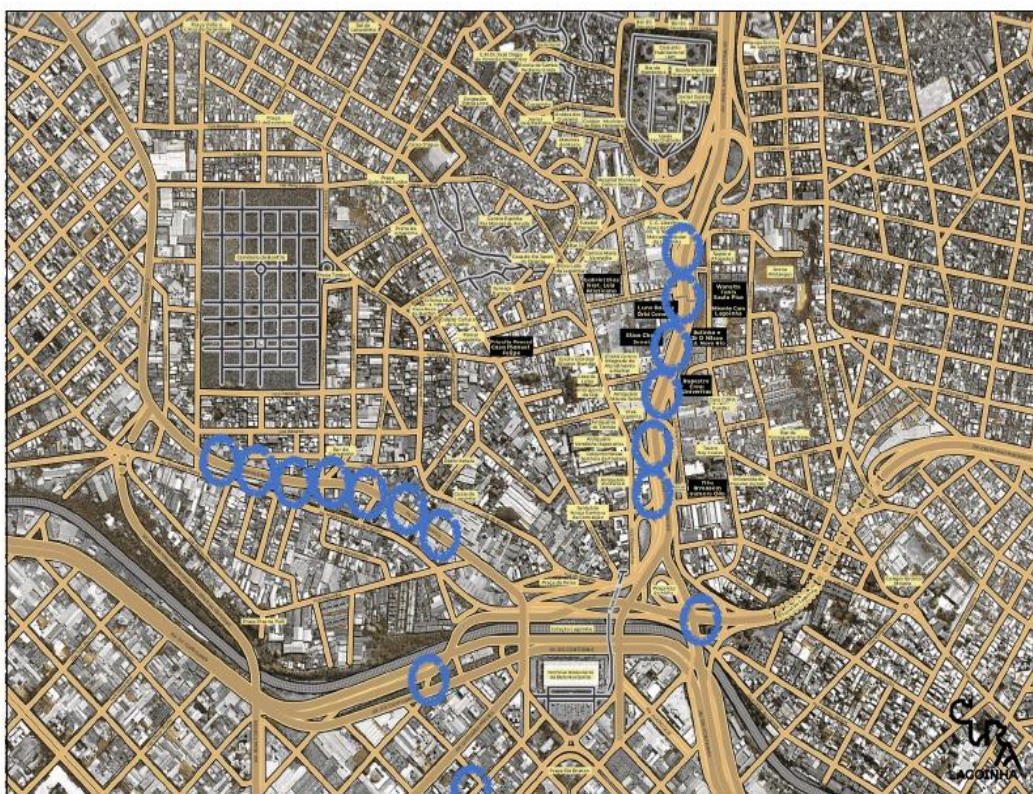


Fonte: *print screen* da área pelo aplicativo BH Map.

Essa visão mais ampla do termo Lagoinha se justifica pelo viés histórico apresentado pelo Professor Daniel Silva Queiroga, morador da Lagoinha e coordenador do projeto “Casas da Lagoinha” durante o “Aulão: A Lagoinha Passada a limpo” (realizado no dia 05/09, durante o CURA Lagoinha). Durante a aula aberta, Daniel revelou que, em suas pesquisas sobre a origem da cidade, foram encontradas evidências de várias “alagoinhas” na região do atual bairro e nos entornos, pois os

córregos que passavam por ali formavam remansos e alagados ao longo de seu trajeto. Dessa forma, a região era conhecida como “Lagoinha”, no singular, e na figura 5 a seguir, podem ser vistas as posições das antigas “lagoinhas” no mapa atual da região, predominantemente ao longo da Avenida Pedro II à esquerda, mais em horizontal, e ao longo da Avenida Antônio Carlos, ao centro, mais em vertical.

Figura 5: Posição das antigas “alagoinhas” existentes na região da Lagoinha, indicadas em um mapa atual da região



Fonte: Slide 5 da Apresentação usada no “Aulão: A Lagoinha Passada a limpo”, pelo professor Daniel Silva Queiroga.

Entretanto, o Professor Daniel também destacou que durante a época do arraial Curral d’El-Rei, no início do século XX, a região da lagoinha contemplava uma área bem maior, indo do atual centro de Belo Horizonte, até o atual Minas Shopping. O que revela que na origem do termo que nomeia um único bairro “Lagoinha”, já se pensava em uma concepção muito mais abrangente, e que então abrangeria muitos outros bairros da atual cidade.

Corroborando com essa abordagem geográfica e histórica, os convidados que protagonizaram a “Roda de Conversa: Quem é a Lagoinha? Subjetividade dos Saberes Populares” (realizado no dia 08/09, durante o CURA Lagoinha) também defenderam a ideia da região da Lagoinha, que contemplaria então vários bairros.

Durante essa roda de conversa, estavam presentes diversas lideranças religiosas (de matriz africana) locais, e enfatizaram a importância de compreender as “várias Lagoinhas”, pois a região é múltipla em costumes, culturas e ancestralidades, e essa ideia de multiplicidade deve sempre ser respeitada quando se fala da Lagoinha.

Por último, também é importante destacar que durante o evento CURA Lagoinha, percebeu-se que alguns moradores de bairros adjacentes ao “bairro formal Lagoinha” dizem se sentir pertencentes moradores da Lagoinha. Afinal, a própria configuração física do espaço facilita essa integração:

o diálogo do bairro com seu entorno imediato (bairros Bonfim e São Cristóvão, Vila Senhor dos Passos) é feito naturalmente. Não há barreiras físicas ou limitadores que definam claramente a transição entre o que pertence e o que não pertence à Lagoinha. (PBH, 2011, p. 34)

Desse modo, as análises a seguir terão como lente principal a ideia da Lagoinha como território amplo e com limites fluidos. Entretanto, em alguns momentos, ela será tratada como bairro formal delimitado pela PBH, devido às referências necessárias para o presente trabalho, tendo em vista que essa é uma orientação comum nas bibliografias e na opinião de alguns entrevistados e entrevistadas.

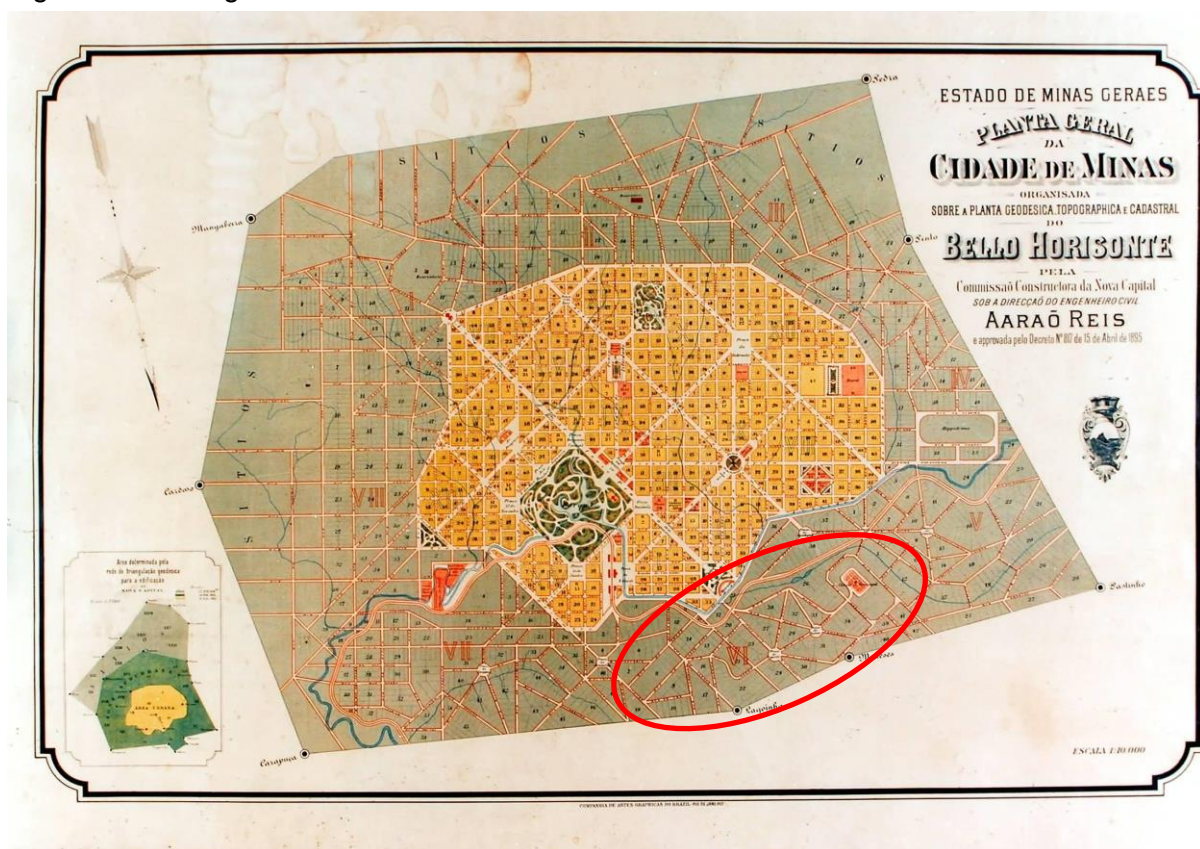
Assim, buscando uma compreensão mais aprofundada do significado da Lagoinha, faz-se necessário recuperar a trajetória desse território, que é um dos mais antigos da cidade, e que se constituiu junto com o nascimento da capital. Sua história foi intensamente marcada por um processo de negligência por parte do Poder Público municipal ao longo de várias décadas. Assim, quando se passa pela região nos dias atuais, é possível captar muitas evidências de degradação da área urbana, como, por exemplo, a precariedade da conservação de muitas edificações centenárias, e também a presença marcante de pessoas em situação de rua e de usuários de drogas. Essas e outras características da Lagoinha serão tratadas a seguir.

De início, deve-se pontuar que para compreender a história e a trajetória de mudanças da Lagoinha, é importante lançar luz também sobre a história da cidade de Belo Horizonte como um todo, pois os principais acontecimentos da capital geraram muitos reflexos diretos na configuração espacial da Lagoinha. O diagnóstico realizado pela PBH em 2011 sobre a Lagoinha é uma fonte institucional que realiza esse comparativo histórico em detalhes. Ao longo desse estudo, a Lagoinha é analisada na perspectiva de “bairro” da cidade de Belo Horizonte, já que preconiza

uma análise restrita à área que constava como “bairro Lagoinha” no Plano Diretor vigente à época.

Iniciando esse olhar sobre o passado da cidade, rapidamente se encontra um grande marco na década de 1890, quando houve a decisão de transferir a capital do Estado de Minas Gerais. Assim, o município de Ouro Preto perde o posto de capital e este é passado para a localidade do então Curral d’El-Rei, a partir do qual o engenheiro Aarão Reis foi responsável por traçar o primeiro plano de construção de uma cidade brasileira, Belo Horizonte. (PBH, 2011)

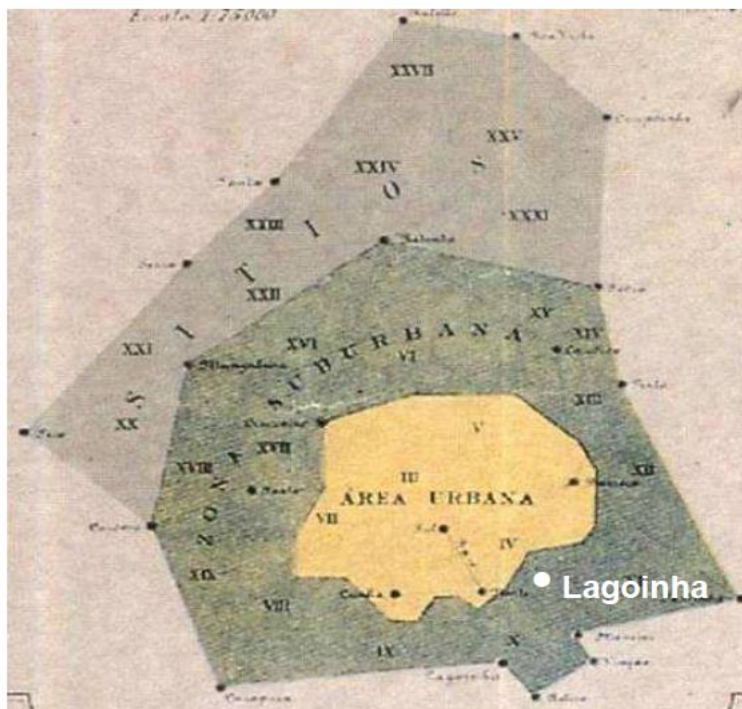
Figura 6: Planta geral da cidade de Belo Horizonte.



Fonte: Comissão Construtora de Belo Horizonte - Public Image, 1895

A Lagoinha foi então prevista sob o título oficial de “Seção VI da Zona Suburbana” no Plano de Aarão Reis, elaborado na década de 1890 (a região pode ser observada dentro do círculo vermelho na figura 6 acima). Nesses tempos, a Lagoinha tinha uma localização estratégica junto ao Terminal Rodoviário da cidade e se popularizou muito por abrigar muitos viajantes que passavam pelo arraial e por ter intensa vida boêmia. (PBH, 2011).

Figura 7: Divisão das zonas de ocupação da cidade de Belo Horizonte.



Fonte: PBH, 2011.

Como é mostrado na figura 7, a cidade foi dividida em três zonas de ocupação: a primeira e mais central é a Zona Urbana, que é delimitada pela Avenida 17 de Dezembro (atual Avenida do Contorno); a segunda e intermediária, é a Zona Suburbana, que seria destinada a sítios e chácaras; e a última, mais externa, é a Zona Rural, destinada ao abastecimento das outras zonas. (PBH, 2011). Na mesma figura se vê a proposta do Bairro Lagoinha na Zona Suburbana, presente no plano original de Aarão Reis, o qual tinha a denominação oficial de “Seção VI da Zona Suburbana”.

Somente as Seções VI e I foram priorizadas no planejamento de ocupação da Zona Suburbana. Assim, entre 1897 e 1920 o povoamento da Lagoinha foi muito acelerado, o que pode ser justificado por dois pontos principais. O primeiro é a sua posição geográfica, muito próxima ao centro da cidade, e às estações ferroviária e rodoviária. Isso culminou no surgimento de bares, casas noturnas, comércios e pensões que atendiam à população local e passageira. (MACHADO, 1990, apud PBH, 2011). Seria então a “Lagoinha como uma extensão da região central” (PBH, 2011, p. 18).

O segundo ponto principal diz respeito à imigração italiana no bairro, que ocorre no intuito de suprir a demanda de mão-de-obra operária para a construção da cidade, mas acaba contribuindo também para a criação de indústrias, fábricas e casas

comerciais pela região (PBH, 2011). Mas não somente italianos, havendo também muitos imigrantes portugueses e alemães, além de mineiros de várias regiões, que chegam no local para atuar como trabalhadores braçais (DA SILVA; SALGADO, 2018). Um dos fatores que motivou essa chegada de imigrantes se deve à existência da Pedreira Prado Lopes nas proximidades da Lagoinha, que atraía essa massa populacional trabalhadora por fornecer matéria prima para as fundações e obras de Belo Horizonte.

Pensando nisso, por estar localizada fora dos limites da Zona Urbana, o controle de uso e ocupação da região era menos rígido e “as dificuldades de assentamento da população mais pobre levaram a uma série de reparcelamentos e desmembramentos das colônias agrícolas situadas nas zonas suburbanas, para utilização com fins habitacionais” (MORAES e GOULART, 2002 apud PBH, 2011, p.17). Ademais, “em 1912, Belo Horizonte tinha 70% dos 38.000 habitantes fora da zona urbana, predominantemente nos bairros da Lagoinha, Floresta, Santa Efigênia, Calafate e nas Colônias Agrícolas (...)” (ANDRADE e MAGALHÃES, 1998 apud PBH, 2011, p.17)

Vale destacar então que nas primeiras décadas do século XX eram numerosas as reivindicações por melhorias urbanas feitas pelos moradores da Lagoinha, principalmente em relação ao saneamento básico e à segurança pública. Isso pode ser constatado no resgate de diferentes jornais da época, presente no Diagnóstico da PBH (2011), havendo ainda na década de 1910 o atendimento de algumas dessas demandas pelo poder público.

Nessa mesma década, ocorreu também a inauguração da linha de bonde na Rua Itapeçerica, a inauguração do Grupo Escolar Silviano Brandão, e o surgimento da importante Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição. Tanto a linha de bonde quanto a escola são marcos importantes para a constituição do patrimônio histórico e cultural local, além de facilitaram a mobilidade com o transporte público e o acesso à educação com a nova escola (PBH, 2011).

Em seguida, entre 1921 e 1930, florescem mais símbolos marcantes da Lagoinha, como a Praça da Lagoinha - conhecida também como Praça Vaz de Melo - e era repleta de pontos comerciais importantes para toda a cidade, com fácil acesso ao centro por meio de uma ponte que, apesar de precária, permitia a passagem de muitos veículos e transeuntes. Outros dois símbolos são a Igreja Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1923, e “é desta época também a construção da residência

(de arquitetura) eclética à rua Itapecerica, nº 579, conhecida como ‘Casa da Loba’” (PBH, 2011, p. 21), que pode ser vista na figura 8. Esses acontecimentos são importantes para a consolidação da imagem positiva da Lagoinha, caracterizando o seu desenvolvimento econômico e cultural.

Figura 8: CASA DA LOBA – Considerada como um símbolo da imigração italiana na Lagoinha e símbolo da prosperidade econômica e cultural vivida na região no início do século XX.



Fonte: PBH, 2011.

A região cresce com os anos e é marcada por indústrias locais, pelo comércio variado (tecidos, materiais de construção, mercados) e uma intensa atividade boêmia e cultural com bordéis, casas de show, bares e rodas de samba. Vale a pena destacar inclusive o popular título conferido ao local como Berço do Samba de BH. (CARNEIRO, 2001)

Ao mesmo tempo, o Diagnóstico da PBH (2011) pontua que nesse período (1921-1930) ocorre a primeira intervenção na estrutura viária do bairro, a partir da “desapropriação das margens do Córrego da Lagoinha para a abertura de uma avenida sanitária” (PBH, 2011, p. 21). A justificativa foi destacada no Decreto 19/1927 (BELO HORIZONTE, 1927, apud PBH, 2011), que citava o esgotamento da

capacidade de tráfego na Rua Itapeçerica e a necessidade de desafogá-lo. Depois dessa intervenção, vão surgir várias outras semelhantes, alavancadas pelo prefeito Juscelino Kubitschek (entre 1940-1945), com um incisivo discurso que visava o progresso e a modernização de Belo Horizonte, fortemente exemplificado pela construção do Conjunto Arquitetônico da Pampulha na década de 1940.

E foi nessa onda modernizadora, que, na década de 1930, Belo Horizonte tem sua estrutura viária reordenada e a Lagoinha é enfatizada como espaço de articulação da região central com o Norte e Oeste da cidade. Isso é materializado pelo início da construção da Avenida Pedro I, tapando o Córrego da Lagoinha e criando uma segmentação do bairro antes não existente: a porção leste e a porção oeste do bairro, que passam a ser conectadas apenas por três ruas transversais (ver figura 16 ao final desta sessão, com evolução das intervenções viárias). Ademais, a necessidade de conectar a região central à “nova Pampulha” culminou na construção da Avenida Pampulha, que partia da Lagoinha e seguia até a região mais a norte da cidade (PBH, 2011). E o bairro vai então ganhando cada vez mais a conotação de “local de passagem”.

Na década de 1940, já eram percebidas duas favelas conectadas à Lagoinha: a Pedreira Prado Lopes e a Vila Senhor dos Passos. Assim, com o intuito de enfrentar o grande número de moradias irregulares que surgiam na favela Pedreira Prado Lopes, a Prefeitura comandou uma grande obra, atrelada ao ideário de progresso da época. (PBH, 2011). A obra consistia na construção do Conjunto São Cristóvão (FIGURA 9), em 1942, também conhecido como Conjunto IAPI, num ambicioso conjunto residencial com capacidade para abrigar mais de 5000 trabalhadores. Destarte, é possível dizer que havia uma certa orientação política nesse processo, haja visto que era “urgente a necessidade de extinguir aquela favela que se apresentava como o contra modelo do progresso e da prosperidade ambicionados pelo governo de JK”. (GEPH, 2007, p.11 apud PBH, 2011)

Figura 9: Conjunto São Francisco, conhecido como Conjunto IAPI



Fonte: Revista Encontro, 2014.

O Conjunto IAPI construído e habitado gerou a demanda de mais serviços nos entornos, e levou à uma segunda grande obra: o ambulatório do Hospital Municipal Odilon Behrens, em 1944. Mais tarde, o ambulatório seria expandido, criando várias novas alas do Hospital.

Nos anos seguintes, de 1946 a 1964, a cidade vive um crescimento populacional muito intenso, mais que triplicando sua quantidade de habitantes (em 1950 eram 350.000 e em 1964 chegava a um total de 1.200.00). A área circundada pela Avenida do Contorno é totalmente urbanizada nesse período e as mudanças arquitetônicas são muito intensas na região central, com a substituição de muitas construções por edifícios verticalizados. Além disso, dois marcos importantes são construídos na Pampulha: o Aeroporto da Pampulha (1954) e o Estádio Mineirão (1957).

Nesses anos (1946 a 1964), a Lagoinha não passou por mudanças intensas, tendo apenas consolidado sua configuração já existente (PBH, 2011). Entretanto, um marco dessa época para o bairro foi a inauguração do Mercado Popular da Lagoinha em 1949 (FIGURA 10 e FIGURA 11). Localizado na atual Avenida Antônio Carlos, número 821, esse centro comercial foi construído pela Beneficência da Prefeitura Municipal (BEPREM) com o objetivo de suprir a demanda

da população da capital por abastecimento, a qual vivia uma crise de abastecimento na década de 1950 (PORTAL BPH). A Lagoinha era reconhecida como subcentro de Belo Horizonte, o que justifica a escolha do local como ponto comercial estratégico (BERNARDES, 2016). Assim, durante aproximadamente 38 anos, passaram por lá diversos consumidores e vendedores de verduras, legumes, cereais e frutas, o que conferiu importante sentimento identitário para a população da região. (PORTAL PBH)

Figura 10: Inauguração do Mercado Popular do Bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, no ano de 1951.



Fonte: Arquivo EM, 2015.

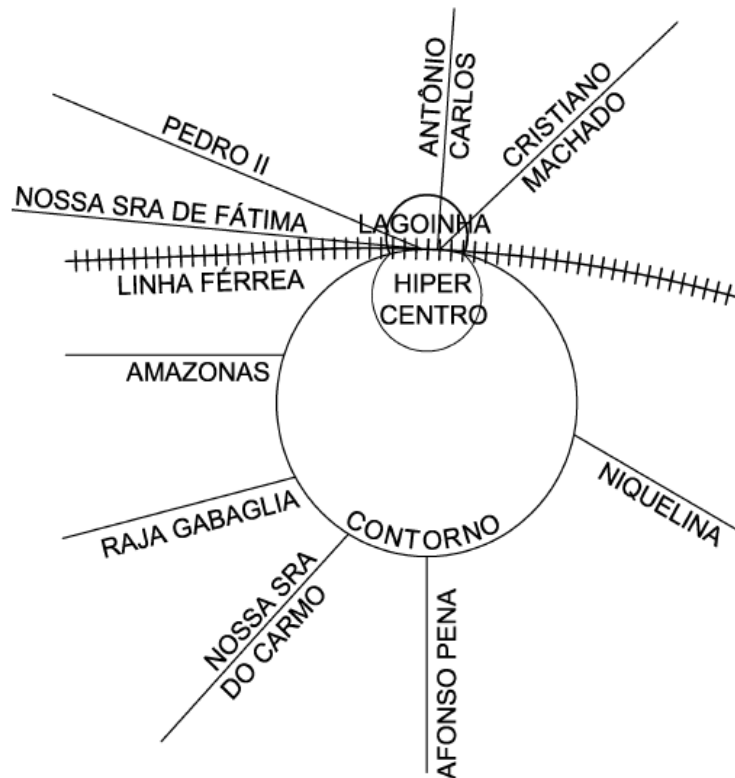
Figura 11: Interior do Mercado da Lagoinha em atividade no ano de 1960



Fonte: Fotos antigas de Belo Horizonte, 2015.

Passando para o ano de 1965, a Lagoinha vai entrar em um período de intervenções muito impactantes, as quais vem acontecendo até os dias de hoje; um processo que deixará ainda mais de lado a preservação dos símbolos do bairro. É a continuação de um processo iniciado décadas antes, de intervenções feitas em detrimento do patrimônio histórico local, valorizando apenas seu potencial de integração centro-bairros. (PBH, 2011). Assim, as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000 devem ser destacadas, pois contém uma série de projetos viários e demolições de quadras, que vão dar origem a grandes espaços vazios e a uma enorme segmentação do bairro. A figura 12 abaixo revela um esboço da importante conexão viária que a Lagoinha possibilitou entre o centro e os bairros e regiões ao norte da Avenida do Contorno (PBH, 2011)

Figura 12: Lagoinha, área central e o sistema viário arterial.



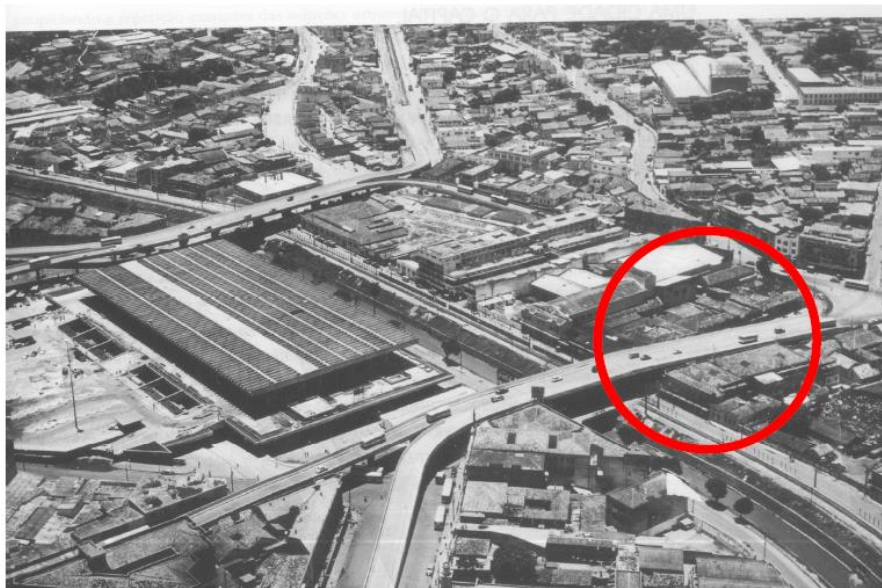
Fonte: PBH, 2011

“O sistema viário principal de Belo Horizonte – vias arteriais – é majoritariamente radial: a maioria das grandes avenidas tem o Centro como foco. A situação da linha férrea, que tangencia a área central pelo lado norte, faz com que os acessos ao Centro vindos do norte sejam feitos necessariamente por viadutos – o Ribeirão Arrudas, paralelo à linha férrea, dificulta a implantação de trincheiras. No limite entre a Lagoinha e o hipercentro encontra-se a confluência de cinco importantes corredores de tráfego da cidade: avenidas do Contorno, Cristiano Machado, Antônio Carlos, Pedro II e Nossa Senhora de Fátima. Assim, para conectar estes corredores entre si e com o hipercentro, foi necessária a criação de um grande complexo de viadutos – o complexo da Lagoinha – que implicou em desapropriações, alterações na paisagem urbana e desconexão do bairro com a região central.” (PBH, 2011, p.10)

“De fato, articulando importantes vias estruturantes (como as avenidas Cristiano Machado, Presidente Antônio Carlos, Dom Pedro II, Nossa Senhora de Fátima e Contorno), o bairro teve um papel decisivo na configuração do sistema de artérias rádio-concêntricas que seriam as responsáveis pela comunicação da zona urbana com as suburbanas nas décadas seguintes. Desde então, o bairro vem sofrendo constantes mutilações em sua estrutura física, tendo sido preteridos seu papel histórico e seu importante acervo arquitetônico em nome da articulação centro-bairros.” (PBH, 2011, p. 06)

E foram com várias obras que o território se moldou, valendo a pena destacar alguns pontos. Na década de 1970, foram construídos “os primeiros viadutos de transposição da avenida do Contorno (...), no intuito de facilitar a ligação das avenidas Presidente Antônio Carlos e Dom Pedro II à área central” (PBH, 2011, p. 29). Um desses viadutos foi feito sobre a Praça Vaz de Melo (FIGURA 13), e essa nova configuração da praça intensificou o caráter degradante e marginalizado da região, consolidando o estereótipo negativo local de “reduto de marginais, prostitutas e viciados”. Alguns anos depois, toda a área comercial que compunha a Praça Vaz de Melo é demolida, aumentando visão de degradação do bairro, já que essa era “a porta de entrada para o bairro, responsável, no passado, pela articulação com a área central e pela consolidação de seu marcante caráter comercial.” (PBH, 2011, p. 29)

Figura 13: Viaduto sobre a Praça Vaz de Melo.



Fonte: PBH, 2011

As demais obras que seguem ao longo das décadas, então, são feitas a partir da desapropriação e demolição de muitas quadras, canalização de córregos e criação de áreas vazias em meio às vias. Além disso, muitos viadutos foram criados e depois rearranjados, sendo que algumas intervenções físicas importantes nesse processo podem ser citadas: a construção do túnel da Avenida Cristiano Machado (década de 1970); a criação do Trem Metropolitano - atual metrô da Capital - e criação do Complexo Viário da Lagoinha (década de 1980); criação da Praça do Peixe e da “nova” Praça Vaz de Melo (década de 1990); a duplicação da Avenida Antônio Carlos

e instalação do transporte rápido por ônibus *Bus Rapid Transit - BRT* (década de 2000). (Ver figura 16 ao final desta sessão, com evolução das intervenções viárias).

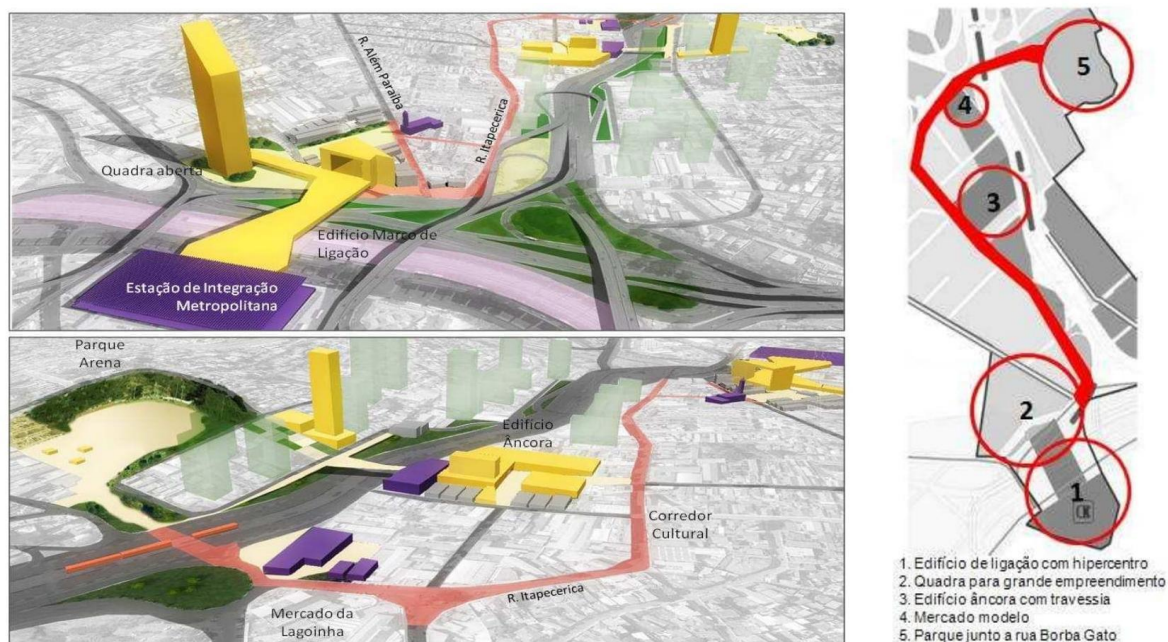
Ao final do estudo da PBH (2011), são analisados vários aspectos da conjuntura da Lagoinha na época em que o diagnóstico foi produzido, fazendo duas análises: a primeira é Urbana, sobre a “Paisagem”, “Uso do espaço público”, “Arborização e iluminação”; e a segunda é Arquitetônica, a respeito do “Uso”, “Altimetria”, “Estado de Conservação” e “Patrimônio”. A maioria das conclusões dessas análises são negativas e vão servir como justificativa para a última parte do Diagnóstico “NOVAS POSSIBILIDADES”.

Essa última sessão apresenta todo conteúdo que envolve o bairro Lagoinha no Plano Urbanístico para viabilização da Operação Urbana Consorciada ao longo das avenidas Presidente Antônio Carlos e Dom Pedro I. Esse conteúdo é uma nova proposta de intervenção para a Lagoinha que se propõe como

[...] uma oportunidade ímpar na viabilização de intervenções estruturantes que recuperem e valorizem a importância cultural e histórica do bairro, promovendo, por consequência, as melhorias sociais e ambientais definidas pela Lei [Lei 9.959/2010 do Município de Belo Horizonte, referente à Operação Urbana Consorciada - pé de página] (PBH, 2011, p. 50)

Assim, são mostradas imagens-conceito de como seria o resultado dessas intervenções, e elas são divididas em 5 eixos: A - Arquitetura; B - Urbanismo/Meio Ambiente; C - Mobilidade; D - Economia; E - Turismo. Dentre as propostas, cita-se: melhorias na iluminação, trânsito e calçamento; a criação de áreas verdes e de um corredor cultural (FIGURA 14); construção de pavimentos suspensos para circulação de pedestres; criação de instrumentos de fomento da economia e do turismo; instalação de equipamentos culturais; e recuperação dos imóveis tombados. Poucas das iniciativas previstas foram implementadas até o momento, mas vale a pena dizer que a prefeitura iria incorporar algumas dessas ideias no projeto NOVA BH e o projeto do Centro Administrativo da PBH, sendo que ambos não chegaram a ser implementados.

Figura 14: Proposta para o corredor cultural da Lagoinha



Fonte: PBH, 2011

Ademais, é relevante para o território destacar que, em 2013, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte inicia uma articulação em torno desse enorme projeto que objetivava a construção de um Centro Administrativo que integraria várias secretarias e serviços municipais em um edifício de 18 andares. A iniciativa gerou muitas discussões entre vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, principalmente após uma publicação oficial do executivo:

“No dia 28 de junho de 2013, a prefeitura publicou o decreto nº 15.252, no qual, dentre outras coisas, constavam informações de que o órgão administrativo solicitava a expropriação de 20 imóveis, localizados nas ruas Além Paraíba e Bonfim, próximos à Avenida Antônio Carlos.” (DUARTE; LOURENÇA; ALENCAR, 2014).

Os 20 imóveis em questão fazem parte da Lagoinha, de modo que alguns vereadores e moradores afirmaram que o projeto levaria a uma forte especulação imobiliária na região, elevaria o custo de vida, além de que os habitantes dos imóveis não tinham intenção de sair de lá. Foi dito que não se tratava de uma solução efetiva para os problemas enfrentados no bairro, pois as reais necessidades da Lagoinha perpassavam pela melhoria das linhas de ônibus, e criação de usos culturais para as casas antigas da região. Assim, foram organizadas audiências públicas que geraram mobilização da população local, reunindo muitas opiniões contrárias ao projeto,

culminando, após 2 meses, na transferência da obra para a área de estacionamento da Rodoviária de Belo Horizonte.

A Revista *Transite* (2014) entrevistou Oscar Gonçalves, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Lagoinha e Adjacências, a qual foi importante na articulação dos moradores.

“Para Oscar, a rejeição dos moradores tem vários motivos. Um deles é que o bairro, antes de ser um local da cidade é, sobretudo, uma região de história, de habitações e habitantes, cuja real necessidade seria a “requalificação do local” e não o que foi proposto pela prefeitura: um projeto de “revitalização” e desenvolvimento do espaço, sem explicações claras de como seria a execução. Além disso, de acordo com o morador, o termo “revitalização” é inapropriado, uma vez que para revitalizar algo, é preciso que aquilo esteja morto – o que não é o caso do Bonfim/Lagoinha.” (DUARTE; LOURENÇA; ALENCAR, 2014).

É interessante notar que a tentativa de construção do Centro Administrativo da Prefeitura na Lagoinha foi um marco no ciclo de intervenções da região. Afinal, esse foi mais um grande projeto que traria novos problemas locais, mas que foi barrado devido à atuação conjunta dos moradores. Durante o CURA Lagoinha (referência etnográfica), ficou evidente que o Professor Daniel Queiroga e outras figuras de liderança compartilham a ideia de que a partir de 2013 a Lagoinha começa um *boom* de visibilidade, de valorização e de iniciativas positivas por parte de grupos locais, associações, organizações do terceiro setor e até da Prefeitura de Belo Horizonte. Essas novas ações poderão ser melhor compreendidas no próximo capítulo, buscando entender como elas atuam junto à comunidade local. Mas antes, na seção seguinte, será lançada uma lupa sobre o processo de degradação do território, tendo em vista a trajetória resgatada.

Figura 15: O “bairro” Lagoinha no tempo

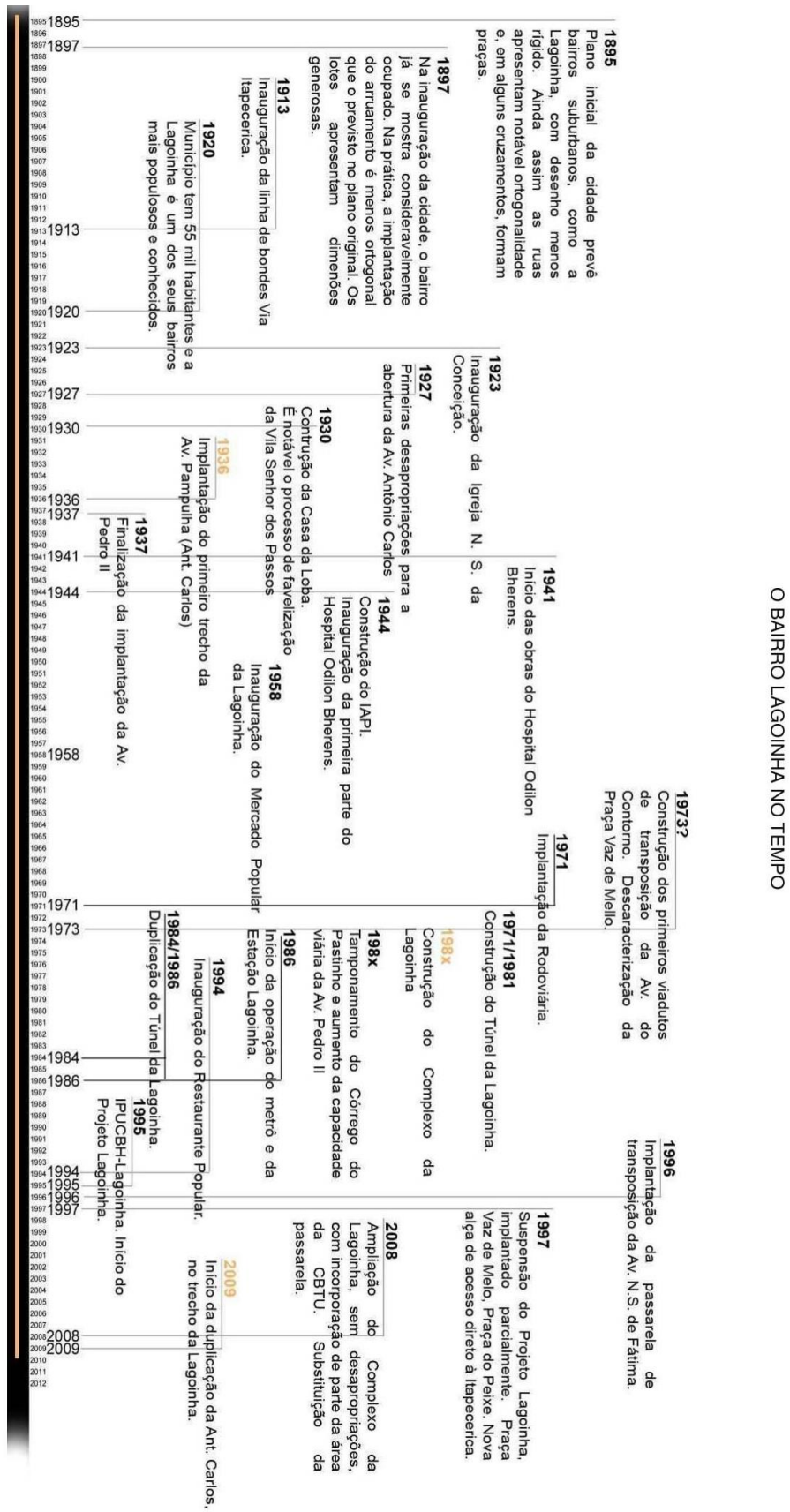
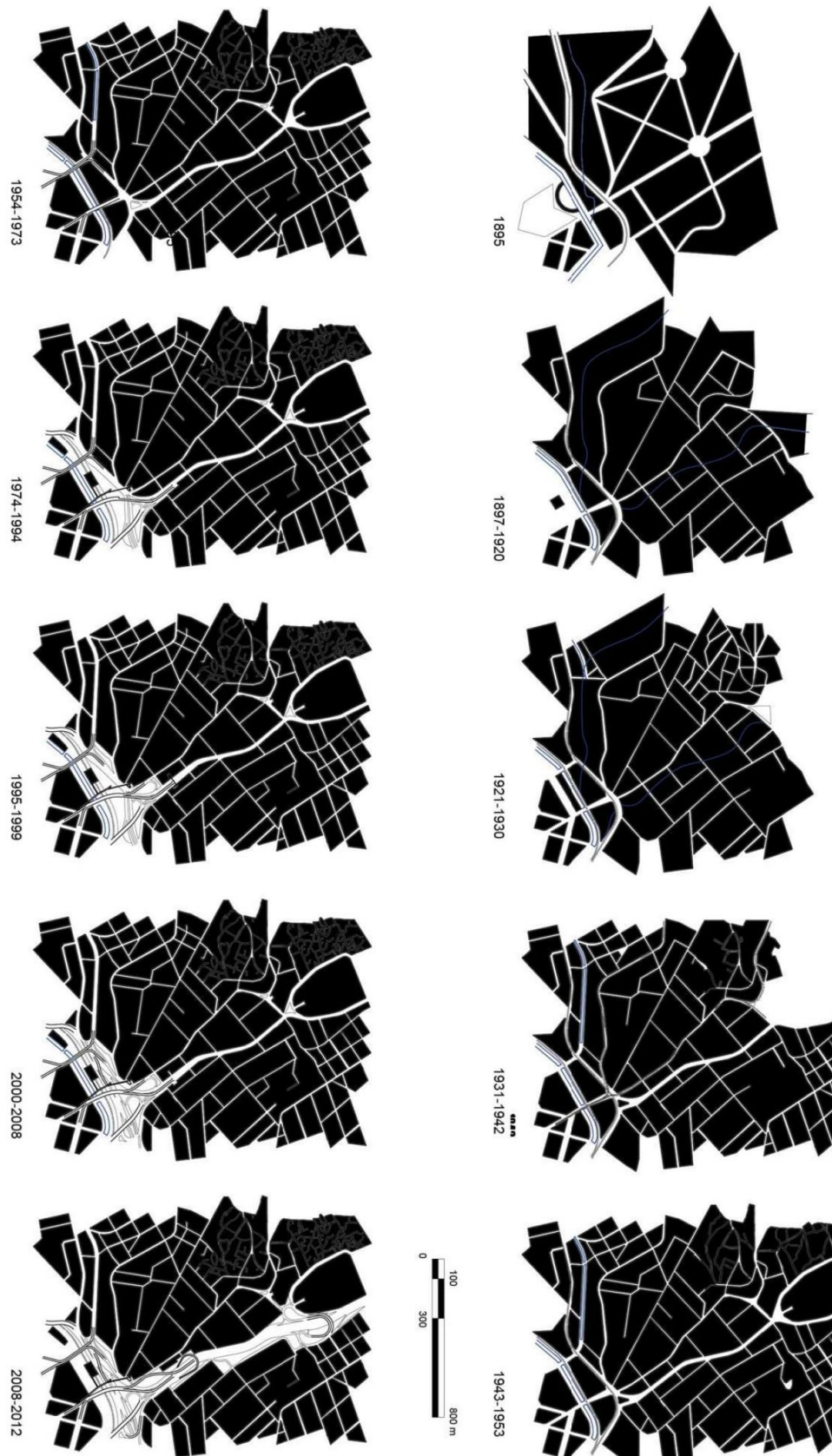


Figura 16: Evolução das intervenções viárias na Lagoinha



Fonte: PBH, 2011.

4.1 Considerações sobre o processo de degradação

A Lagoinha sempre teve aspectos que a distanciam do contexto próspero do centro de Belo Horizonte, a começar pelo fator físico, por estar “do outro lado da linha do trem”, e também “do outro lado do Ribeirão Arrudas”. (FREIRE, 2009). Diversas outras questões contribuem para fortalecer esse distanciamento e também para criar uma impressão negativa do território: a demolição de parte da Lagoinha para construir o complexo de viadutos, a negligência estatal quanto à preservação do patrimônio histórico-cultural, quanto à adequada oferta de serviços públicos para a população local, quanto à infraestrutura urbana. (CARNEIRO, 2001)

É preciso mencionar que a Prefeitura de Belo Horizonte realizou diversos empreendimentos modernizantes no século XXI e que, em grande parte, a Lagoinha foi prejudicada por eles, afinal:

“(…) as políticas de “modernização” não levaram em consideração a existência de formas de organização social existentes na Lagoinha e consideram a região como degradada. As obras públicas que marcaram o início do processo de descaracterização do bairro, ocasionaram a desvalorização econômica e cultural, um esvaziamento do bairro devido às inúmeras desapropriações realizadas, além da degradação dos espaços públicos do entorno e a perda de importantes referenciais simbólicos que constituíam a identidade do bairro”. (DA SILVA; SALGADO, 2018, p.257).

Ao aprofundar, por exemplo, a análise sobre a obra de duplicação da Avenida Antônio Carlos, em 2008, percebe-se que, quando ela chega no trecho que passa pela Lagoinha, é gerada uma nova “mutilação” do espaço físico. Esse acontecimento marca muito a história local, pois gera “o aumento da barreira física e a visível quebra do vínculo entre as duas partes da Lagoinha, efetivando um processo de ruptura iniciado a 70 anos atrás, em nome do ‘progresso’” (PBH, 2011, p. 30). Esse é um forte exemplo de como os efeitos desse processo são amplos, e impactam na dinâmica socioeconômica do bairro, alteram as vidas de seus moradores e moradoras, além de influenciar na simbologia e no ideário criado sobre a Lagoinha. Como é bem ressaltado, “as desapropriações colaboraram para a estagnação da economia e diminuição do número de residentes” (PBH, 2011, p. 7)

O histórico resgatado pelos autores indica também um movimento de êxodo de algumas famílias da região em decorrência do incômodo com o cenário de boemia e prostituição preponderante em meados do século XXI, pois alguns comportamentos comuns na Lagoinha feriam valores e tradições familiares que eram

muito estimadas. Somado a isso, a falta de verticalização e modernização imobiliária afastou outras famílias, e a grande quantidade de pensões tornava o território cada vez mais caracterizado pela transitoriedade de moradores. Por isso e por outros fatores, o território é entendido numa condição de liminaridade, o que denomina uma situação de transitoriedade entre um modo de viver tradicional anterior e que passa para um cenário indefinido, ainda em construção. (DA SILVA; SALGADO, 2018)

Além disso, destaca-se o surgimento do tráfico de drogas na década de 1990, e a frequência de usuários de drogas e da população em situação de rua na Lagoinha desde então. Nesse sentido, Da Silva e Salgado (2018) realizam uma análise sobre o surgimento da chamada “cracolândia” no bairro, encarando esse acontecimento como um fenômeno responsável por alterar drasticamente o cenário e a rotina local. É dito que os usuários de destaque na região são os que consomem o crack, uma droga que chegou na cidade de Belo Horizonte no ano de 1995, vinda da cidade de São Paulo e comercializada primeiro nas “bocas de fumo” da PPL. Esse processo cria um novo mercado e, conseqüentemente, um público interessado em uma droga barata e de acesso rápido, afinal a Pedreira Prado Lopes se localiza a poucos minutos do centro de Belo Horizonte. Ademais, os autores associam a presença dos usuários e do tráfico aos altos índices de homicídios da região registrados em uma pesquisa de 2001. (DA SILVA & SALGADO, 2018)

Dessa forma, ocorre a “(...) diminuição da confiança interpessoal e da capacidade de cooperação e o enfraquecimento dos mecanismos informais de controle social.” (DA SILVA & SALGADO, 2018, p.265). Em decorrência disso, se consolida um cenário de abandono, e a população local, e da cidade como um todo, sentem medo, insegurança, desilusão e desvalorização do bairro.

Fica traçado então um estereótipo negativo da Lagoinha, principalmente quando a região é comparada com outros bairros da mesma cidade, de modo que os moradores dali passam a carregar um estigma¹¹ pelo simples fato de viver no território. Wacquant (2006) usa o termo “estigmatização territorial” para denominar esse

¹¹ As autoras SCHILLING & MIYASHIRO (2008) trazem uma definição que auxilia na compreensão do termo no contexto deste estudo: “Estigma: marca ou cicatriz deixada por ferida; qualquer marca ou sinal; mancha infamante e imoral na reputação de alguém; [...] aquilo que é considerado indigno, desonroso; falta de lustre, brilho ou polimento; moral; desonra, descrédito, infâmia, demérito, descrédito, deslusto, enxovalho, infâmia, labéu, mácula, nódoa, perdição, perdimento, raiva, vergonha” (SCHILLING & MIYASHIRO, 2008, p. 15)

conjunto de depreciações que uma região específica pode sofrer, o que consiste num obstáculo para a superação dos desafios locais.

Esse termo advém dos estudos do autor Goffman (1975), que tratava dos estigmas que as pessoas carregam em função de variáveis ligadas tanto à sua condição física como à sua religião e nacionalidade. Para ele, o estigma é “usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” e está muito associado a uma característica que gera “efeito de descrédito [...] muito grande - algumas vezes [...] considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.” (GOFFMAN, 1975, p. 13).

Partindo dessas análises de Goffman, o autor Wacquant (2006) quer mostrar que uma pessoa também pode carregar um estigma atrelado ao seu local de residência, já que ele age de forma similar às marcas de “raça, nação e religião”, podendo ser transmitido para os descendentes de um indivíduo e podendo afetar igualmente todos os membros de uma família. O autor aponta:

É significativo que Erving Goffman (1963) não mencione o local de residência como um dos “handicaps” [desvantagens] que podem “desqualificar um indivíduo” e privá-lo da “total aceitação pelos outros”. E contudo a infâmia territorial apresenta propriedades parentes das que advém dos estigmas corporais, morais e tribais, e coloca dilemas de gestão da informação da identidade e das relações sociais totalmente similares [...]. (WACQUANT, 2006, p. 28)

A trajetória histórica do território Lagoinha permite a interpretação de que o local e seus habitantes sofreram e ainda sofrem com a estigmatização territorial. Esse fenômeno é acompanhado de discursos de descrédito sobre o território, principalmente quando o espaço degradado começa a se consolidar de forma permanente no ambiente urbano. Um território estigmatizado possui um ciclo de abandono, de intervenções negativas e de descrédito moral, de tal forma que cada vez é mais difícil superar o status adquirido. (PÉTONNET, 1982 apud WACQUANT, 2006). Assim, as consequências da estigmatização territorial permeiam vários âmbitos:

Os efeitos da estigmatização territorial também se fazem sentir ao nível das políticas públicas. A partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de “não-direito” ou uma “cité fora da lei” e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objectivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames

do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado. [...] A outra face deste processo de estigmatização territorial é a dissolução do “sítio” (no sentido de lugar), ou seja, a perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado [...] (WACQUANT, 2006, p. 30)

É interessante notar como a história da Lagoinha se aproxima da teoria de Wacquant (2006), já que os desafios sociais, econômicos e estruturais do território são intensos e estão integrados a ponto de se influenciarem e se reforçarem ao longo dos anos. Mas se sabe que iniciativas locais têm atuado recentemente na contramão da estigmatização, e almejam melhorias para a comunidade da Lagoinha. Como esse processo de degradação realmente se dá nos dias atuais? Como a população enxerga esse processo? E como algumas ações têm atuado para freá-lo? Essas são algumas perguntas que norteiam o capítulo cinco.

5 LAGOINHA SOB A PERSPECTIVA DA INFRAESTRUTURA SOCIAL

Após o resgate histórico sobre a Lagoinha, busca-se delinear a atual Infraestrutura Social do território, levando em conta o modelo apresentado por Liz Richardson e Katherine Mumford (2002). Para desenvolver essa análise, serão usadas as respostas das entrevistas semi-estruturadas realizadas durante o Festival CURA Lagoinha entre os dias 5 a 15 de setembro de 2019. Além disso, também servirão, como subsídio, as impressões, anotações e observações feitas pelo pesquisador durante a vivência nos 11 dias do festival, registradas no caderno de campo ou em formato de fotografia.

Na construção da Infraestrutura Social da Lagoinha, serão demonstradas as mudanças que levaram ao atual contexto local, de acordo com a percepção dos moradores e do pesquisador-participante, além de um paralelo com a bibliografia usada no capítulo 2.

Contudo, antes de adentrar nos detalhes da Infraestrutura Social, buscou-se identificar, a partir das entrevistas, as percepções que moradores e visitantes têm sobre o território e que influenciam muito na forma de se interagir com a região. Assim, esse panorama inicial vai ser uma porta de entrada para o leitor ou leitora, instigando algumas perguntas provocativas: como é essa atual paisagem do território Lagoinha? Como é possível enxergar esse espaço que é físico, mas ao mesmo tempo é não-físico? Como as pessoas se sentem em um local que sofreu tamanho processo de degradação?

5.1 Paisagem da Lagoinha: resquícios e sentimentos

Logo de início, é prudente mencionar sobre os limites da Lagoinha, já que o próprio Diagnóstico da PBH (2011) afirma que o diálogo com os bairros adjacentes ocorre de forma natural, pois não existem barreiras físicas claras na transição de um bairro para o outro.

Como exemplo, moradores de bairros próximos, como São Francisco e Pedreira Prado Lopes, foram entrevistados e se consideraram moradores da Lagoinha. Logo, é fluido o entendimento do que é e do que não é Lagoinha, e essa percepção também varia dependendo da época e dependendo da percepção afetiva que o morador tem com a região. Esse caráter subjetivo do território Lagoinha vai ser considerado nas análises.

A partir das entrevistas e também a partir das observações feitas durante o CURA, é possível notar nas falas dos entrevistados e dos demais frequentadores do evento, dois sentimentos preponderantes sobre o território, um negativo e outro positivo. Eles podem ser considerados distintos, mas não excludentes entre si, afinal é comum uma mesma pessoa demonstrar ambos simultaneamente em suas exposições orais.

O primeiro sentimento se resume a uma visão negativa da Lagoinha, carregada de desilusão, tristeza e até certa aversão, devido ao longo histórico de degradação e devido aos resquícios que ainda podem ser vistos desse processo. Um fato ficou evidente a partir das rodas de conversa do CURA, e ele exemplifica bem esse sentimento: Foram ouvidos relatos de que muitos moradores, durante muito tempo, chegaram a omitir que residiam na Lagoinha, por vergonha do que pensariam amigos e familiares. Para essas pessoas, a região estava - e em certa medida ainda está - permeada por um estereótipo de violência, abandono e marginalidade (Caderno de campo 10/09/2019). Algumas falas das entrevistas colaboram para esse entendimento:

"Por um grande tempo, a Lagoinha foi muito marginalizada né. As casas velhas, os imóveis que estão depredados (...). Infelizmente há os andantes que temos na Lagoinha. E o tráfico afastou muito as pessoas da Lagoinha."(Entrevista 7)

"Essa mudança da configuração do bairro, a sensação que eu tenho é de que tá tudo relacionado.(...) O abandono dos casarões antigos (...), a degradação imobiliária, com a degradação das pessoas, o bairro vai ficando sempre à margem, sempre deteriorado. (Entrevista 4)

Sobre esses três fatores (violência, abandono e marginalidade), é importante mencionar que o sentimento negativo está também muito próximo do medo de caminhar e de frequentar os espaços públicos da Lagoinha. Esse medo tem diversas raízes, como a violência gerada nos embates internos do tráfico da região e nos embates entre tráfico e polícia. Mas uma outra raiz relevante no imaginário dos moradores - e dos belorizontinos em geral - é a presença de usuários de droga e da população de rua, de forma que muitas pessoas acreditam que essa presença configura alta ameaça à sua segurança. As falas a seguir descrevem o cenário da Lagoinha no que diz respeito à presença desses grupos:

"6 anos atrás, a percepção que eu tinha é que tinha muito drogadito e muito morador de rua no final da [rua] Itapecerica. Com o tempo, eu percebi que essa quantidade diminui, até o meio do ano passado. E

agora, um ano e meio atrás, isso fez um boom! Tem muito agora, mais do que tinha em 2017." (Entrevista 4)

"Eu imagino que uma coisa que bloqueia muitas pessoas de empreender aqui seja a questão dos moradores de rua, e pedintes, e o estereótipo de 'bairro perigoso', que tem muito assalto. O estereótipo da violência. (...) O estereótipo da violência condiz com a realidade? Não, para mim não. Eu entendo que aqui tem muito morador de rua. Mas eu me sinto seguro aqui." (Entrevista 10)

Como se percebe na entrevista 10, há um bloqueio para o empreendedorismo na região, e a vivência no CURA permite constatar que isso se deve ao medo que as pessoas têm de vir para a Lagoinha. E para esse morador, o medo não se justifica, afinal ele não identifica possibilidade de ameaça por parte dessa população que está presente nas ruas da região. Logo, é um sentimento negativo capaz de ser desconstruído, e é essa desconstrução que grupos e atores locais almejam em grande parte, como será detalhado mais à frente.

Em contraposição a todo imaginário pessimista, há um segundo sentimento que traz um olhar positivo, que remete à felicidade despertada por algumas mudanças e intervenções que a Lagoinha vivenciou, e tem vivenciado (principalmente nos últimos anos). Quando esse sentimento vinha à tona nas falas, pode-se dizer que também havia demonstrações de esperança em relação ao futuro do território, com a crença de que os principais problemas podem e vão ser solucionados. Afinal, ficou evidente a existência de pessoas que sempre lutaram pelo reconhecimento do que haveria de melhor na Lagoinha. São pessoas que defendem sua cultura, sua arquitetura, sua ancestralidade, sua religiosidade múltipla, sua importância histórica e a trajetória de cada um de seus moradores. Isso fica evidente nas falas a seguir:

"Onde era sujeira e escombros, hoje você vê um painel, uma pintura bonita. Inclusive eu vou puxar a sardinha para o meu lado. Na passarela da Lagoinha tem uma foto minha que é de um morador antigo da Lagoinha, que sou eu, e que me honra muito." (entrevista 9)

"Hoje, com um movimento social, com pessoas inteligentes, pessoas mostrando o lado bom do que tem na Lagoinha, a gente está trazendo as pessoas de fora não só de Belo Horizonte mas da grande BH para conhecer. Tem vários projetos muito bacanas aqui dentro da Lagoinha, para galera tá conhecendo a nossa região (...) Uma valorização da Lagoinha no aspecto cultural (...)" (entrevista 7)

Nesse sentido, nos anos mais recentes, houve o crescimento da atenção positiva da Mídia e da PBH para a Lagoinha, por causa de um conjunto de iniciativas e movimentos locais que chamaram a atenção. Isso ocasionou um maior reconhecimento da Lagoinha pelos habitantes do bairro e redondezas. Muitos

entrevistados compartilham desse sentimento, dizendo que há projetos e intervenções na região que impactaram diretamente em quem mora na Lagoinha:

As mudanças vieram nos últimos 3 anos para cá (...) e em 2019 aconteceram mudanças reais. Mudanças físicas: pintura da passarela, do IAPI, projeto Moradores, projeto CURA, Zona 30, Hortelões. [...] Parcerias feitas com a Prefeitura. Mudança de Iluminação na Itapecerica [rua]. Mudanças que parecem pequenas, mas que são significativas para os moradores. (Entrevistada 2)

A Lagoinha... Antigamente aqui era praticamente Pedreira, sem cor, vazia. [...] Ela era apagada, pacata, e hoje em dia ela está sendo valorizada, está sendo pintada. (Entrevista 5)

O relato da entrevistada 2 aponta o início das mudanças numa distância temporal de três anos atrás. Essa percepção foi comum nas falas das pessoas em vários momentos do evento, havendo uma definição aproximada de que seria o ano de 2014 o grande marco inicial. Isso, pois o movimento de 2013 contra a construção do Centro Administrativo da PBH na Lagoinha trouxe novos olhares para a região e criou as bases para uma série de mudanças que viriam, e que então seriam consideradas positivas.

Dessa forma, o Festival CURA Lagoinha se mostrou como um espaço de valorização positiva do território, colocando, sob os holofotes da Mídia, muitos símbolos importantes para o bairro, ligados à religião, à arte urbana, aos movimentos sociais, à agroecologia, e outros elementos culturais variados. Nessa perspectiva, um outro ponto para ser abordado é que a Lagoinha é múltipla, e que são várias Lagoinhas.

O que isso quer dizer exatamente? Essa ideia fica evidente em algumas falas e nas rodas de conversa do Festival, as quais revelam as diferenças marcantes entre a Lagoinha do passado e a Lagoinha do presente. E a diversidade do território é enfatizada no que concerne à mistura de grupos sociais no local: a população de imigrantes italianos, portugueses e alemães que vieram no passado e construíram casarões em grandes terrenos; uma população marginalizada habitante das favelas Vila Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes, com moradias precárias e em situação irregular; e uma outra população ainda mais marginalizada e negligenciada de pessoas em situação de rua e usuários de drogas.

Durante a “Roda de Conversa: Quem é a Lagoinha? Subjetividade dos Saberes Populares”, os líderes religiosos da região enaltecem essa diversidade.

Além disso, defenderam que os terreiros (casas religiosas de matriz africana) da região sempre se uniram por meio das suas festas religiosas, o que gerou forte integração entre todos os bairros próximos. Logo, esses grandes encontros permitem a celebração de uma Lagoinha que vai além do CEP, e carregam a arte provinda dos terreiros, o artesanato e os símbolos, que são fortes e cheios de cores. Destarte, essa Roda de Conversa enaltece a Lagoinha como um berço de tradição que se expande com o tempo e que apesar de ser um território que sofreu com muitas degradações e preconceitos, a região sempre teve grupos que buscavam positividade e cura. (Caderno de Campo, 08/06/2019)

Ainda em relação a esse olhar positivo, se observou que os moradores compartilham um saudosismo principalmente em relação aos tempos de prosperidade econômica e cultural da Lagoinha, que podem ser identificados na primeira metade do século XX, mas também, em partes, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 (PBH, 2011). A diversidade cultural é novamente citada quando se fala da prosperidade do bairro no passado, como fica claro nas seguintes falas:

"Na Lagoinha nasceu o mais antigo bloco de carnaval de Belo Horizonte que é o Leão da Lagoinha, que tem mais de 70 anos. Esse bloco Leão da Lagoinha, ele era assim: homens se vestiam de mulheres, as mulheres se vestiam de homens. Tinham festas juninas, tinha muita festa junina, aquelas antigas, barraquinhas de rua. O mercadinho da Lagoinha, que hoje em dia é um centro cultural, realmente era um mercadinho. Ensaio de escolas de samba, tanto da região quanto de outros bairros, que era ali no antigo Sindicato dos Tecelões, hoje em frente ao Hospital Odilon Behrens. Era um bairro da boemia, da boa música, da boa conversa" (Entrevista 7).

"São várias Lagoinhas. Teve a Lagoinha boemia nos anos 60 70 e 80. tinha vários bares. Era 24 horas. Vários prostíbulo, muitas prostitutas [...] muitas mulheres a noite toda. Então tinha várias casas da luz vermelha, os randevú, que logo começaram a proliferar." (Entrevista 9)

Pensando então sobre toda multiplicidade da Lagoinha e tendo sido apresentado esse imaginário a seu respeito, é possível iniciar uma apresentação mais minuciosa dos elementos específicos que constroem a Infraestrutura Social da Lagoinha.

5.2 Serviços e equipamentos

O primeiro eixo que será analisado é chamado de Infraestrutura Social Formal e engloba os Serviços e Equipamentos. Retomando a definição de Richardson

& Mumford (2002), esse eixo é caracterizado por aquilo que é concreto no plano físico, muito associado à estrutura urbana local, ou seja, os serviços e equipamentos existentes, tais como habitação, educação, saúde, assistência à infância, meio ambiente bem-cuidado e transporte. Também serão abordados, de forma complementar, alguns aspectos como patrimônio arquitetônico, uso do espaço público e o estado de conservação da Lagoinha.

Para compreender a configuração dos equipamentos existentes na Lagoinha, serão usados dois mapas ilustrados. O primeiro contém dados de 2009 e foi produzido pelo Diagnóstico da PBH 2011, podendo ser observado na figura 17 abaixo. Essa figura contempla um mapa, que possui algumas ressalvas pois ele revela apenas parte do atual limite do bairro Lagoinha (de acordo com o Plano Diretor de 2019), não mostra as quadras localizadas do outro lado (direito) da Avenida Antônio Carlos, nem as quadras dos bairros adjacentes. Mesmo considerando essas questões e sua defasagem com o tempo, ele ainda ilustra bem a dinâmica dos equipamentos da Lagoinha, como será apontado a frente.

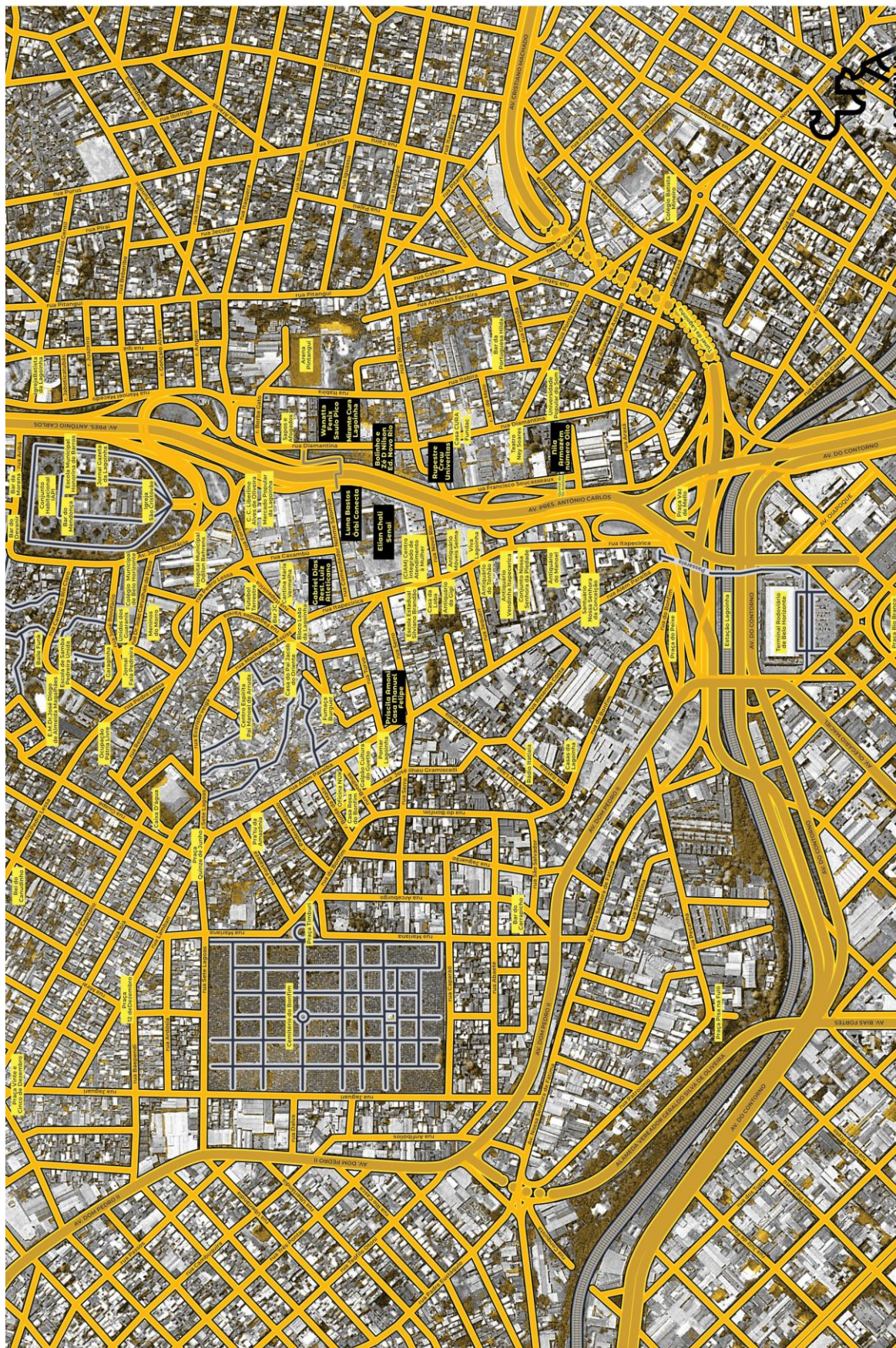
Figura 17: Síntese do uso de imóveis ao nível de rua no “bairro” Lagoinha (2009)



Fonte: PBH, 2011

Já o segundo mapa (FIGURA 18) foi produzido pela equipe do Festival CURA Lagoinha no ano de 2019 e contém, nos quadros pretos, a indicação dos artistas que fizeram intervenções artísticas no território durante o Festival; e os quadros amarelos indicam os nomes de estabelecimentos, equipamentos culturais, religiosos, comerciais, sedes de projetos locais, entre outros. O mapa contempla tanto a Lagoinha nos limites do Plano Diretor de 2019, mas também ilustra grande parte dos bairros adjacentes, destacando muitos locais que são importantes pela sua história, pela sua simbologia ou pela sua atuação marcante no território.

Figura 18: Mapa referente ao panfleto de divulgação do Festival CURA Lagoinha 2019



Fonte: CURA Lagoinha, 2019

Observando os mapas, pode-se dizer sobre os usos não-residenciais dos equipamentos em todo o território, e é possível notar “estabelecimentos comerciais e de serviços, predominando bares, restaurantes, lanchonetes, salões de beleza, oficinas mecânicas e distribuidoras de peças (...) De maneira geral, os estabelecimentos são marcados por seu caráter popular.” (PBH, 2011, p. 44)

Além disso, é marcante a grande quantidade de estabelecimentos no percurso de toda a Rua Itapecerica, sendo eles muito variados. Sobre essa rua específica, é importante destacar que ela possui um caráter simbólico muito importante para a Lagoinha, devido a alguns fatores: protagonizou o transporte das pedras retiradas da Pedreira Prado Lopes durante a construção da cidade (final do século XIX); foi a via de transporte mais movimentada da região antes da construção da Avenida Antônio Carlos; é o principal acesso para pedestres entre os bairros da Lagoinha e o Centro; é conhecida por ter diversos pontos comerciais; por ter casas históricas como a famosa Casa da Loba; e por ser frequentada por muitos usuários de drogas, muitos catadores de material reciclado e pela população de rua.

Dada a importância da rua, vale a pena mencionar que no seu início, nas proximidades da atual Praça Vaz de Melo “nota-se uma concentração de comércio de ferro-velho, topa-tudo, sucatas, além de estabelecimentos fechados, caracterizando uma porção mais degradada da via” (PBH, 2011, p. 44). Também é dito que “A área [bairro Lagoinha] possui alguns lotes vagos, sendo o mais significativo deles, um grande terreno localizado na Itapecerica” (PBH, 2011, p. 45). Essa porção degradada acaba contribuindo para o imaginário negativo de sujeira e abandono do território, já que o início da rua é bem visível para quem passa de automóveis pela Avenida Antônio Carlos, e representa justamente a “porta de entrada” do bairro.

Ainda observando a figura 17, a segunda rua de maior atividade comercial é a Rua Além Paraíba, que é repleta de bares, lanchonetes, restaurantes, gráficas, editoras e serviços gráficos (quadrados vermelhos e triângulos beges). Também vale mencionar a relevância da Rua Diamantina, localizada ao lado direito da Avenida Antônio Carlos, e a ela paralela. Foi nessa rua onde ocorreu o Festival CURA Lagoinha e moradores da rua relataram que ali possuía muito comércio antigamente, sendo que grande parte dele foi desapropriada para a construção da Avenida Antônio Carlos. Outros tantos foram fechados com a degradação da região. Mesmo assim, a rua ainda tem sua importância, por ser a rua principal para os moradores do lado

direito da avenida, contendo alguns bares e lanchonetes no seu decorrer, a universidade Univeritas, o Teatro Ney Soares e a Universidade Popular do Som.

Para pensar mais profundamente na trajetória dos usos que foram dados aos imóveis da Lagoinha, é preciso enfatizar que o uso residencial sempre constou como o mais característico do bairro, inclusive até os anos recentes, com um total de 12 mil domicílios, representando 1,77% dos 762 mil domicílios de Belo Horizonte (PBH, 2019). Ao mesmo tempo, os vários moradores da região também sempre conviveram com um comércio local muito variado. Décadas atrás, esse comércio era muito mais intenso e tinha muita importância no contexto municipal.

A entrevistada 1, com 89 anos de idade, moradora nascida e criada na Lagoinha, recorda esses tempos e destaca a mudança ao longo das décadas:

“A praça Vaz de Melo tinha muito bar, feira dos produtores (...) O alargamento da avenida acabou com o comércio. Fez vários viadutos (...) O problema da gente aqui é que não tem ônibus na rua, não tem comércio. Tem a padaria, mas é tudo caro.”

Muitas falas coletadas revelam então uma trajetória caracterizada por três momentos: o apogeu, a queda e, mais recentemente, uma retomada, ainda que tímida, dos serviços. É dito que o comércio era muito dinâmico no passado, com destaque para a intensa atividade econômica presente na antiga praça Vaz de Melo. Em seguida, houve um forte desaparecimento de estabelecimentos com as intervenções viárias (construção do Complexo de viadutos e da Avenida Antônio Carlos), e nos anos recentes tem ocorrido alguma melhora na oferta.

Aqui era uma região movimentada, tinha 3 bancos aqui [...] A lagoinha era um lugar onde girava muito dinheiro, que tinha muito comércio, muitas coisas. E parou. A Lagoinha ta parada. E quando a UNIBH [Centro Universitário de Belo Horizonte] foi embora então, aí que piorou mais ainda. (Entrevista 8)

Os Correios vieram para cá agora na Antônio Carlos. Tem um laboratório Hermes Pardini [...] Tem surgido mais serviços muito lentamente. (Entrevista 10)

Vale a pena notar um tipo de serviço marcante na Rua Itapecerica, que são os mais de 5 antiquários que ainda funcionam ali. Seu público consumidor são pessoas de outros bairros da cidade e até de outras cidades que vão até ali procurar objetos antigos de decoração e mobiliário. Apesar de não ser um serviço comercial voltado para os moradores, os antiquários materializam a historicidade da Lagoinha, e são reconhecidos como símbolos da Itapecerica.

Assim, a insatisfação demonstrada nos relatos está ligada à escassez de estabelecimentos comerciais ligados à distribuição de produtos alimentícios, de limpeza, como pode ser observado:

A solução seria ter serviços aqui. Serviços de melhor qualidade. A Padaria é muito ruim. Os bares são deficitários. Restaurantes são pouquíssimos. Falta esse tipo de serviço. Iria melhorar o bairro. (Entrevista 10)

Sobre esse tipo de serviços, vale relembrar a história do Mercado Popular da Lagoinha, que por muito tempo movimentou a economia local, atendendo a demanda da região e atraindo clientes de muitas partes de Belo Horizonte. Inaugurado na década de 1950, foram 38 anos de intenso uso do espaço para venda de verduras, legumes, cereais, frutas e outros, mas em 1988 ele foi desativado e nunca mais voltou a funcionar com essa mesma função (PORTAL PBH). Atualmente, o mercado oferece outros tipos de serviços para a população, que serão destacados mais à frente. Além da recordação sobre o Mercado Popular da Lagoinha, foi dito que já existia um grande supermercado EPA na região, mas que a expansão da Avenida Antônio Carlos levou a sua demolição por volta de 2008. São exemplos que reforçam a visão dos próprios moradores sobre a degradação do território.

Entretanto, a tímida retomada dos serviços, em geral, foi marcante em várias falas, havendo menções à construção de um novo supermercado da mesma franquia EPA, e mencionando também a importância dos novos serviços oferecidos dentro do Mercado da Lagoinha. Algumas falas ilustrativas sobre isso:

A abertura de uma nova UMEI [...] Padaria que era da minha rua expandiu [...] Ta tendo essa expansão. Vai abrir um EPA. Abriu um Supermercado BH na rua Alem Paraíba [em resposta à pergunta sobre quais as mudanças marcantes nos últimos 5 anos] (Entrevista 4)

Os serviços é muito pouco, padaria, supermercado (...) Sempre tive a sensação de que não tem a estrutura de um bairro (...) agora vai ter um supermercado, que é o EPA. Mas falta farmácia, um banco não tem (Entrevista 10)

O mercadinho da Lagoinha porque ele é totalmente Patrimônio Histórico né. E aí ele parou de trabalhar muita coisa nele e agora está voltando com barzinho (Entrevista 3)

O mercadinho da Lagoinha que hoje em dia é um centro cultural. Realmente era um mercadinho (...) há eventos no mercadinho da Lagoinha, porque lá é um centro cultural (...) eventos de diversos gêneros, diversas culturas. Que eu acho bacana. Por que movimenta o bairro, atrai os moradores, pessoas de outros bairros para conhecer aqui (Entrevista 6)

A impressão que fica ao analisar as entrevistas, é que faltam serviços importantes para os moradores, mas que as melhoras estão acontecendo, mesmo que de forma lenta. E é relevante aprofundar mais sobre o Mercado Popular da Lagoinha, que pertence à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e se mostra tão importante para a população local. Isso pode ser justificado devido à variedade de atividades que ele oferta à população.

Atualmente, há a atuação de três secretarias presentes no espaço do mercado: a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que se destaca por gerir todo o mercado e a Padaria Escola Nicola Calicchi localizada no seu interior, promovendo assim um programa constante de formação profissional para alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA); a Secretaria Municipal de Saúde, que detém no local uma unidade da Academia da Cidade, projeto que garante aulas de ginástica, danças, jogos, esportes, lutas e caminhada orientada para o público, que é majoritariamente idoso no caso do Mercado; a Secretaria Municipal de Cultura, responsável pelo Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira (CCLAO), localizado nas dependências do mercado, desempenhando uma programação intensa de exposições regulares, eventos, cursos, rodas de poesia e de conversa, no campo das artes visuais, literatura, dança, teatro, música, gestão cultural e vários outros. Vale lembrar que o CCLAO só chegou no Mercado Popular da Lagoinha em 2014, e desde então têm sido sede de muitos eventos e acontecimentos marcantes para a região, promovendo também atividades fora do Mercado, dentro das favelas Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos, para atender melhor o público. (PBH, 2017a; PBH, 2017b; PBH, 2018; PBH, 2019a; Caderno de campo, 10/09/2019)

Mesmo com esse exemplo recente de equipamento público que têm gerado impacto na Lagoinha, foi percebido que a expansão atual dos serviços locais ainda é tímida. Assim, é levantado o questionamento sobre quais seriam as barreiras para o desenvolvimento do comércio local, tentando entender quais fatores dificultam o surgimento de novos empreendimentos na região. Nesse sentido, alguns entrevistados contribuíram com suas percepções:

Eu imagino que uma coisa que bloqueie muitas pessoas de empreender aqui seja a questão dos moradores de rua e pedintes, e o estereótipo de bairro perigoso, que tem muito assalto. O estereótipo da violência. [...] O estereótipo da violência condiz com a realidade? Não, para mim não. Eu entendo que aqui tem muito morador de rua. Mas eu me sinto seguro aqui. Mais de 10 anos que eu moro em BH,

nunca tive nenhuma situação de violência aqui [...] Mas no geral eu não tenho esse sentimento de violência. (Entrevista 10)

a gente vive dentro de casa. É comércios que se fecham, que não abre mais porque é muito assalto a moradores, e é de dia de noite, não tem horário [...] Policiamento, com certeza [solução necessária para a região]. Um policiamento ostensivo. Precisa de um olhar mesmo de segurança aqui para o bairro e programas sociais, sabe? Do governo. Para tirar esse pessoal daqui, sabe? Dar uma oportunidade, sei lá, de abrigo, de moradia, de emprego, de alguma coisa. Porque a gente que é morador aqui, a gente não merece ficar acuado (Entrevista 6)

Esses relatos evidenciam que o sentimento de insegurança é capaz de impactar negativamente os estabelecimentos comerciais locais. E as falas revelam duas opiniões distintas: há moradores que apenas reconhecem o estereótipo de violência da Lagoinha, e acreditam que o panorama real não condiz com esse sentimento negativo, pois não se sentem inseguras no território, pois há apenas um imaginário de violência; e há moradores que reconhecem não só o estereótipo, mas realmente se sentem inseguros e apreensivos quanto à possibilidade de assaltos e de um perigo eminente na região.

É interessante notar a relação dessas falas com a descrição dos processos de degradação da infraestrutura social de território feita por Richardson & Mumford (2002). As autoras apontam que é comum a continuidade do sentimento de insegurança em uma comunidade, mesmo que os índices reais de violência estejam caindo ao longo dos anos. É necessária uma investigação mais profunda sobre os dados da região para comprovar essa situação, mas vale a pena considerar a possibilidade, haja visto que alguns moradores corroboram com essa ideia. A despeito disso, é fato que o estigma adquirido pela região é capaz de superestimar o sentimento de insegurança, independentemente das estatísticas reais.

Pensando mais sobre a temática de Segurança no território, é possível compreendê-la como um serviço público existente na Lagoinha. Assim, é importante notar que o Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG) está localizado no ponto central da Lagoinha. Assim, são comuns as patrulhas policiais pelos bairros e favelas da região e houveram críticas de moradores à atuação dos policiais, como nota-se na seguinte fala:

A violência é em relação aos homem, aos policiais, porque eles sempre querem coagir [...] Qualquer coisa que você fizer de diferente, eles vão te olhar com um olho de que é marginal. Em primeiro lugar eles são fascistas.[...] A abordagem aqui é assim. Mesmo com os

moradores, mesmo com os bandidos. Eles querem dominar. E com os moradores de rua, os usuários de droga? É opressão. (Entrevista 5)

O que está posto gera um incremento ao sentimento de insegurança, nesse caso sendo um medo da população local em relação aos próprios policiais. Parece preocupante esse cenário, principalmente no que concerne à condição da população de rua e à população dos usuários de drogas, que muitas vezes se encontram mais vulneráveis a possíveis abusos durante as abordagens da Polícia. Os entrevistados se mostraram insatisfeitos com a falta de atenção a esses grupos marginalizados por parte da PBH, e falam da necessidade de mais projetos sociais, programas que realmente atendam às necessidades dessas pessoas.

Continuando a investigação a respeito dos fatores que travam o desenvolvimento comercial, cabe citar características da estrutura física e urbana da Lagoinha. Esses pontos que serão abordados, em sua maioria, contribuem ou já contribuíram para reforçar o processo real e o sentimento de “degradação” do território, seja porque esses elementos ainda se encontram em situação muito precária, ou seja porque foram negligenciados durante muito tempo e só atualmente receberam alguma melhora. Os temas apresentados a seguir são dependentes principalmente da ação do poder público e complementam a construção de uma visão ampla sobre os “Serviços e Equipamentos” da Lagoinha.

Ao analisar o ambiente físico da região, é evidente a falta de espaços de convivência para a comunidade, pois são poucas praças e poucos espaços verdes adequados para uso. Existem muitas áreas gramadas ou de terra batida entre os vários viadutos da região, mas a maioria desses espaços continua malcuidada, com lixo despejado, capim alto e a marcante presença de moradias irregulares, feitas de materiais como lonas, tábuas, papelão e outros materiais precários. Esses terrenos são abertos e remanescentes das obras dos viadutos, e colaboram para uma estética que gera incômodo em quem passa pela região. Além desses, existem muitos lotes vagos, e amplos quintais de casas, citadas por entrevistados que se incomodam com a existência de tantos espaços inutilizados. (PBH, 2011; Caderno de Campo, 14/09/2019)

Somado a isso, existe uma escassez de arborização nas vias, resultando em uma paisagem urbana comprometida, “árida” e sem sombreamento. Não obstante, em 2011 foi identificada a existência de um trecho entre as ruas Itapecerica e Formiga, sem nenhuma iluminação pública, criando pontos de insegurança no período noturno

(PBH, 2011). As intervenções recentes da PBH na Lagoinha não mostraram muitos esforços para contornar essa situação. Para título de exemplo, há uma praça localizada na Vila Senhor dos Passos construída alguns anos atrás, mas ainda carece de iluminação pública, e parte da obra não foi concluída, deixando o espaço escuro para as famílias que a frequentam a noite, e inadequada para o uso das crianças. (Caderno de campo, 13/09/2019)

Ademais, a paisagem local contém forte poluição visual por conta dos diversos “engenhos de publicidade vinculados ao mobiliário urbano de forma irregular, deixando-os em mau estado de conservação [...]” (PBH, 2011, p. 36). Mais do que isso, a estética deteriorada de muitas edificações também contribui negativamente:

O bairro Lagoinha apresenta um estoque de edificações representativas de vários momentos da história do bairro. Porém, é notável o mau estado de conservação das mesmas [...], como reflexo do processo de degradação a que o bairro ficou sujeito ao longo das grandes intervenções viárias empreendidas no passado. [...] As edificações ainda se configuram como importantes registros históricos, não obstante estarem muitas delas bastante descaracterizadas e/ou mal conservadas [...] encontram-se atualmente em mau estado ou parcialmente destruídas. (PBH, 2011, p. 46)

Essa passagem do Diagnóstico da PBH (2011) condiz com o que se observa atualmente nas redondezas, e está em consonância com a percepção dos moradores, contribuindo também para os estereótipos negativos locais:

O abandono dos casarões antigos [problema marcante da Lagoinha]. Algumas casas da [rua] Itapecerica são deterioradas pelo tempo mesmo, a falta de manutenção. Isso me incomodou muito. [...] Na Rua Itapecerica tem tipo um sobrado (...) tava podre e não teve manutenção, o telhado caiu. E ta começando a cair parede. Isso é uma coisa que me chama atenção. (Entrevista 4)

Por um grande tempo a Lagoinha foi muito marginalizada né. As casas velhas, os imóveis que estão depredados (Entrevista 7)

O patrimônio histórico, ele faz o tombamento. Só que o tombamento é uma folha de papel e não deu infraestrutura. Aí o poder público esqueceu a Lagoinha. (Entrevista 9)

Esse cenário descrito gera impactos profundos no imaginário de quem habita e de quem passa pela Lagoinha. Além desses elementos ligados à estética, há também problemas ligados à locomoção, como a situação precária das travessias de pedestres, e os “buracos e revestimentos em mau estado de manutenção além de degraus que dificultam a circulação” (PBH, 2011, p. 12). E deve ser mencionada a grande dificuldade de ligação do lado direito com o lado esquerdo da Avenida Antônio

Carlos, faltando passarelas e pontos de travessia seguros. (PBH, 2011; Caderno de Campo, 06/09/2019)

O entendimento sobre o serviço público de transporte, por exemplo, é descrito nas entrevistas como deficitário, e a barreira criada pela Avenida Antônio Carlos é lembrada. Essa barreira acarretou uma alteração muito profunda no bairro, primeiro porque levou a desapropriações de residências e estabelecimentos, mudando radicalmente a dinâmica social e comercial local, segundo porque criou novas necessidades para cada lado da avenida. Isso quer dizer que, após o alargamento dela, o intercâmbio de serviços foi interrompido, surgindo uma grande dificuldade de locomoção entre os bairros. Cada um dos lados teve que criar soluções próprias para essas novas necessidades, diminuindo a integração entre eles.

"Depois que fizeram o viaduto, ficou difícil para chegar na igreja. Não tem uma passarela [...] Foi feita a capela na [rua] Diamantina para acolher as pessoas, porque não tem como chegar na igreja do outro lado [Paróquia São Cristóvão]" (Entrevista 1)

"Voltar com o ônibus pra cá [solução necessária para a Lagoinha]. Quem mora para cá não tem condução. Pessoas mais velhas precisam." (Entrevista 1)

"Eu tenho a sensação muito de um bairro de passagem, por causa da Antônio Carlos. O Bairro se anulou. É uma avenida onde as pessoas passam por aqui" (Entrevista 10)

Logo, o que as entrevistas e os dias de vivência na Lagoinha revelaram para o pesquisador foi um território fragmentado pelas obras viárias coordenadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e ao mesmo tempo prejudicado pela falta de muitos serviços públicos, ainda mais se for feita uma comparação com outras regiões da cidade. Essa negligência histórica por parte da administração pública municipal se alia ao estereótipo de violência e degradação, e juntos, esses fatores dificultam o desenvolvimento da iniciativa privada na região.

Nos anos recentes têm ocorrido mudanças na Lagoinha que pretendem atender melhor as reais necessidades locais, trazendo impactos positivos em áreas diversas da Infraestrutura Social formal. O primeiro conjunto de mudanças foi protagonizado pela PBH na Pedreira Prado Lopes, havendo abertura de ruas, asfaltamento, reforma do Centro de Saúde e projetos como o BH é da Gente, que visa a realização de atividades físicas e de lazer na Rua Araribá, que é fechada regulamente aos domingos para abrigar o evento. O relato a seguir expressa a satisfação em relação a atual conjuntura da Pedreira Prado Lopes.

A comunidade ta maravilhosa. Ela é vila mesmo, é quase que uma cidade. Hoje quase não tem becos e vielas, ta toda asfaltada, com esgoto, água, luz, hospital, escola. Cada dia que passa fica mais linda. (Entrevista 11)

Quanto ao asfalto, outras ruas da Lagoinha também foram asfaltadas, como é o caso da rua Itapeçerica. Ainda há algumas ruas com paralelepípedos mesclados e asfalto incompleto, mas as principais vias da região se encontram asfaltadas. Quanto à iluminação, foi muito importante, em setembro de 2019, a instalação de luzes do tipo *LED* nos bairros da região, de forma que do mirante do CURA Lagoinha, era possível observar os bairros Lagoinha, Vila Senhor dos Passos e Pedreira Prado Lopes muito iluminados em luzes fortes brancas. Essas intervenções da Prefeitura Municipal têm alto potencial de impacto para os moradores, pois diminuem a sensação de insegurança durante a noite, tornando as ruas mais convidativas para a realização de caminhadas noturnas, menos suscetíveis a assaltos. Traz também consequências positivas para os pontos comerciais, os quais podem contar com mais cliente, já que há mais pessoas dispostas a frequentar as ruas a noite.

Uma outra política pública de efeito duradouro coordenada pela PBH, mais especificamente pela Secretaria Municipal de Cultura, foi o projeto “Movimento Gentileza”, que ocorreu no primeiro semestre de 2019 na Lagoinha, com o intuito de promover uma revitalização cultural no bairro, por meio de intervenções de artes visuais. Sua primeira fase contemplou o muro do edifício IAPI, com mais de 1200 metros, sendo totalmente pintado por 100 grafiteiros de Belo Horizonte. A segunda fase trouxe cores e movimento para a passarela que liga a atual praça Vaz de Melo, na Lagoinha, ao centro de Belo Horizonte, com grafites que preenchem todo o percurso. Essa política promove a arte urbana e visa transformar de forma positiva o ambiente por onde centenas de pessoas passam diariamente, deixando-o mais agradável e bonito. (O TEMPO, 2019a; O TEMPO, 2019b)

Quem passa por esses locais atualmente, pode contemplar várias imagens vibrantes, muitas delas trazendo referências a moradores e símbolos da Lagoinha, como a estátua da Casa da Loba e as famosas peixarias da Rua Bonfim. O Movimento Gentileza buscou atuar em locais que carregavam estereótipos negativos de degradação, e as cores das artes pintadas permitem um novo sentimento, mais positivo e mais agradável.

Também é recente a inauguração do Centro Integrado de Atenção à Mulher pela Prefeitura (CIAM), em novembro de 2018. Esse equipamento está localizado na Rua Itapecerica e se destaca por trazer uma nova abordagem para a população em situação de rua e usuária de drogas da região. O objetivo do espaço é atender mulheres em situação de vulnerabilidade social, com trajetórias de vida nas ruas, consumo prejudicial de drogas e que tenham vivido algum grau de violência doméstica. É significativa a presença desse espaço, já que revela uma atenção especial da Prefeitura em relação a tantas mulheres que frequentam a Lagoinha e possuem seus direitos básicos comprometidos diariamente. (PBH, 2019b)

Pensando sobre esse processo de mudança, é fato que não houve somente a atuação do Poder Público. O Festival CURA Lagoinha ocorreu entre os dias 04 e 15 de setembro de 2019, e foi responsável por criar um mirante urbano na Lagoinha, por trazer grafites imponentes para prédios, muros e restaurantes, e por executar uma programação que ofertava lazer, cultura, gastronomia, cursos e rodas de conversa. Apesar de suas atividades não serem permanentes, as imagens coloridas estampadas no território são permanentes e agora são vistas por qualquer pessoa que passar por lá. Essas pinturas seguiram a fagulha dada pelo Movimento Gentileza, estimulando a arte urbana para criar uma imagem positiva, e tendo o cuidado de valorizar elementos próprios do território em alguns grafites. Em uma das entrevistas é demonstrado o sentimento positivo: ""artistas de rua né fazendo os grafites essa arte maravilhosa. Então tá dando uma revitalizada". (Entrevista 6)

Também responsável por mudanças físicas na Lagoinha, foi o Projeto Hortelões da Lagoinha, que construiu o "Quintal do Sô Antônio" na beira da avenida Antônio Carlos. O projeto iniciou em 2017 e consiste em uma tentativa de ressignificar um dos vários terrenos abandonados da PBH, uma área verde anexa ao Viaduto Senegal. Em suma, um grupo de voluntários (compostos moradores e não moradores da Lagoinha) construiu uma grande horta urbana ao lado de uma das avenidas mais movimentadas da capital. O efeito estético é muito impactante para qualquer pessoa que passa de automóvel pela via, trazendo um aspecto positivo para a área, que antes estava cheia de lixo. O local é aberto e atraiu desde 2017 muitas pessoas curiosas, que vão a pé até o jardim para coletar folhas para chás, tirar fotos, observar as borboletas ou simplesmente explorar esse espaço incomum no ambiente urbano de Belo Horizonte. Uma proposta que cria uma possibilidade de espaço de convívio para

os moradores, assim como o CURA Lagoinha fez ao inaugurar um mirante de arte urbana. (O TEMPO, 2019c)

Esse foi o panorama que foi captado em relação aos equipamentos e diferentes serviços da Lagoinha, os quais são influenciados pela história de degradação do território, mas que têm recebido melhorias por parte do poder público, e de grupos de pessoas que desejam reinventar espaços e serviços. Parte dos moradores ainda apresentam uma opinião negativa, o que significa que muitas demandas ainda precisam ser atendidas, haja visto esse exemplo: “Sempre me incomodei com o serviço público da Lagoinha, comparando com outros bairros. Não achou que melhorou nem piorou”. (Entrevista 4)

Nesse sentido, ainda há muitos obstáculos complexos a serem superados, pois os serviços e equipamentos atingem também a dimensão informal da Infraestrutura Social. Esta merece maior detalhamento, porque também possui suas próprias características, dialogando intensamente com a memória, com a história e com o espaço físico da Lagoinha.

5.3 Organização social

Como descrito pelas autoras Richardson e Mumford (2002), a Infraestrutura Social de um território também é composta de uma parte informal, ou melhor dizendo, imaterial, denominada Organização Social. Ela reúne as dinâmicas sociais existente entre os grupos de uma comunidade, e permite traçar quais as expectativas, crenças e valores de quem vive ali. Destarte, aquilo que é intangível no território precisa ser destacado nesta sessão, pois confere significado para tudo aquilo que é físico e material em um ambiente.

Antes disso, se faz necessário destacar a população que reside na região da Lagoinha, afinal as construções simbólicas e identitárias são canalizadas por essas pessoas. Desse modo, considerando os bairros Bonfim, Colégio Batista, Concórdia, Lagoinha, Pedreira Prado Lopes, São Cristóvão e Senhor dos Passos, o território possui cerca de 34,7 mil moradores, o que representa 1,66% da população total de Belo Horizonte, que é de 2,3 milhões de pessoas (PBH, 2019). Somado a isso, os moradores consideram a região predominantemente idosa, ressaltando constantemente as dificuldades que essa população enfrenta diariamente.

Tendo em mente esse perfil local, é importante que se faça uma análise inicial a respeito da cultura da Lagoinha, pois ela contém elementos imateriais que

impactam a visão de quem mora e de quem não mora no território. Como aponta, Blau & Scott (1979), a cultura revela quais são as orientações compartilhadas de uma organização social, complementando a dinâmica de relações sociais existentes em um contexto específico. Logo, os elementos culturais compõem a memória da comunidade, e constituem então sua identidade, por isso influenciam as expectativas que as pessoas têm sobre o futuro do bairro. O quadro 3 abaixo buscou agrupar esses elementos para uma melhor compreensão.

Quadro 3: Elementos que compõem o Patrimônio Cultural da Lagoinha

Boemia, Vida Noturna e Prosperidade Econômica.

A história do território revela a intensa atividade econômica que existiu por lá principalmente, até meados da década de 1970. Essa intensa atividade econômica foi acompanhada de uma cultura boêmia e noturna, com a presença de casas de cinema, prostíbulos (os chamados "randevús"), bares, restaurantes, clubes e casas de show. Alguns símbolos desse modo de vida agitado e próspero são os casarões antigos espalhados pela Lagoinha, o famoso copo Lagoinha, as linhas de bondinho que cortavam o bairro, o Mercado Popular da Lagoinha e, como ponto central dessa cultura boêmia, a Praça Vaz de Melo. Além disso, a memória sobre esses tempos passados também traz à tona a figura do "malandro da Lagoinha", tipo de sujeito frequentador de bares, namorador e capaz das brigas do dia-a-dia.

Religião

A atividade religiosa sempre foi muito intensa entre os moradores dali, criando inclusive uma interposição de símbolos locais opostos: o sagrado das práticas religiosas, em oposição ao profano da vida noturna e boêmia. A presença do Cemitério do Bonfim e a construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Pobres e da Igreja São Cristóvão criou uma comunidade cristã muito ativa na região, realizando grandes festas e eventos como a Procissão de São Cristóvão que reunia centenas de pessoas todos os anos. Ao mesmo tempo, a atividade religiosa de matriz africana também sempre estava presente nos bairros da Lagoinha, com mais de 5 centros religiosos ligados à umbanda, candomblé, congado, entre outros. As igrejas e os centros espíritas também se mostram presentes, com destaque para a Igreja Batista da Lagoinha.

Música e Carnaval	A Lagoinha é popularmente reconhecida como o berço do samba em Belo Horizonte, tendo concentrado muitos músicos e lançando muitas composições importantes para o cenário musical da cidade. Somado a isso, foi lá onde foi fundado o primeiro bloco de carnaval da cidade no ano de 1947, o chamado Leão da Lagoinha, que por muitos anos foi o mais importante da capital. Muitas outras escolas de samba se formaram na região e até hoje ocorrem encontros regulares dos músicos da velha guarda do samba.
Futebol	Nos bairros da Lagoinha existiam campos de futebol que eram importantes para a cidade e sediaram muitos campeonatos, além de times de futebol que nasceram ali, como o Terrestre Esporte Clube.
Lendas e Figuras Históricas	Estão presentes nas lembranças dos moradores algumas lendas locais como a Loira do Bonfim e o Avantesma da Lagoinha. Também existem figuras históricas como, por exemplo, o alfaiate Cintura Fina e a famosa prostituta Hilda Furacão, que frequentavam a Lagoinha.

Fonte: Base de dados: Caderno de Campo, publicação entre 05/09/2019 e 15/09/2019.
Elaboração própria (PENIDO, 2019).

Esse quadro é uma tentativa de resumir as impressões do pesquisador em relação aos símbolos culturais e identitários mais frequentes na Lagoinha, o que foi constatado a partir da vivência no território, contemplando o que foi visto e escutado nos dias de imersão. A divisão em cinco categorias foi uma estratégia usada para facilitar a compreensão dessa memória local que é tão diversa.

Para além do quadro, há um outro aspecto significativo nas manifestações artísticas e culturais locais: a valorização da identidade negra. É notável o reconhecimento de símbolos do movimento negro nos eventos que já ocorreram e que ainda ocorrem na Lagoinha, durante as rodas de samba, apresentações musicais, os discursos de líderes locais, as conversas sobre exclusão social, e as manifestações religiosas ligadas ao candomblé, congado ou umbanda. Também se faz presente, mas de forma menos expressiva, a recordação dos imigrantes europeus que povoaram a Lagoinha no século XX.

Muitos desses elementos culturais apresentados aparecem nas entrevistas, e são enaltecidos de forma positiva, deixando claro o desejo que muitas

peças têm de manter vivas essas memórias, como pode ser identificado na entrevista:

É um bairro que carrega a história da cidade [...] e a região como um todo agrega muitos valores. [...] A importância que eu vejo é histórica, de memória e de resistência [...] A Lagoinha tá numa encruzilhada da cidade, é preciso ficar no território para entender que ele ficou historicamente influenciado por questões políticas e externas [...] É importante escutar pessoa mais velhas, para conhecer o território. (Entrevista 2)

Uma melhor compreensão sobre a cultura da Lagoinha será possível caminhando mais adiante com o detalhamento da Organização Social da comunidade. E assim, é iniciada a análise sobre os grupos existentes na Lagoinha, e há três conceitos de Richardson e Mumford (2002) para descrever essa Organização Social, a saber: *redes de amizade e grupos informais de ajuda mútua; pequenos grupos de voluntários, clubes e sociedades; e controles sociais informais definidos por uma série de normas e regras acordadas em comum*".

Na abordagem deste trabalho, a vivência imersiva no território levou à constatação de que a interação dos grupos comunitários é mais complexa e difícil de ser captada do que se imaginava. Assim, foi necessário unir os dois primeiros elementos que compõem a Organização Social: *as redes de amizade e grupos informais de ajuda mútua; e os pequenos grupos de voluntários, clubes e sociedades*. Mais do que uni-los, para realmente construir uma descrição da Organização Social, foi necessário adicionar componentes da organização formal, como projetos, espaços e empreendimentos locais. Isso porque, apesar de não serem essencialmente grupos comunitários ou redes de amizades, eles ajudam a compor a Organização Social da Lagoinha, como será visto mais à frente.

Isso posto, foi realizada a identificação de quais organizações locais estão em atividade atualmente, e contribuem ou podem contribuir para a promoção de uma rede de solidariedade social da Lagoinha, aquelas compostas de pessoas que contribuem para a valorização do território. Todas estão destacadas no quadro 4 e foram identificadas a partir das entrevistas, a partir da programação do evento CURA Lagoinha e a partir da vivência do pesquisador na Lagoinha, buscando identificar as que tiveram maior destaque para a comunidade.

Quadro 4: Composição da Organização Social do território Lagoinha

n.	Nome	Descrição
----	------	-----------

1	Viva Lagoinha	Iniciativa de empreendedorismo social ligado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que busca resgatar a memória cultural e artística da Lagoinha para resolver três problemas estruturais do território: a falta de vida noturna, o alto índice de pessoas em situação de rua e a perda do capital cultural da comunidade. (Tá Na Praça, 2019)
2	Casas da Lagoinha	Espaço virtual (Instagram e Facebook) voltado para apresentar as casas, a história e proteger o Conjunto Urbano Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates localizado em Belo Horizonte. Promove intervenções e articulações em prol da preservação do patrimônio arquitetônico local.
3	Fala Pedreira	Jornal comunitário local que visa promover a comunicação e acesso a informação para os moradores da Pedreira Prado Lopes. (Caderno de Campo, 13/09/2019)
4	Gazeta Lagoinha	da Jornal comunitário local que visa promover a comunicação e acesso a informação para os moradores da Lagoinha como um todo. (Caderno de Campo, 13/09/2019)
5	Hortelões Lagoinha	da Grupo de voluntários que criam e mantêm uma horta comunitária chamada de "Quintal do Sô Antônio", localizada num terreno abandonado às margens da Avenida Antônio Carlos. A proposta da ocupação é disseminar o ato de plantar em meio à cidade, difundindo os ensinamentos da agroecologia e criando um espaço de convívio para os moradores. (Hoje em Dia, 2018)
6	Casas religiosas de matriz africana	Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, Centro Espírita Pai Manoel de Aruanda, Guardas de Moçambique e Congo 13 de Maio, Tenda de Umbanda Caboclo Pena Branca, Centro Umbandista Caboclo Naruê (CIRCUITO URBANO DE ARTES, 2019b). Esses centros religiosos atendem diariamente muitas pessoas em situação de rua que os procuram. Assim oferecem banhos, comida, roupas, aconselhamentos e atendimentos espirituais.
7	Igreja católicas	Igreja São Cristóvão, Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Pobres, Igreja Santa Edwiges. Realizam ações sociais com a população de rua.
8	Igrejas evangélicas	São muitas e com nomes variados espalhados pelo território. Mas vale destacar a maior delas, a Igreja Batista da Lagoinha, que têm capacidade para 6000 pessoas sentadas em seu interior, e conta com uma rede de serviços e comércio em suas redondezas. Realizam

		ações sociais com a população de rua. (Caderno de Campo, 06/09/2019)
9	Bloco Leão da Lagoinha	Primeiro bloco de carnaval da cidade, fundado no ano de 1947, por muitos anos foi o mais importante da capital. Durante alguns anos, o bloco permaneceu adormecido, mas em 2017 voltou para as ruas, revivendo a memória local. (CIRCUITO URBANO DE ARTES, 2019a)
10	Afoxé Ilê Odara	Primeiro grupo carnavalesco de matriz africana da cidade, fundado por Mãe Gigi, (1932-1988), em meados de 1979. Carregado de influência religiosa nas músicas e nas danças te, como parte do público alvo, comunidades religiosas de matrizes africanas. Com objetivo de divulgar a cultura negra, mostrando o verdadeiro valor do negro dentro da história afro-brasileira. (BHaz, 2019)
11	CRAS Pedreira Prado Lopes	Centro de Referência de Assistência Social localizado na Pedreira Prado Lopes
12	CRAS Vila Senhor dos Passos	Centro de Referência de Assistência Social localizado na Vilas Senhor dos Passos
13	CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher	Coordenado pela PBH, o CIAM foi inaugurado em novembro de 2018 na Rua Itapecerica e é um equipamento que atua no atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade social, com trajetória de vidas nas ruas, em uso prejudicial de álcool e outras drogas e em situação de violência doméstica (PBH, 2019b)
14	Mercado Popular da Lagoinha	Prédio histórico que abriga um Centro Cultural, uma Padaria-escola e o projeto Academia da Cidade. É um ponto de encontro e de referência para a Lagoinha, realiza eventos diversos ao longo do ano e reúne grupos de moradores e moradoras semanalmente em torno de atividades físicas, artísticas e culturais.
15	Conversamba	Coletivo que nasceu no ano de 2015 e carrega até hoje o legado do bairro Lagoinha e Pedreira Prado Lopes dos anos dourados da capital, um arquivo vivo da região, as músicas com letras que falam do dia a dia da região, que estão presentes até hoje. Composto por mais 20 membros, contêm grandes nomes do samba belo-horizontino. O grupo se reúne todas as terças no CCLAO

		para tocar, conversar e manter viva a memória do samba da Lagoinha. (BHEVENTOS, 2018)
16	Fica Vivo	Programa estadual que atua nas áreas de abrangência dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade (CPC), incluindo a Pedreira Prado Lopes. Visa a prevenção social à criminalidade, com foco na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, e promove oficinas de esporte, cultura e arte, articulações institucionais e atendimento individual. (SEGURANÇA, 2013)
17	UMEs, Escolas e Faculdades	As Unidades Municipais de Ensino Infantil e as Escolas Municipais e Estaduais atendem parte da população local e promovem diálogo com as famílias e com outras instituições. Além disso, faculdades como a Univeritas (Universidade Universus Veritas) e a FACISABH (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte) estão presentes no território e atendem a um público interno e externo à Lagoinha com diversos cursos acadêmicos e projetos de extensão.
18	Rupestre Crew	Coletivo de grafiteiros da região da Lagoinha
19	Nômade Crew	Coletivo de grafiteiros da região da Lagoinha
20	Lobas da Lagoinha	Coletivo de mulheres que resgatam a memória da Lagoinha por meio de arte e poesia.
21	Sapos e Afogados	Coletivo de teatro local
22	Associação Comunitária do Conjunto IAPI	Associação antiga que contempla os moradores do Conjunto IAPI
23	Meninos do Morro	Projeto social independente que oferta diariamente aulas e cursos para jovens da Lagoinha no contra turno escolar
25	Ocupação Livre	Pátria Ocupação popular localizada aos pés da Pedreira Prado Lopes, criada em 2017, abriga cerca de 70 famílias e contém uma intensa programação cultural que atrai moradores da Lagoinha e de toda a BH durante o ano. (Brasil De Fato, 2017)
26	Casa Rosa da Lagoinha	Empreendimento local - casa de eventos

27	Armazém número 8	Empreendimento local – restaurante
28	Antiquários	Empreendimentos locais – espalhados ao longo da Rua Itapecerica, movimentam um mercado de móveis e objetos de decoração antigos.
29	Órbi Conecta	Espaço de <i>coworking</i> (trabalho compartilhado) inaugurado em 2017 que funciona como iniciativa aceleradora e incubadora de <i>startups</i> . Possui uma intensa programação semanal ligada à temática de inovação e empreendedorismo, servindo de ponto de encontro para quem trabalha nessa área. (Hoje em Dia, 2017)

Fonte: Base de dados: Caderno de Campo, publicação entre 05/09/2019 e 15/09/2019.
Elaboração própria (PENIDO, 2019).

Tendo então esse conjunto detalhado de organizações, é preciso esclarecer melhor o motivo de serem citados equipamentos públicos, projetos geridos pelo Poder Público, e até mesmo empreendimentos privados. Eles foram selecionados para essa lista porque compõem uma rede de grupos locais que têm movido esforços para valorizar a identidade da Lagoinha. O Mercado da Lagoinha por exemplo, abriga diversos grupos comunitários importantes: o Conversamba realiza seus encontros regularmente no Centro Cultural do mercado; os servidores públicos que trabalham ali atuam em favor da melhoria da Lagoinha, convivem com desafios locais, executam uma programação que valoriza a cultura local e buscam o bem-estar da comunidade; há um grupo de mulheres que frequentam semanalmente o Mercado da Lagoinha, participando das atividades físicas promovidas pela Academia da Cidade e participando das oficinas artísticas e culturais do CCLAO; e muitos outros grupos e redes de amizade que se formam ao longo de oficinas, cursos e aulas que acontecem no interior desse equipamento público.

Mas também têm equipamentos, projetos e estabelecimentos que não são grupos comunitários, mas contribuem para movimentos, causas e reivindicações locais. Os donos dos antiquários da Rua Itapecerica, por exemplo, participaram das manifestações e encontros que ocorreram em favor do tombamento de casas históricas da Lagoinha. Outro exemplo é a Casa Rosa da Lagoinha, que é uma casa de eventos que apoia muitos movimentos e iniciativas da região, tendo realizado encontros e festas em parceria com as Lobas da Lagoinha. O Armazém Número Oito já executou atividades em parceria com o Viva Lagoinha e com os Hortelões da

Lagoinha, e o Órbi Conecta apoia ações do Viva Lagoinha e já patrocinou projetos para valorizar a identidade do território, como é o caso do projeto “Constelação Lagoinha”.

Tendo justificado a inclusão dessas organizações no quadro 4, é possível falar das demais, que definem grupos comunitários sólidos e atuantes no território, como é o caso das Lobas da Lagoinha, a Ocupação Pátria Livre e os coletivos de artistas de grafite, a Rupestre Crew e a Nômades Crew.

Como pode ser observado, há uma multiplicidade de grupos, projetos, estabelecimentos, equipamentos públicos que se configuram como espaços de sociabilidade dos moradores da região. E entendendo isso, é preciso retomar o terceiro e último elemento da Organização Social, ou seja, os *controles sociais informais definidos por uma série de normas e regras acordadas em comum*. Esses controles, normas e regras estão muito ligados ao conjunto de expectativas, crenças e valores dos moradores, os quais guiam as ações dos grupos comunitários.

Ao longo do trabalho, muitas informações já foram ditas sobre isso, como é o caso do já apresentado duplo sentimento que os moradores possuem em relação ao bairro: um negativo e outro positivo. Também já foi percebido, nos trechos das entrevistas, que os moradores sentem o movimento de degradação que ocorreu na Lagoinha. Algumas falas reforçam essa impressão:

A comunidade era mais junta, mais fechada. A medida que foi vindo o progresso, foram deteriorando as relações sociais e a Lagoinha foi colocada nesse lugar de exclusão [...] Essa mudança da configuração do bairro, a sensação que eu tenho é de que tá tudo relacionado. A degradação imobiliária, com a degradação das pessoas, o bairro vai ficando quase sempre à margem, sempre deteriorado. [...] Eu acho que a Lagoinha passa por um problema de projeto político e projeto imobiliário. Esse é o problema da Lagoinha no final das contas. (Entrevista 4)

"A Lagoinha do presente tá um pouco triste, aliás, tá bastante triste. Tá largada, tá esquecida, é muito morador de rua, muito usuário de droga, aqui é quase que uma Cracolândia a céu aberto. [...] Os moradores se sentem acuados, não saem mais pras ruas [...] Há uma marginalidade que ronda o bairro" (Entrevista 6)

Assim, são citados vários problemas pelos moradores, havendo também várias críticas: ao envolvimento de jovens no tráfico de drogas, à falta de um olhar especial para as pessoas em situação de rua, à falta de comércio, à sujeira presente nas ruas, à violência existente entre facções nas favelas, ao alto número de mortes que ainda acontecem na Lagoinha. E esse conjunto de críticas e desgostos refletem

nas expectativas e demandas da comunidade, logo os moradores e moradoras desejam o fim desses tantos incômodos mencionados. Como foi visto na sessão anterior, foi marcante também o desejo pela melhoria de serviços de comércio. Algumas falas trazem outras demandas de forma mais específica:

"deveria estar utilizando esses espaços que estão parados para tá trazendo cultura, inovação, empreendedorismo para dar oportunidade para as pessoas. Tá faltando muito isso na Lagoinha. Apesar de já haver essa atividade, mas está muito longe, muito aquém do que a gente gostaria." (Entrevista 7)

[Sonho para a comunidade] A Lagoinha voltar aos bons e velhos tempos a gente poder sentar na rua, bater papo com os vizinhos igual a gente batia antigamente. Não ter tanto medo de assalto igual a gente tem hoje em dia. Esse é meu sonho para a lagoinha. [...] E espero que continue a fazer [o Festival CURA Lagoinha]. Espero que seja essa semana de pontapé inicial, mas que continue nas próximas semanas e não pare mais. (Entrevista 6)

Ao olhar para as diversas insatisfações e esses tantos desejos dos moradores, é formada uma imagem do que seria essa mistura de normas sociais, controles informais e valores comunitários que Richardson e Mumford (2002) postularam como componentes da Organização Social. A partir das autoras, a Organização Social da Lagoinha foi aqui descrita por meio: 1) da cultura que constitui a identidade territorial; 2) da rede de ação e sociabilidade dos grupos comunitários, 3) da esfera valorativa que reflete os anseios e modos de agir da comunidade.

Essa foi uma tentativa de aplicar um modelo adaptado de Infraestrutura Social para o território da Lagoinha, composto por seus *equipamentos e serviços* e pela sua *organização social*. Contudo, como as próprias autoras Richardson e Mumford (2002) dizem, essa Infraestrutura Social não é estática, e ainda são necessários maiores aprofundamentos sobre a dinâmica de seus componentes no território e quais seus impactos e resultados para a comunidade.

5.4 Lagoinha em ação: conquistas locais e inovação no território

A Infraestrutura Social da Lagoinha sofreu diversas modificações desde o surgimento da cidade de Belo Horizonte, e seus aspectos físicos e sociais foram impactados. Concomitantemente, a comunidade da região desenvolveu uma dinâmica própria, e sempre apresentou algum tipo de reação frente às intervenções que foram sendo feitas, principalmente frente àquelas patrocinadas pela PBH. Nos anos recentes, essas reações tomaram maiores proporções, resultando em movimentos,

campanhas, aparições positivas nas mídias, grandes eventos, projetos culturais e sociais. E esse recente engajamento foi acompanhado de um diálogo mais próximo entre a comunidade e o setor público, de forma oposta ao longo histórico de negligência estatal vivido pela Lagoinha.

Esse conjunto de ações na Lagoinha apresenta características similares às iniciativas de inovação social descritas por Moreno et al (2019). Como foi mostrado, o território em questão passou por um processo intenso de fragmentação, além de ter apresentado problemas de coesão social e de diálogo com o poder público durante muitos anos. Em resposta a esses desafios, a comunidade tem se organizado, criando ações para o resgate da identidade e memória local, valorização profissional dos moradores, e estímulo à produção cultural e artística da Lagoinha. Essa forma de atuação comunitária é chamada de inovação social pelo autor, e pode ser percebida em projetos da região.

Para além da relação teórica, o conceito “inovação” também se relaciona com a Lagoinha em decorrência de alguns acontecimentos. A chegada do Órbi Conecta na Avenida Antônio Carlos, em 2017, é um exemplo, já que desde então ele reúne *startups* que lidam diariamente com o tema da inovação, sedia eventos e palestras sobre a temática e sua própria forma de funcionamento é considerada inovadora, por ser um ambiente de trabalho compartilhado (*coworking*). Somado a isso, a escolha da Lagoinha como primeiro território a ser contemplado pelo programa da PBH, Horizontes Criativos, também colaborou nesse sentido, já que o programa usa a abordagem da *economia criativa*, que é comumente associada à inovação. Por último, o evento CURA é considerado pioneiro por criar o primeiro mirante de arte urbana do mundo na Rua Sapucaí em Belo Horizonte, e quando veio para a Lagoinha, trouxe consigo mais um mirante para a cidade, além dos debates e conversas sobre inovação urbana (ESTADO DE MINAS, 2019)

Tendo em vista o conjunto de transformações que vem acontecendo na Lagoinha, aqui é proposto um olhar para as ações locais na perspectiva da inovação, de forma a averiguar mais profundamente o sentido desse termo no atual contexto de transformações na Lagoinha. Para isso, num primeiro momento será realizada uma associação dos estudos sobre Infraestrutura Social de Richardson e Mumford (2002) com os estudos sobre Inovação Social de Moreno et al. (2019). A partir dessa dupla lente, a atuação dos grupos comunitários será interpretada. Em um segundo momento, serão observadas as impressões de moradores e participantes do CURA

Lagoinha sobre inovação no território considerando a bibliografia de Richardson e Mumford (2002), de Moulaert et al. (2011) e de Moreno et al. (2019), para então chegar numa conclusão sobre os avanços ligados à inovação social nesta área urbana.

Para falar sobre a atuação de uma comunidade na perspectiva da Infraestrutura Social, é importante reforçar que redes de amizade e grupos comunitários são capazes de usar o conjunto de controles informais para criar e/ou melhorar os equipamento e serviços de um território. No intuito de medir essa capacidade no caso da Lagoinha, é importante se atentar como se deu: 1) O papel dos grupos comunitários na melhora de serviços e equipamentos públicos; 2) O papel de grupos comunitários na oferta de serviços e equipamentos públicos; 3) O papel de grupos comunitários na melhoria da organização dos moradores. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

É interessante notar que esse conjunto de papéis desempenhados pelos grupos comunitários são semelhantes aos critérios de análise de iniciativas de inovação social usados por Moreno et al.: 1) “(...) a análise empírica das origens e das iniciativas, de seus objetivos e de sua significação social no contexto em que emergem (...)” (MORENO et al., 2019, p. 5); 2) “(...) sobre a capacidade das iniciativas de inovação social de gerar transformações significativas dos coletivos e dos territórios de maior vulnerabilidade, contribuindo para a criação de sociedades mais inclusivas e coesas(...)” (MORENO et al., 2019, p. 5); 3) “A capacidade para gerar nova institucionalidade democrática (...) intimamente ligada ao caráter participativo, à sustentabilidade e à escalabilidade das iniciativas” (MORENO et al., 2019, p. 5).

Seguindo essa lógica, se consolida uma dupla lente de análise das iniciativas de intervenção na Lagoinha, de forma a contemplar tanto a abordagem de Infraestrutura Social, como a abordagem de Inovação Social. Para isso, é importante observar a composição da Organização Social no quadro 4 pois o objeto a ser analisado é justamente a atuação dos grupos e coletivos locais. As informações do quadro permitem uma compreensão inicial sobre os três papéis dos grupos comunitários, mas também permitem aplicação dos três critérios de análise da inovação social. Para desenvolver melhor essa dupla lente de análise, serão apresentados mais detalhes sobre a dinâmica dessa Organização Social.

De forma geral, os grupos apontados no quadro 4 resgatam a cultura da Lagoinha e acabam produzindo efeitos sobre a administração pública e sobre a vizinhança. O Conversamba, o Bloco Leão da Lagoinha, as Lobas da Lagoinha, os

jornais comunitários, o Viva Lagoinha e o Casas da Lagoinha executam ações que exercem influência sobre a opinião de quem toma conhecimento de suas atividades, afinal cada um deles traz à tona pelo menos algum dos elementos elencados no quadro sobre a cultura do território. Exemplificando, o Conversamba resgata a música originária da Lagoinha, e o Casas da Lagoinha resgata o patrimônio arquitetônico local. Como esses e outros elementos são enaltecidos, a identidade da Lagoinha é valorizada, criando um potencial de transformação dos estereótipos negativos que o território carrega. Ademais, isso gera uma contribuição para a organização dos moradores, na medida em que eles passam a compartilhar um senso de identidade, facilitando a definição de demandas e expectativas da comunidade. (Caderno de Campo, 13/09/2019)

A maioria dos grupos são bem específicos na temática resgatada, como é o caso do Bloco Leão da Lagoinha, focado no resgate artístico e musical de um bloco de carnaval específico. O bloco tem páginas ativas nas redes sociais, contém uma programação de ensaios, algumas apresentações pontuais durante o ano e a sua apresentação mais importante, durante o carnaval de Belo Horizonte. Seu principal produto para a comunidade é a valorização da identidade e da memória da Lagoinha, reforçando os vínculos entre os moradores, principalmente durante encontros e ensaios que os reúnem em torno de uma mesma causa. (Caderno de Campo, 09/09/2019)

Já o Viva Lagoinha é um exemplo de iniciativa que resgata muitos elementos culturais ao mesmo tempo, pois age como um coletivo de comunicação, que articula atores locais e externos, divulga eventos, apoia projetos, e cria campanhas em defesa do território. O principal meio de atuação são as redes sociais, com uma proposta audiovisual de impacto para os usuários das suas páginas da internet, como é o caso da campanha “#gentefica” realizada em 2019 com o intuito de criar um movimento de conscientização para que investidores e empreendedores façam esforços para evitar a gentrificação e a especulação imobiliária na Lagoinha. Mas o Viva Lagoinha também marca presença nos eventos e projetos locais, sempre dialogando com os participantes e registrando as atividades.

O nosso movimento [Viva Lagoinha] a gente tá desde 2007 trabalhando com esse resgate da memória e cultural artística do território para resolver três problemáticas estruturais: que é a **falta de vida noturna**, que é o **alto índice de pessoas em situação de rua** e a **perda do Capital cultural da comunidade né**. Todos esses

problemas juntos deu a alcunha de Cracolândia da cidade. E não é! Na real, a gente tá falando é do berço da cidade Belo Horizonte. A Lagoinha, ela sempre foi pulsante, ela sempre puxou Cultura, né? A gente tá falando do berço cultural da cidade e ela carrega isso na sua memória, as pessoas que moram lá tem essa memória

Hoje ele é um movimento que conecta pessoas que acreditam na requalificação da Lagoinha. A gente tá conseguindo fazer um trabalho que é criar uma rede local com vários empreendedores, com vários negócios [fala do coordenador do Viva Lagoinha, Filipe Thales] (TÁ NA RODA, 2019)

É interessante perceber que o objetivo dessa iniciativa é de mitigar três problemas que realmente são percebidos pelos moradores nas entrevistas. Isso permite então que as demandas locais sejam representadas pela rede que compõe o Viva Lagoinha, facilitando a organização dos moradores, quando eles consideram necessário cobrar intervenções da administração pública, por exemplo. O Viva Lagoinha congrega então os empreendedores locais em prol do desenvolvimento socioeconômico da região, divulgando os atuais pontos de comércio e estabelecimentos, valorizando os profissionais e colaborando para o crescimento das vendas. Também já ofertou serviços para a população, como exemplo, a realização de um mutirão para limpeza e pintura de um terreno abandonado na Rua Itapecerica em 2018. (Caderno de Campo, 08/09/2019)

Outro âmbito da Organização Social são as casas religiosas de matriz africana, já que elas contêm uma rede de grupos comunitários que desempenham papéis diversos. Esses espaços mantêm encontros regulares com seus membros e realizam a manutenção da memória e da cultura local ao reproduzir seus rituais ancestrais, seus eventos e festas religiosas. Seus representantes marcam presença em reuniões e audiências públicas, expondo demandas dos moradores, afinal ficam localizados no interior da comunidade e conhecem de perto a rotina de quem vive no território. Algo que chama atenção é a prestação diária de serviços aos grupos sociais da Lagoinha que são mais excluídos e marginalizados: população de rua e usuários de drogas. Durante o CURA Lagoinha, foi falado que existem pessoas que demandam o acolhimento dos terreiros porque não encontraram o atendimento adequado nos equipamentos públicos de saúde e de assistência social da Lagoinha. (Caderno de Campo, 08/09/2019)

Além disso, são ressaltados os Hortelões da Lagoinha, anteriormente mencionados. Consistem num grupo voluntário responsável pela criação e manutenção de uma horta comunitária autossustentável, a qual se configura como

espaço de convivência e sociabilidade para a população. Já realizou atividades educativas com crianças das escolas da vizinhança sobre a temática de agroecologia, produziu eventos culturais, feiras, e rodas de conversa no “Quintal do Sô Antônio”. É notável também a interação muito amistosa que o grupo dos hortelões realiza com a população de rua e com os usuários de drogas, incluindo essas pessoas nas atividades educativas, de manutenção do espaço, e nos lanches coletivos. Houveram comentários sobre a capacidade de cura mental e física do espaço para quem o frequenta, havendo a intenção de aproveitar o contato que já existe com os grupos marginalizados da Lagoinha e estruturar um projeto que seja capaz de reabilitar esse público por meio de atividades socioeducativas e profissionalizantes na horta, possibilitando uma reinserção social dessas pessoas. (Caderno de Campo, 14/09/2019)

Como se pode ver ao longo da descrição das iniciativas, os grupos comunitários de maior destaque atuam no território e modificam sua Infraestrutura Social, afinal oferecem serviços de forma autônoma, mas também são capazes de pressionar o governo para que sejam criados novos serviços públicos. Não obstante, os grupos comunitários envolvem a comunidade em suas atividades e fortalecem a cultura local, facilitando a integração social dos moradores. Essa forma de agir traz inovação social para o território, na medida em que atuam sobre problemas sociais, buscando soluções para as vulnerabilidades da comunidade. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002; MOULAERT et al., 2011; MORENO et al., 2019)

Considerando o caráter imersivo e participativo da pesquisa, o pesquisador percebeu a possibilidade de levantar questões sobre a inovação no território durante as rodas de conversa do festival CURA Lagoinha. As informações provenientes desses questionamentos serão apresentadas a seguir e complementarão a investigação que está sendo feita sobre os grupos comunitários e suas iniciativas.

A primeira interação a ser apresentada ocorreu na sexta-feira (06/09/2019) durante a “Roda de conversa com os diretores e a moradora Cida Barcelos”, mais especificamente se tratando do diretor Melquíades Lima, que produziu o documentário “Lagoinha” (2008), e a equipe de produção do filme “MORADORES – A Humanidade do Patrimônio – Lagoinha” (2019). Durante a roda de conversa, o pesquisador-participante questionou todos os convidados a respeito do significado que eles davam para os termos “empoderamento”, “equidade” e “justiça” no atual contexto da Lagoinha. Esses são os três principais aspectos da definição de inovação social de

Moulaert et al. (2011), e permitiram comparar um pouco mais da teoria dos autores com a realidade local. (Caderno de Campo, 06/09/2019)

O termo mais destacado pelos membros convidados foi “epoderamento”, de forma que todos o reconheceram como crucial para a produção de soluções efetivas no território. Relataram como é importante para os moradores acreditarem que o lugar onde moram é deles mesmos, e como isso gera um empoderamento em cada um, permitindo crer que é possível superar os desafios sociais. Enfatizaram que quem está no território é quem de fato luta pelas melhorias e que é preciso se atentar para grupos e iniciativas que surgem de forma muito rápida prometendo solucionar problemas, pois essas iniciativas podem acabar se mostrando efêmeras e pouco efetivas, afinal o empoderamento leva tempo para se fortalecer. Os Hortelões da Lagoinha foram enfatizados pela moradora Cida Barcelos, que é a criadora do grupo, e ela relatou que somente ao viver esse empoderamento é que foi possível manter o projeto ativo (Caderno de Campo, 06/09/2019)

Também foi destacado que a justiça e a equidade precisam caminhar juntas na solução dos problemas, e que o Poder Público de Belo Horizonte tem a responsabilidade de criar os meios para concretizar a justiça e a equidade. Para isso ser feito, disseram ser imprescindível o resgate da história local, pois trazer a atenção da sociedade para a Lagoinha é um ato de justiça. (Caderno de Campo, 06/09/2019)

Nesse sentido, comentaram sobre o papel da mídia, que durante muito tempo associou a região com estereótipos negativos, e que atualmente está acontecendo uma virada nessa abordagem dos jornais, que passaram a noticiar nos últimos anos os elementos positivos da Lagoinha, promovendo a justiça e equidade desejadas para o desenvolvimento do território. Por fim, ressaltaram que esse novo olhar jornalístico acontece principalmente por meio dos jornais Gazeta da Lagoinha e Fala Pedreira, os quais sempre noticiam aspectos positivos do território. (Caderno de Campo, 06/09/2019)

Um segundo momento importante de interação é referente à “Roda de Conversa: Quem é a Lagoinha? Subjetividade dos Saberes Populares do Território”, que ocorreu no domingo (08/09/2019). Ao final das falas de todos os líderes religiosos presentes, foi aberto um momento para o público se manifestar, e o pesquisador-participante levantou uma pergunta para todas as pessoas que compunham a mesa: indagou o que seria “inovar na Lagoinha”. As respostas que surgiram por parte das lideranças trouxeram a ideia de que a inovação consiste num trabalho social e cultural,

no resgate de uma tradição, num resgate que é também emocional, pois toca os sentimentos de uma comunidade. (Caderno de Campo, 08/09/2019)

Mas o ponto central destacado foi que a inovação é o fazer, o trabalhar. Assim, as inovações da Lagoinha não estão somente nas iniciativas recentes do território, mas também está presente na atuação de grupos comunitários que são antigos ali. Afirmaram que é importante olhar para dentro do povo do terreiro, para dentro do povo do congado, e observar o que eles fazem socialmente, afinal as casas religiosas de matriz africana ofertam muitos serviços para a população de rua da Lagoinha, fornecendo remédios, alimentos e banhos. (Caderno de Campo, 08/09/2019)

Esse momento de interação evidenciou um certo ceticismo dos líderes em relação às inovações recentes da Lagoinha, pois eles afirmam que estão fazendo trabalhos e serviços sociais muito importantes para o território há muitos anos. Antes dessa onda de inovação, eles já estavam buscando soluções para os problemas sociais locais. Sentem que muitas vezes falta então visibilidade e reconhecimento para suas ações, e quanto a isso destacaram as barreiras que existem em decorrência dos preconceitos da sociedade, o racismo e os ataques que já ocorreram nos terreiros da Lagoinha. (Caderno de Campo, 08/09/2019)

Já na quinta-feira (11/09/2019), houve o “Aulão: Arte Pública, com Goma e CURA/ Parceria Instituto Amado”, no qual estavam presentes as três curadoras do festival CURA Lagoinha, e o “aulão” consistiu num grande bate-papo com elas e com outras artistas de grafite. É importante notar que o festival é considerado pelos seus participantes como uma iniciativa inovadora, já que trouxe o primeiro mirante de arte urbana do mundo em sua primeira edição. Pensando nisso, o pesquisador-participante dirigiu a elas a mesma pergunta sobre qual o significado de “inovar na Lagoinha”. Elas responderam o ato de inovar é como um espelho, ou seja, é preciso ouvir e reconhecer o que já existe num território, pois não faz sentido chegar com uma ideia nova e reproduzi-la sem somar com o que já existe. (Caderno de Campo, 11/09/2019)

Elas relataram que a ideia do CURA Lagoinha surgiu a partir de moradores da região que as convidaram pessoalmente para organizar o evento na Lagoinha. Assim, no processo de preparação do CURA Lagoinha, quando chegaram no território, foi preciso muita cautela, muito estudo sobre a história local, muitas reuniões coletivas, pois era preciso “bater na porta” e “pedir licença” para os habitantes. A

inovação passa então pela ideia de fazer junto, de forma colaborativa, ouvindo a opinião de moradores, de líderes. (Caderno de Campo, 11/09/2019)

Se busca subverter a lógica do capital, que chega de forma colonizadora sem escutar seus habitantes. Na Lagoinha já tem muitas iniciativas relevantes, e não se deve falar de revitalização no território, pois a abordagem que faz mais sentido é a de requalificação. E explicam: como seria possível revitalizar um local onde já existe vida? Então o Festival pretende inovar ao fazer a sociedade “abrir os ouvidos”, para que as pessoas “escutem” o que os moradores e moradoras do território estão falando. (Caderno de Campo, 11/09/2019)

Até aqui foram observadas opiniões de moradores e participantes importantes do Festival CURA Lagoinha. A partir do que essas pessoas falaram sobre a atuação dos grupos comunitários, ficam evidentes muitos conceitos ligados à inovação social, tais como o colaborativismo, inclusão social, coesão social, geração de empoderamento, autonomia, justiça e equidade para a comunidade do território. A descrição que foi feita sobre as novas iniciativas da Lagoinha coincide com grande parte do que foi postulado sobre inovação social. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002; MOULAERT et al., 2011; MORENO et al., 2019)

Além disso, o próprio festival pode ser considerado como uma grande consequência das diversas iniciativas que começaram a surgir na Lagoinha em 2014, e que atraíram olhares da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, de investidores, de moradores que antes não se sentiam pertencentes à Lagoinha. Os moradores que convidaram o Festival para a Lagoinha são, inclusive, membros de dois projetos importante na região: o Viva Lagoinha e o Casas da Lagoinha. Logo, o CURA Lagoinha se mostrou como um espaço que reuniu discussões sobre inovação, planejamento urbano, políticas públicas, cultura e arte urbana. Reuniu também os grupos comunitários, os projetos sociais e os empreendedores locais, colocando-os em posição de destaque na programação, reconhecendo então a importância deles para o desenvolvimento da Infraestrutura Social da Lagoinha. Somado a isso, a forma como o festival foi construído revela colaborativismo e atenção às singularidades da vizinhança, lhe conferindo aspectos da Inovação Social. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002; MOULAERT et al., 2011; MORENO et al., 2019)

Por fim, deve ser apontada mais uma roda de conversa importante: “Bate papo sobre a atuação do poder público no Território”, na quinta-feira (12/09/2019), a qual contou com a presença de líderes comunitários da Lagoinha e também com o

Secretário Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP), Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), representante da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). O grande destaque da roda de conversa foi a apresentação do programa Horizonte Criativo da PBH, que foi lançado em 2019 e é pautado pelo conceito de economia criativa, de forma a fomentar atividades criativas, como cultura, design, mídias, tecnologia e inovação na capital. A proposta busca valorizar a história, a cultura e a produção local, e o primeiro território a ser escolhido para sua implementação foi a região da Lagoinha, tratada neste programa como um conjunto de bairros. (Caderno de Campo, 12/09/2019)

Em sua descrição, os representantes da PBH apontaram que o programa já apoiou diversas intervenções na Lagoinha, nos eixos de Segurança Pública, inclusão socioproductiva, melhoria do ambiente de negócios, dinamização cultural e turística, requalificação e intervenções urbanas. Muitas das iniciativas que fazem parte do programa já foram citadas anteriormente, como a instalação dos pontos de iluminação em LED na Lagoinha, a inauguração do CIAM na Rua Itapeçerica, o Movimento Gentileza em vários pontos da região, e o próprio festival CURA Lagoinha. Somado a isso, há outras ações do Horizonte Criativo na Lagoinha, como a realização da exposição e documentário “MORADORES – A Humanidade do Patrimônio – Lagoinha” (2019), a demarcação do mirante da Lagoinha, a rodada de promoção de investimentos na Lagoinha protagonizada pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e o projeto de Cartografia Cultural da Lagoinha, que ainda está em andamento. (Caderno de Campo, 12/09/2019)

Os representantes da PBH ainda foram questionados pelo pesquisador-participante quanto a opinião deles sobre o que significa “inovar na Lagoinha”. Em resposta, disseram que a inovação que está sendo pensada não se refere somente a uma questão tecnológica, mas também numa questão de sustentabilidade. Por exemplo, a importância de executar estratégias de gestão compartilhada de espaços públicos, de sustentabilidade, como é o caso dos Hortelões da Lagoinha. E também possibilidades de desenvolvimento econômico que não provoquem “gentrificação” mas fomentem a cultura local. Foi dito, por exemplo, que a cartografia cultural que está sendo feita vai trazer subsídios para pensar na inovação da cultura da Lagoinha, destacando que essa cartografia está sendo feita por meio de métodos colaborativos junto à comunidade. (Caderno de Campo, 12/09/2019)

Destarte, as respostas que foram dadas pelos convidados durante a roda de conversa sobre poder público, revelou uma visão de desenvolvimento socioeconômico local que não era possível de ser observada na PBH alguns anos atrás. O programa Horizonte Criativo já trouxe melhorias para o território e promete trazer várias outras. Essa grande ação do poder público municipal pode ser considerada, juntamente com o CURA Lagoinha, uma consequência dos esforços de inovação social da comunidade.

Em suma, esta última sessão buscou associar as ações dos grupos comunitários com opiniões diversas a respeito do conceito de inovação. Foram contemplados grupos diferentes, permitindo captar mais de um ponto de vista sobre o tema: a opinião dos representantes da PBH, a opinião dos líderes religiosos, a opinião das curadoras do Festival CURA Lagoinha e a opinião de moradores e líderes comunitários. Assim, todas as indagações feitas nas rodas de conversa trouxeram respostas que contemplam as teorias sobre inovação social, pois as iniciativas dos grupos comunitários são a expressão de uma comunidade ativa e os atores locais coadunam com a busca de soluções para desafios sociais, explicada por Anderson et al (2014), Moulaert (2010) e Moreno et al (2019). Sendo importante frisar que cada iniciativa possui graus de impacto, de envolvimento comunitário e de influência diferentes e que ao longo deste trabalho, não se buscou capturar ou mensurar efeitos ou resultados dessas ações, mas analisá-las enquanto expressão da organização social do território

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre a Lagoinha buscou aplicar o conceito de Infraestrutura Social de Richardson & Mumford (2002) no contexto de um território específico da cidade de Belo Horizonte. Não obstante, o conceito de Inovação Social se mostrou pertinente no atual contexto da Lagoinha, de forma que as mudanças positivas e recentes da Infraestrutura Social se mostraram próximas das análises existentes sobre ações de inovação social em contextos locais. Pensando nisso, foi preciso recuperar autores que enxergam valor nas áreas urbanas, e que compreendem a importância do desenvolvimento local para a macroeconomia urbana. Ademais, a revisão bibliográfica sobre inovação social trouxe autores que valorizam o enfoque institucional-territorial para as comunidades urbanas, e que têm como objeto as ações e projetos que intencionam trazer melhorias para uma vizinhança ou bairro.

Assim, buscou-se recuperar a trajetória do território da Lagoinha, trazendo à tona sua importância histórica para construção da cidade de Belo Horizonte, já que se configurou como importante centro comercial, abrigou famílias imigrantes, gerou empregos, se manteve como ponto de passagem de viajantes e reduto do lazer, da boemia, das festas e da cultura por muitos anos. E assim foi feita uma análise que contempla os elementos imateriais da região, na área da música, da memória e dos valores, mas também contempla os elementos físicos, ligados à estrutura viária, urbana e paisagística, recuperando a rede de equipamentos (públicos, prioritariamente, mas não exclusivamente) existentes no território. Ou seja, a análise realizada aqui buscou recuperar a trajetória da Lagoinha entendida a partir da dupla lente para entender os territórios: como estrutura física e ao mesmo tempo social. Essa foi a estratégia para solucionar o grande desafio de resumir tantos elementos, processos multissetoriais, e dinâmicas comunitárias que compõem a Lagoinha. (RICHARDSON & MUMFORD, 2002)

Ao comparar os dois elementos da infraestrutura social - serviços/equipamentos e organização social - da Lagoinha e compreendê-los a partir da história local, ficou evidente a complexidade e a ambiguidade que marcam o território. Pois ao mesmo tempo que há uma visão positiva referente ao florescimento econômico e cultural na região no passado, também há um estereótipo negativo que advém do intenso processo de estigmatização e abandono da Lagoinha. As intervenções viárias patrocinadas pelo poder público se mostraram como as mais

negativas para a região na visão dos atores locais, já que não se priorizou a dinâmica local de comércio, de tráfego e de relações sociais. Em especial, vale citar a construção dos viadutos e túneis do “complexo da Lagoinha” entre as décadas de 70 e 90, e na década de 2000 é marcante a duplicação da Avenida Antônio Carlos, pois foi acompanhada de muitas desapropriações. Na realidade, o resgate histórico de obras viárias mostra que a prefeitura municipal de Belo Horizonte permitiu um grande corte físico e simbólico da Lagoinha, criando efeitos negativos que marcam a comunidade da região até os dias atuais.

A experiência de observação-participante no Festival CURA Lagoinha (2019) permitiu um convívio e uma proximidade com os atores locais que trouxe impressões únicas para o trabalho. Ou seja, estar presente no território que é objeto de análise, e coletar anotações e entrevistas foi uma forma de registrar a Lagoinha com o devido respeito e atenção que o território merece. Afinal, é um espaço que foi fragilizado com o tempo, mas que têm resgatado sua rica cultura e memória nos últimos anos.

Esse resgate se mostrou como ponto central das ações locais de intervenção positiva, revelando como o poder da memória e dos símbolos culturais de uma comunidade são capazes de movimentar atores em prol de melhorias. Ações de grupos locais ou da PBH têm ganhado destaque na mídia e têm sido vistas com bons olhos pelos moradores da Lagoinha. E essas iniciativas se mostraram próximas da inovação social, porque ficou claro nas falas, nas notícias e nas impressões do pesquisador uma grande movimentação buscando a valorização da região.

Foi possível perceber que as ações em questão são construídas de forma compartilhada, buscam gerar equidade, empoderamento e justiça para a comunidade. Somado a isso, há moradores envolvidos em atividades que ressignificam o espaço urbano, há imagens de moradores pintadas em grandes murais, há grafites que refletem elementos culturais da região como o “copo lagoinha”, o samba e o patrimônio arquitetônico, há a ocupação de espaços que antes estavam abandonados e cheios de lixo. E essas ações impactam a infraestrutura social da Lagoinha de forma positiva: à medida que a organização social se fortalece, há maior pressão para a melhoria dos serviços e equipamentos locais; no momento em que esses serviços e equipamentos passam a funcionar com mais eficiência, a comunidade se sente valorizada e integrada, elevando seus vínculos sociais e sua capacidade de mobilização.

Nesse contexto recente, a estigmatização territorial da Lagoinha têm se reduzido com as iniciativas de inovação social, e a infraestrutura social tem ganhado cada vez mais força, gerando incremento da qualidade de vida da população da vizinhança. Problemas sociais históricos têm sido debatidos e divulgados por grupos comunitários, a PBH tem atendido demandas ligadas a esses desafios e trazido melhorias para estrutura urbana e viária que conecta os bairros da Lagoinha. Programas, projetos e ações sociais com foco em grupos marginalizados também começam a aparecer na região nos últimos anos, priorizando o bem-estar da comunidade.

Destarte, se percebe que o que é definido como “inovação social” na Lagoinha parece estar muito próximo de uma atuação comunitária com vistas a valores democráticos. São valores e conceitos muito detalhados por Anderson et al (2014), como colaborativismo, inclusão, tratamento equânime na solução de problemas sociais, redução de desigualdades, garantia dos direitos humanos fundamentais e melhoria da qualidade de vida. Quem sabe esse conceito não seria então uma forma de resumir todos esses valores tão caros às sociedades democráticas?

O atual mundo contemporâneo tem sido marcado pela ascensão de ideologias totalitárias, contrárias aos direitos humanos e muito associadas à priorização do capital, em detrimento das singularidades sociais, étnicas e territoriais. O uso do termo “inovação social”, entretanto, tem sido visto entre todos os tipos e grupos ideológicos. Será que ele não seria uma estratégia eficaz para introjetar os valores democráticos mesmo em contextos onde falta tanto o apreço pela igualdade e pela social democracia?

Por fim, sugere-se que, em estudos futuros sobre o tema, sejam aproveitadas as demais entrevistas feitas com pessoas que não moram na Lagoinha mas que frequentaram o Festival CURA Lagoinha, de forma a compreender melhor o papel e a imagem da região frente aos demais belorizontinos. Também se sugere o uso de técnicas da metodologia de pesquisa-ação para explorar mais a fundo as iniciativas de inovação social do território da Lagoinha ou em outras comunidades. Assim os pesquisadores e pesquisadoras poderão desenvolver resultados concretos para a comunidade, tendo um contato próximo e que gere entregas bem alinhadas com as necessidades da população.

REFERÊNCIAS

Afoxé Ilê Odara. **BHaz**, Belo Horizonte, 21 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://bhaz.com.br/eventos/afoxe-ile-odara-carnaval-2019/>>. Acesso em: 27 de out. de 2019

ANDERSON, Tara; CURTIS, Andrew e WITTING, Claudia. **Definition and Theory in Social Innovation**. Master of Arts in Social Innovation Thesis. Danube University, Krems: January 2014. Disponível em: <<https://www.social-innovation-blog.com/wp-content/uploads/2014/05/Definitions-and-Theory-in-Social-Innovation-Final-1.pdf>>. Acesso em: 05 de abr. de 2019.

ANDRADE, Cristiana. C.U.R.A Lagoinha promove conexão entre arte, território e empreendedorismo criativo. **GUAJA**. 12 de set. de 2019. Disponível em: <<https://guaja.cc/cura-lagoinha/>>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Org.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

BERNARDES, Brenda Melo. **Memória, Cotidiano e as Propostas Institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha em Belo Horizonte/MG: múltiplas visões de um mesmo lugar**. 2016.

BIGNETTI, Luiz Paulo. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 3-14, jan/abr 2011. Disponível em: <http://googleweblight.com/i?u=http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235&hl=pt-BR&tg=181&pt=4>. Acesso em: 05 de abr. de 2019.

BLAU, P. & SCOTT, W.R. (1970). **Organizações formais: uma abordagem comparativa**. São Paulo: Atlas.

BLOCO O LEÃO DA LAGOINHA. **O Carnaval e o Leão da Lagoinha**. Belo Horizonte, 17 de set. de 2019. Instagram: @blocooleaodalagoinha. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B2gpk0rFP7B/>>. Acesso em: 4 de out. de 2019.

BOOTH, C. **Life and Labour of the People in London**, Vol.1. London: Macmillan. 1892.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do antropólogo**. São Paulo. Unesp e Paralelo15.1998.

CARNEIRO, M. L. F. de A. **Um olhar sobre a Lagoinha**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2001.

CIRCUITO URBANO DE ARTES (CURA). **O Carnaval e o Leão da Lagoinha**. Banner do Festival CURA Lagoinha. 2019a.

CIRCUITO URBANO DE ARTES (CURA). **Panfleto do Festival CURA Lagoinha**. 2019b.

DA SILVA, Bráulio; SALGADO, Nayara. **Estudo sobre o bairro Lagoinha em Belo Horizonte (MG- Brasil). Entre a tradição, a decadência e a cracolândia**: “crônica de uma morte anunciada?”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 21, n. 3, p. 253-268, set-dez 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5402/5355>>. Acesso em: 18 de jun. de 2019.

DAMÁZIO, Malu. Voluntários transformam canteiro abandonado em plantação na capital. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 02 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/volunt%C3%A1rios-transformam-canteiro-abandonado-em-planta%C3%A7%C3%A3o-na-capital-1.626419>>. Acesso em: 7 de out. de 2019.

DUARTE, Cristiane; LOURENÇA, Izabella; ALENCAR, Mariana; Da Lagoinha à rodoviária: a trajetória do novo Centro Administrativo da PBH. **Transite**, Belo Horizonte, 08 de out. de 2014. Disponível em: <<https://transite.fafich.ufmg.br/da-lagoinha-a-rodoviaria-a-trajetoria-do-novo-centro-administrativo-da-pbh/>>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREIRE, Cíntia Mirlene. **Do outro lado da linha do trem**: História e intervenções no bairro Lagoinha. BH: cadernos de história, PUC Minas, 2009.

GLENNESTER, Howard; LUPTON, Ruth; NODEN, Philip; POWER, Anne. **Poverty, Social Exclusion and Neighbourhood**: Studying the area bases of social exclusion. CASE/22. Centre for Analysis of Social Exclusion. London School of Economics. March, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1975

LEITE, Heraldo. Órbi Conecta traz novo conceito de apoio às startups e é pioneiro em Minas. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 13 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/%C3%B3rbi-conecta-traz-novo-conceito-de-apoio-%C3%A0s-startups-e-%C3%A9-pioneiro-em-minas-1.572951>>. Acesso em: 4 de out. de 2019.

MARTINEZ MORENO, R; H. CRUZ GALLACH; I. Blanco; Y. Salazar. **La innovación social, ¿prácticas para producir autonomía, empoderamiento y nueva institucionalidad?**. *Revista Internacional de Sociología* 77(2): e126. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/ris.2019.77.2.17.022>. Acesso em: 1 de jul. de 2019.

MATEUS, Bruno. Movimento Gentileza inaugura murais no Lagoinha, em BH, nesta quinta. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 02 de maio de 2019a. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/movimento-gentileza-inaugura-murais-no-lagoinha-em-bh-nesta-quinta-1.2175892>>. Acesso em: 8 de out. de 2019.

MENEZES, Bruno. Horta comunitária: lote abandonado vira ‘Quintal do Sô Antônio’ em BH. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 19 de out. de 2019b. Disponível em:

<<https://www.otempo.com.br/cidades/horta-comunitaria-lote-abandonado-vira-quintal-do-so-antonio-em-bh-1.2251037>>. Acesso em: 20 de out. de 2019.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MOULAERT, Frank. **Social innovation and community development: Concepts, theories and challenges in** MOULAERT, Frank; MARTINELLI, Flavia; SWYNGEDOUW, Erik and GONZÁLEZ, Sara. **Can Neighbourhoods Save the City?** Community development and social innovation. USA and Canada: Routledg. 2010.

PBH. BH em Pauta: Cursos da Padaria Pão Escola. **Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)**, Belo Horizonte, 05 de jul. de 2017a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-cursos-da-padaria-pao-escola>>. Acesso em: 1 de out. de 2019.

PBH. BH em Cantos: Mercado da Lagoinha. **Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)**, Belo Horizonte, 27 de out. de 2017b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-cantos-mercado-da-lagoinha>>. Acesso em: 4 de out. de 2019.

PBH. Saúde e equilíbrio mais próximo do cidadão. **Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)**, Belo Horizonte, 15 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/atencao-a-saude/promocao-da-saude/academia-da-cidade>>. Acesso em: 4 de out. de 2019.

PBH. Cursos de gastronomia da PBH possibilitam a construção de projetos de vida. **Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)**, Belo Horizonte, 26 de mar. de 2019a. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/cursos-de-gastronomia-da-pbh-possibilitam-construcao-de-projetos-de-vida>>. Acesso em: 4 de out. de 2019.

PBH. Centro integrado de atendimento à mulher (CIAM). **Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)**, Belo Horizonte, 04 de out. de 2019b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/seguranca/equipamentos/centro-integrado-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 12 de out. de 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (1996). **Lei Municipal Nº 7.165, de 27 de Agosto de 1996**. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/Lei_7165_Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 6 de set. de 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (2019). **Lei Municipal Nº 9.959/2010, de 20 de Julho de 2010**. Institui mudanças no Plano Diretor de 1996 do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/9959/2010>>. Acesso em: 6 de set. de 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (2019). **Lei Municipal Nº 11.181/19, de 09 de Agosto de 2019**. Institui mudanças no Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019>>. Acesso em: 4 de out. de 2019.

Projeto 'Gentileza Lagoinha' convida artistas para gravitar painéis no IAPI. **O TEMPO**, Belo Horizonte, 30 de mar. de 2019c. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/projeto-gentileza-lagoinha-convida-artistas-para-grafitar-paineis-no-iapi-1.2157184>>. Acesso em: 4 de out. de 2019.

RICHARDSON, Liz; MUMFORD, Katharine. **Community, Neighbourhood, and Social Infrastructure**. In: HILLS, John, LE GRAND, Julian and PIACHAUD, David. **Understanding social exclusion**. CASEbriefs (23). Centre for Analysis of Social Exclusion, London, UK. 2002.

SAQUET, Marcos; SILVA, Sueli. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra G. **Como incluir?** O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008

SGS Economic and Planning. **Role of social infrastructure in local and regional economic development**. RDSA Regional Infrastructure Summit. Independent insight. Disponível em: < <https://www.sgsep.com.au/assets/20130332-Linda-Perrine-presentation-130719.pdf>>. Acesso em: 25 de abr. de 2019.

Tá na Praça #07 com Ivan Neves, Juliana Flores e Filipe Thales. Locução de: ?. Entrevistados: Ivan Neves, Juliana Flores e Filipe Thales. Locutores. P7 Criativo, 30 de out. de 2019. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0svhyvVTw8dbG9EM4g4dU2>. Acesso em: 2 de nov. de 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2011. 136 p.

70 famílias ocupam prédio vazio na região central de BH. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 07 de set. de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/07/70-familias-ocupam-predio-vazio-na-regiao-central-de-bh/>>. Acesso em: 3 de set. de 2019.

WACQUANT, Loïc. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. v. 16. 2006. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365>>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – TIPO: GERAL

Apresentação: meu nome é Bruno Gomes Notini Penido, sou estudante de Administração Pública na Fundação João Pinheiro. Estou fazendo uma pesquisa sobre a região Lagoinha com o objetivo de entender a atuação das pessoas que buscam trazer melhorias para a região. Queria saber se posso te entrevistar. Se pode gravar com a garantia de anonimato.

Dados do(a) entrevistado(a):

Profissão; idade; sexo; cor/etnia

Visão sobre a região e sobre suas transformações:

- Você mora na Lagoinha?, Se sim: há quanto tempo? qual rua? Se não, Qual bairro mora?
- Você tem alguma trajetória na Lagoinha? Qual é?
- Qual sua visão sobre a região da Lagoinha do passado? E no presente?
- Quais as principais transformações que ocorreram ao longo dos últimos 5 anos na região?

Problemas identificados:

- Quais os principais problemas você identifica na região atualmente?
- O que seria necessário acontecer para solucioná-los?

Percepção sobre atores e ações no território:

- Quais instituições, pessoas e grupos tem atuado na Lagoinha buscando a melhoria do bairro?
- Quais projetos, ações ou iniciativas são desenvolvidas na Lagoinha que você conhece? Qual sua visão sobre tais ações? Elas contribuem para melhorar a vida no bairro?
- Qual o seu sonho para a Lagoinha? Qual é a Lagoinha do futuro?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – TIPO: CURA

Apresentação: meu nome é Bruno Gomes Notini Penido, sou estudante de Administração Pública na Fundação João Pinheiro. Estou fazendo uma pesquisa sobre as inovações sociais da Lagoinha e gostaria fazer algumas perguntas sobre o Festival CURA Lagoinha 2019. Queria saber se posso te entrevistar. Se pode gravar com a garantia de anonimato.

Dados do(a) entrevistado(a):

Profissão; idade; sexo; cor/etnia

Percepções sobre o Festival CURA Lagoinha:

- Como você ficou sabendo do Festival?
- Você já participou do CURA?
- Você já foi nas outras edições?
- É seu 1º dia no CURA Lagoinha? Quais atividades você participou nesta edição?
- O que você está achando de positivo? E o que você está achando de negativo? O que poderia melhorar?

